



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ELIANE TEIXEIRA FRANÇA

**CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL
DA ÁREA URBANA DE LONDRINA - PR**

Londrina
2009

ELIANE TEIXEIRA FRANÇA

**CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL
DA ÁREA URBANA DE LONDRINA - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosely S. Archela

Londrina
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F814c França, Eliane Teixeira.
Cartografia do patrimônio ambiental da área urbana de Londrina-PR
/Eliane Teixeira França. – Londrina, 2009.
116f. : il.

Orientador: Rosely Sampaio Archela.
Dissertação (Mestrado Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento)
– Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas e da
Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e
Desenvolvimento, 2007.
Inclui bibliografia.

1. Patrimônio ambiental urbano – Teses. 2. Conservação de
patrimônio – Teses. 3. Turismo – Teses. 4. Semiologia gráfica – Teses.
5. Cartografia – Teses. I. Archela, Rosely Sampaio. II. Universidade
Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. III.
Título.

CDU 912:528.9

ELIANE TEIXEIRA FRANÇA

**CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL
DA ÁREA URBANA DE LONDRINA - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosely Sampaio Archela
UEL – Londrina – PR

Profa. Dra. Maria del Carmen M.H. Calvente
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Osvaldo Coelho Pereira Neto
UEL – Londrina – PR

Londrina, 25 de agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

**Ao meu pai Sebastião Teixeira França (*in memoriam*)
que me ensinou a amar esta terra
e que hoje descansa
no coração da cidade que ele viu crescer.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À Deus pela força.

À professora Rosely Archela pela dedicação, incentivo e amizade.

Aos professores do curso de Mestrado pelos ensinamentos.

Às minhas filhas Vanessa e Marina pelo amor e pelo apoio.

À minha mãe Mercedes pela compreensão.

Ao amigo Valdecir pelo companheirismo, incentivo e pelos trabalhos de campo.

Às amigas Rafaeli, Jozélia e Andrea e ao amigo João Batista pelos conhecimentos que colocaram à minha disposição.

Às amigas Eva e Eline pelas esclarecedoras discussões acerca do patrimônio.

À Maria Inês, à Carmen e à Maysa pelo apoio e paciência.

Aos demais colegas de trabalho e aos meus irmãos e familiares que o tempo todo torceram por mim.

E finalmente, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho fosse realizado.

FRANÇA, Eliane Teixeira. **Cartografia do patrimônio ambiental da área urbana de Londrina – PR**. 2009. 122.f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o mapeamento do patrimônio ambiental urbano da cidade de Londrina – PR. Este patrimônio caracteriza-se pelos elementos naturais e construídos que possuem significação para a sociedade local e estão ligados à memória coletiva da cidade. Tais elementos constituem fator de identidade na medida em que dão à cidade um caráter único que a diferencia das demais. A construção do mapa do patrimônio ambiental de Londrina adotou a semiologia gráfica como linguagem cartográfica com a finalidade de obter mapas de fácil leitura e que possam ser utilizados no planejamento de ações conjuntas entre poder público e sociedade visando à conservação do patrimônio e ao seu aproveitamento para o lazer e o turismo. A idéia de conservação remete a uma utilização que permite modificações sem comprometimento do caráter essencial. O levantamento do patrimônio ambiental de Londrina permitiu constatar que muito foi perdido, especialmente das construções, mas que ainda existem muitos elementos a serem conservados. Para isso é necessária a aprovação de lei municipal que defina os critérios para a seleção de elementos para conservação e possível tombamento. Esta pesquisa resultou em quatro mapas específicos: patrimônio arquitetônico, patrimônio urbanístico, patrimônio paisagístico e patrimônio natural - e um mapa síntese do patrimônio ambiental urbano. A visualização espacial da composição desse patrimônio pretende contribuir para a reflexão sobre sua importância e o planejamento urbano.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental urbano. Conservação de patrimônio. Turismo. Semiologia gráfica. Cartografia.

FRANÇA, Eliane Teixeira. **Cartography from environmental patrimony of Londrina's urban area - PR**. 2009. 122 f. Dissertation (Master's Degree in Geography and Development Environment) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

This research presents the mapping of the environmental urban patrimony from the city of Londrina, in Parana's State. Elements from nature and made by men feature this patrimony. Such elements are meaningful for local society, they are related to collective memory of the city and they also represent identity factors as long as they print specific characteristic that makes the city different from others. The construction of the environmental patrimony map of Londrina's city considered the graphic semiology like a cartography language with the purpose to get easy reading maps that could be used, by local public government and civil society, in the project of the conservation and use of the patrimony for leisure and tourism. The idea of conservation is related to a use which makes changes possible with no commitments for the essential characters. The mapping of Londrina's environmental patrimony allowed to check that many elements from the city were lost, specially from constructions, but there are many elements that can be still preserved. A Municipal Law, with guidelines for selection criterions to preserve and a possible toppling and suggestion of conservation; having society support, must be approved for the preservation of the patrimony. This research resulted in four specific maps: architectural, urbanized, landscaping and natural – and a synthesis map of environmental urban patrimony. The space view of patrimony's composition intends to contribute to the reflection about its importance as well as the importance of the urban planning.

Keywords: Environmental urban patrimony. Conservation. Tourism. Graphic semiology. Cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Círculo das cores	44
Figura 2 –	Demolição da “casa dos gnomos”	50
Figura 3 –	Residência na R. Souza Naves	52
Figura 4 –	Entorno da residência	52
Figura 5 –	Máquina de arroz	52
Figura 6 –	Fachada do Bar Empório Guimarães.....	53
Figura 7 –	Interior do Bar Empório Guimarães	53
Figura 8 –	Fachada da Biblioteca Pública Municipal.....	54
Figura 9 –	Detalhes do prédio da Biblioteca	54
Figura 10 –	Construções da década de 1940- Quadra 19	55
Figura 11 –	Área urbana de Londrina	60
Figura 12 –	Maquete do Teatro Municipal	62
Figura 13 –	Templo Budista	64
Figura 14 –	Mesquita Muçulmana.....	64
Figura 15 –	Igreja Metodista	64
Figura 16 –	Hotel Coroados.....	65
Figura 17 –	Antigo Hotel Aliança.....	65
Figura 18 –	Bazar Ajimura	65
Figura 19 –	Entorno do Bazar Ajimura.....	65
Figura 20 –	Primeiro sobrado construído.....	66
Figura 21 –	Casa em madeira- Bar Valentino	66
Figura 22 –	Restaurante Alameda	67
Figura 23 –	Antiga residência- atual Restaurante Alameda	67
Figura 24 –	Antigo campo de futebol	68
Figura 25 –	Estádio VGD	68
Figura 26 –	Chácara em área urbana.....	71
Figura 27 –	Chácara - Imagem de satélite.....	71
Figura 28 –	Parque Arthur Thomas – foto aérea.....	72
Figura 29 –	Córrego Saltinho	73
Figura 30 –	Praça Tomi Nakagawa.....	75
Figura 31 –	Mapa da lista telefônica	77

Figura 32 – Inserção cartográfica	77
Figura 33 – Mapa do roteiro religioso	78
Figura 34 – Mapa do Guia-LD.....	80
Figura 35 – Mapa de atrativos turísticos	82
Figura 36 – Cartas turísticas	82
Figura 37 – <i>Skyline</i> – vista do norte	92
Figura 38 – <i>Skyline</i> – vista do sul	92
Figura 39 – Praça na R. Humaitá.....	93
Figura 40 – Pista de malha em praça	93
Figura 41 – Monumento ao corretor de imóveis.....	94
Figura 42 – Pôr de Sol no igapó 1	96
Figura 43 – Pôr de Sol no igapó 2	96
Figura 44 – Queda d’água – Água do Tatu.....	100
Figura 45 – Queda d’água – Córrego Baroré.....	100
Figura 46 – Queda d’água – Córrego do Pica-pau	100
Figura 47 – Queda d’água – Córrego Saltinho.....	100
Figura 48 – Árvore preservada	101
Figura 49 – Marco do movimento “Pé Vermelho! Mãos Limpas!”	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelos de intervenção sobre o patrimônio	24
Quadro 2 – Elementos básicos do turismo urbano	29
Quadro 3 – Modos de implantação e variáveis visuais	41
Quadro 4 – Patrimônio histórico-cultural.....	61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Hipsométrico da Área Urbana de Londrina.....	32
Mapa 2 – Mapa com variáveis visuais qualitativas	39
Mapa 3 – Mapa com variáveis visuais qualitativas e quantitativas	40
Mapa 4 – Localização do município de Londrina-PR	47
Mapa 5 – Localização da Quadra 19.....	55
Mapa 6 – Localização de chácara na área urbana.....	71
Mapa 7 – Localização do Parque Arthur Thomas.....	72
Mapa 8 – Localização do Córrego Saltinho.....	73
Mapa 9 – Patrimônio Arquitetônico da área urbana de Londrina-PR	87
Mapa 10 – Quadrilátero com grande concentração de elementos do patrimônio.....	89
Mapa 11 – Patrimônio Urbanístico da área urbana de Londrina-PR	91
Mapa 12 – Patrimônio Paisagístico da área urbana de Londrina-PR.....	95
Mapa 13 – Patrimônio Natural da área urbana de Londrina-PR.....	99
Mapa 14 – Bairros em “espinha de peixe”	104
Mapa 15 – Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina-PR.....	105
Mapa 16 – Localização das corredeiras no Ribeirão Cambé	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO	15
2.1	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO	20
2.2	PATRIMÔNIO AMBIENTAL E TURISMO URBANO	25
3	VISUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA	30
3.1	CARTOGRAFIA TEMÁTICA E CARTOGRAFIA TURÍSTICA	35
3.2	SEMIOLOGIA GRÁFICA	37
4	REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA-PR	47
4.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA DO MUNICÍPIO	47
4.2	PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA-PR	49
4.2.1	Caracterização do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina-PR	56
4.2.2	Definição do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina-PR	59
4.3	ANÁLISE DOS MAPAS DO PATRIMÔNIO DE LONDRINA-PR	76
4.4	PROPOSTA CARTOGRÁFICA DE REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA-PR	85
4.4.1	Patrimônio Arquitetônico da Área Urbana de Londrina-PR	86
4.4.2	Patrimônio Urbanístico da Área Urbana de Londrina-PR	90
4.4.3	Patrimônio Paisagístico da Área Urbana de Londrina-PR	93
4.4.4	Patrimônio Natural da Área Urbana de Londrina-PR	98
4.4.5	Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina-PR	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	111
	ANEXOS	116
	ANEXO A – Mapa do Roteiro da Diversidade Religiosa da cidade de Londrina	

ANEXO B – Mapa do Roteiro das Escolas da Cidade de Londrina

ANEXO C – Mapa do Guia LD

ANEXO D – Mapa de Londrina – Atrativos Turísticos

ANEXO E – Mapa de Londrina – Rede Hoteleira

ANEXO F – Mapa de Londrina – Gastronomia

ANEXO G – Mapa de Londrina – Agências de Turismo

ANEXO H – Mapa Bacias Hidrográficas de Londrina

ANEXO I – Mapa do Patrimônio Histórico de Londrina

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Londrina surgiu de um empreendimento imobiliário realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, uma empresa de capital inglês que havia adquirido grande quantidade de terras na região norte do Paraná no final da década de 1920 e início dos anos 1930.

Londrina teve um rápido crescimento impulsionado pela cultura cafeeira. O dinamismo da época disseminou uma mentalidade de progresso e renovação que veio, posteriormente, contribuir para a substituição de muitos dos prédios construídos no auge da economia cafeeira por construções de traços modernos e contemporâneos. Apesar disso, a cidade mantém construções de grande valor histórico como a antiga estação ferroviária, hoje Museu Histórico e a estação rodoviária, hoje Museu de Arte. Assim como esses dois exemplos, outras construções permanecem até hoje, como algumas mansões na Avenida Higienópolis e casas de madeira características do início da cidade.

O mesmo processo de “modernização” atingiu os aspectos naturais no sítio urbano. A criação do Lago Igapó na década de 1950, e recentemente os Lagos Norte e Cabrinha, por exemplo, alterou aspectos naturais da paisagem. Entretanto, Londrina conseguiu por meio do Código de Obras - Lei n.º 133/51 (1951), a conservação de grande parte dos córregos urbanos livres de canalização e de impermeabilização do leito, assim como de uma área ao redor deles que muitas vezes ultrapassa as medidas das Áreas de Proteção Ambiental - APPs - determinadas pela legislação ambiental. Essas áreas de fundo de vale, embora muitas vezes degradadas por poluição hídrica e ocupações irregulares, mantêm características geomorfológicas dos córregos e vales da época da implantação da cidade.

É possível, ainda, em alguns locais na área urbana, encontrar remanescentes da vegetação nativa que cobria a região. Em alguns pontos também se pode observar aspectos do relevo e da geologia. Apesar da quantidade significativa de elementos conservados, não existe, por parte das administrações públicas, um planejamento de médio e longo prazo voltado para ações efetivas de valorização do patrimônio ambiental pela população local e ao uso desse patrimônio para o turismo e o lazer.

Considerando a carência de mapas que permitam a visualização do conjunto desse patrimônio, o desenvolvimento deste trabalho objetivou realizar o mapeamento do patrimônio ambiental urbano de Londrina. Este mapeamento adotou os estudos da semiologia gráfica como linguagem da cartografia temática a fim de obter um mapa final de fácil compreensão que possa contribuir para a visualização do conjunto, como também, para a divulgação, a valorização e o planejamento de ações de conservação do patrimônio urbano.

No primeiro capítulo são expostos os conceitos de patrimônio e de patrimônio ambiental urbano, bem como realizado um histórico da evolução desse conceito até os dias atuais. O capítulo expõe ainda alguns modelos de intervenção sobre o patrimônio, assim como considerações sobre a utilização do patrimônio como atrativo turístico.

No segundo capítulo são abordados temas relativos às representações cartográficas, sendo visualização cartográfica, cartografia temática e semiologia gráfica. Essa discussão objetiva fornecer subsídios metodológicos para a construção dos mapas do patrimônio.

O terceiro capítulo traz o levantamento do patrimônio a ser mapeado. Em seguida é feita a apresentação e a discussão dos mapas específicos de cada tipo de patrimônio e o mapa síntese, analisando algumas possibilidades de conservação e utilização do patrimônio ambiental urbano de Londrina-PR.

2 PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

O conceito de patrimônio ambiental urbano é abrangente e possibilita o tratamento do patrimônio enquanto um sistema de objetos em interação com sua base geográfica – o território – e não apenas como elementos isolados na paisagem (GERALDES, 2004). A dimensão ambiental do patrimônio é traduzida pela paisagem enquanto espaço de interação entre a natureza e a sociedade. Segundo Geraldes (2004), a dimensão ambiental está em acordo com a Geografia Cultural tradicional relacionada aos “gêneros de vida”¹ que resultariam em paisagens culturais diferenciadas. “A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...] Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.” (SANTOS, 1988). A paisagem assim entendida torna-se um patrimônio.

Etimologicamente, a palavra patrimônio significa herança paterna. Provém de "pater" (chefe de família ou antepassado) e "nomos" (lei, usos e costumes relacionados à origem de uma família ou de uma cidade). Os usos e costumes das sociedades se materializam nas paisagens por meio de elementos que se constroem na interação com o meio natural e nas sucessivas reconstruções que se dão no decorrer do tempo.

Menezes *apud* Crichyno (2001) utiliza a expressão “patrimônio ambiental urbano” para designar o patrimônio construído na interface homem/natureza que supõe os elementos componentes da paisagem urbana – aquela que materializa o modo de vida característico das cidades. Segundo Crichyno (2001), o termo é uma tentativa de obter uma maior abrangência da complexidade dessa interface, o que não é conseguido pelas expressões comumente usadas como *patrimônio artístico*, *patrimônio cultural* e *patrimônio histórico*. Para Geraldes (2004), essas expressões são subcategorias que refletem as diversas áreas de conhecimento e que aparentam certa autonomia, o que pode parecer que não existam relações entre elas. No entanto, essas categorias não são

¹ Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês, denominou “gênero de vida” ao conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que os homens desenvolviam em sua interação com o meio natural. A diversidade dos meios naturais explicaria a grande quantidade de “gêneros de vida”.

independentes e por esse motivo podem ser associadas num conceito mais abrangente englobando esses e outros aspectos.

Na Europa do início do século XX e diante de um processo cada vez mais acelerado de industrialização das cidades que promovia descaracterizações nos ambientes urbanos, o movimento de arquitetura moderna inicia uma discussão sobre a importância da preservação do patrimônio e os critérios para determinação do que seria objeto de preservação. Em 1931, durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna é redigida a Carta de Atenas para Restauração de Monumentos Históricos mais conhecida como Carta de Atenas. Este documento já trazia em seu conteúdo um conceito de patrimônio que compreendia os conjuntos arquitetônicos e não apenas as construções isoladas, assim como as relações existentes entre esses elementos e seu entorno (GERALDES, 2004). Entretanto, o foco permanecia nas edificações históricas e nos monumentos históricos e artísticos. O texto da Carta, em seu item III, diz:

A Conferência recomenda que se respeite, na construção dos edifícios, o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cujo enquadramento deve ser objecto de cuidados particulares. Devem mesmo ser preservados certos conjuntos e certas perspectivas especialmente pitorescas. Cabe também estudar as plantas e as ornamentações vegetais que convêm a certos monumentos, para lhes conservar o carácter antigo. A Conferência recomenda sobretudo a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda a indústria ruidosa ou chaminés elevadas, na vizinhança dos monumentos de Arte ou de História. (CARTA DE ATENAS, 1931, p.2)

Cabe aqui uma conceituação de monumento para melhor compreensão do conteúdo dos documentos. Monumento é uma edificação cuja finalidade é trazer à lembrança determinados acontecimentos históricos ou que marcaram a vida da comunidade local (CHOAY, 2001). Desse contexto fazem parte os elementos construídos com a intenção de comemorar ou de simbolizar algum fato, portanto não têm uma função de uso, mas de lembrar algo. As construções com função de uso, porém, podem ser transformadas em monumentos na medida em que resistem às transformações sociais e passam a ser dispositivos de lembranças de tempos passados. Três décadas depois da Carta de Atenas, em 1964, o Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos de Monumentos Históricos votaram e aprovaram a Carta de Veneza que veio reafirmar a importância

do entorno e acrescentar aos elementos dignos de preservação também as edificações modestas que apresentem significado cultural:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1)

De acordo com Geraldles (2004), a partir da aprovação desse documento incorpora-se ao conceito de patrimônio o caráter de representatividade social, da importância que a sociedade atribui a determinados elementos constituintes do contexto do lugar. Outro documento de 1967, as Normas de Quito, aprovado pela OEA – Organização dos Estados Americanos enfatiza a importância de que os países americanos sigam as recomendações dos documentos europeus e que o estado assuma o papel de garantir que o patrimônio seja protegido. O entendimento do documento é de que o entorno, a paisagem que abarca os elementos construídos faça parte da área protegida integrando também os elementos naturais que aí possam existir. No entanto, o documento exclui do conceito de monumento – idéia preconizada pelo conjunto de documentos aqui expostos – aquelas paisagens naturais destituídas de elementos culturais. Assim, cada vez mais, delinea-se um novo conceito para o patrimônio, aquele que incorpora uma idéia mais abrangente: o patrimônio ambiental urbano.

As primeiras discussões sobre a preservação do patrimônio no Brasil não continham essa visão de todo, referiam-se somente àqueles elementos edificados nas paisagens e que traziam consigo uma importância arquitetônica ou histórica para o país. A primeira legislação patrimonial brasileira foi dada pelo Decreto-lei nº 25/37 – seis anos depois da Carta de Atenas – e estabelecia como patrimônio histórico e artístico, os bens móveis e imóveis vinculados a “fatos memoráveis da História do Brasil” (ORIÁ, 2004, p.131) ou os bens de valor excepcional ligados à arqueologia, etnografia, bibliografia e artes. A priorização do patrimônio edificado e arquitetônico relegou outros bens culturais significativos ao esquecimento.

Ainda, segundo Oriá (2004), a política implantada pelo Decreto-lei de 1937 valorizou a memória da elite brasileira, deixando um conjunto de bens preservados que refletem a ideologia dominante e permitindo a destruição dos bens, principalmente imóveis como os cortiços, senzalas e vilas operárias, que atestavam a presença e o modo de vida das camadas pobres da população.

Essa visão elitista só foi alterada nos documentos oficiais brasileiros a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição não mais utiliza os termos patrimônio histórico e artístico, mas dá lugar ao termo “patrimônio cultural”, mais abrangente e dinâmico. Os componentes do Patrimônio Cultural são especificados no artigo 216 e agrupam a memória contida nos bens materiais e imateriais que o constituem da seguinte forma:

216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988, p. 35)

De acordo com Oriá (2004), o primeiro a utilizar o termo patrimônio cultural foi o francês Hugues de Varine-Bohan, ex-diretor do Conselho Internacional dos Museus - ICOM. Na concepção de Varine-Bohan, o patrimônio cultural seria dividido em três categorias de elementos, sendo: os elementos da natureza (rios, montanhas, vales e outros); o conhecimento e as técnicas que permitem a sobrevivência humana na natureza; e por último os objetos, obras, construções, artefatos resultantes do conhecimento do homem e sua ação sobre a natureza.

A concepção de Varine-Bohan e o conceito estabelecido na Constituição Federal brasileira abrem espaço para a valorização dos diversos saberes, eruditos ou populares e suas manifestações materiais, contrapondo o antigo conceito que se estabelecia no Decreto-lei nº 25/37. Nessa nova concepção os bens naturais ou culturais, tangíveis ou intangíveis podem compor o patrimônio cultural, desde que estejam ligados à identidade e à memória (ORÍÁ, 2004).

Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ter a conotação de preservação da memória de uma elite, para buscar a valorização dos aspectos culturais de um povo em toda a sua diversidade e todas as suas “gentes”: pobres, ricos, anônimos ou não. Dessa forma, o patrimônio seria resultado do significado dado a ele pelos vários segmentos de determinada sociedade. Em outras palavras, o patrimônio deixaria o conceito ligado a “fatos memoráveis” da História e aos bens de “excepcional valor”, para compor um conjunto de bens que denotam a identidade de um povo. Diante disso, Castriota (2007) considera de fundamental importância a utilização do conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano.

Nota-se que o termo “patrimônio cultural” utilizado na legislação brasileira e no conceito de Varine-Bohan (ORIÁ, 2004) abarca os mesmos elementos que Crichyno (2001) coloca como componentes do patrimônio ambiental urbano. Assim, os dois termos seriam sinônimos na compreensão desse conceito.

Na visão de Crichyno (2001), o patrimônio deixa de ser um produto pronto e acabado para ser entendido como fato social. Numa visão de patrimônio pronto, estático, fazem parte os elementos urbanos designados como de valor histórico, social, artístico, tecnológico, paisagístico ou afetivo. Por outro lado, numa visão mais dinâmica, o patrimônio ambiental urbano é aquele apreendido pela prática social. Como coloca CRICHYNO (2001, p. 42), esse patrimônio pode ser constituído por um conjunto de bens, pelas paisagens, espaços, construções e objetos “[...] cujo sentido se manifesta não por si, mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte”.

Menezes apud Crichyno (2001, p. 42) conceitua patrimônio ambiental urbano como “[...] um sistema de objetos, socialmente apropriados e percebidos, capazes de alimentar representações de um ambiente urbano”.

Tal definição seria capaz de incorporar os diferentes aspectos do patrimônio não enquanto conjuntos de elementos funcionando isoladamente, mas enquanto um sistema de objetos, permitindo sua convergência em relação ao espaço geográfico: assim como o espaço, o patrimônio ambiental urbano não pode ser dissociado dialeticamente do sistema de ações responsável por sua criação e transformação, mesmo porque constitui um recorte específico do próprio espaço. De fato, trata-se de um sub-sistema do espaço, dotado de qualidades próprias, que submetido a um processo de atribuição de valores (valorização) por determinados agentes sociais resulta em um recorte espacial de características específicas, que o distingue do espaço banal. (GERALDES, 2004, p. 3)

Considerando-se essa apropriação social, coletiva, os objetos componentes desse patrimônio seriam determinados pela significação que têm para a sociedade local. Tal significação estará sempre ligada à memória social, composta numa relação passado/presente.

O patrimônio assim entendido cumpre a função de manter e reconstruir identidades locais coletivas. Dessa forma, ganha dinamicidade em comparação ao conceito de patrimônio histórico construído, no qual a identidade cultural traduzida pelos bens culturais é algo “imutável”.

Segundo Castriota (2007) o patrimônio ambiental urbano implica, além do reconhecimento de seus componentes, a percepção da relação que os elementos naturais e culturais mantêm entre si e que resulta na configuração espacial do ambiente urbano. A preocupação com essa relação entre elementos permite conservar o equilíbrio da paisagem.

2.1 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

As manifestações relacionadas à conservação do patrimônio se encontram em voga nas sociedades de forma geral, com especial ênfase nas cidades mais antigas. Essas manifestações refletem uma reação ao desenraizamento causado pela aceleração da vida moderna e pelo ritmo de desaparecimento de modos de vida tradicionais (PEIXOTO, 2003).

Numa outra perspectiva, a conservação do patrimônio pode vir a ser aliada do desenvolvimento econômico ao permitir, conforme afirma Peixoto (2003, p. 3) “[...] que o moderno se afirme e se legitime por via da confrontação com o antigo”. A simultaneidade de existência de elementos antigos e modernos nos remete a uma imagem que incorpora a ideia de que a cidade tem passado, mas também tem futuro. Essa ideia é importante na reafirmação do capital como aquele que determina a forma da cidade. Por outro lado, isso faz com que surja uma possibilidade de resgate e preservação de elementos ameaçados das paisagens urbanas.

A incorporação pelo patrimônio dos conjuntos arquitetônicos e do entorno, trouxe consigo, a partir da década de 1960, uma nova concepção da intervenção sobre o patrimônio, que passa da ideia de preservação à ideia de

conservação, também usada pelos estudiosos das questões ambientais. O termo “preservação” traz a conotação de algo que não deve ser tocado, que deve manter toda a sua integridade e suas características originais. Nessa concepção, o patrimônio seria imutável, estático e, portanto, não seria possível entendê-lo como cultural, já que a cultura como produção humana sofre mudanças no decorrer do tempo.

A conservação “[...] vai apontar para uma dimensão mais dinâmica, passando da idéia da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a da conservação daquelas de suas características *que apresentem uma significação cultural*” (CASTRIOTA, 2007, p. 18). A conservação permite, portanto, adaptações nos bens do patrimônio que não descaracterizem seu significado, mas que possibilitem sua utilização ou reutilização em atividades diferenciadas daquelas originais. Nessa perspectiva, torna-se necessária a integração da conservação de bens na política de planejamento urbano. A Declaração de Amsterdã, de 1975, traz o conceito de conservação integrada, que explicita essa necessidade (CASTRIOTA, 2007).

A preservação do patrimônio ambiental urbano é uma forma de resistir à expropriação promovida pelas forças econômicas capitalistas que, ao transformar a base material (o solo urbano) numa fonte geradora de renda, promove a substituição em larga escala dos objetos da paisagem urbanizada, por outros objetos mais atuais e rentáveis. A verticalização dos centros urbanos é um exemplo. De acordo com Sahr (2000), a verticalização faz parte da luta no espaço urbano entre o antigo e o novo, podendo ser considerada como um dos principais fatores que contribuem para a dissolução da memória urbana.

Sahr (2000, p. 2) corrobora com Crichyno (2001) ao afirmar que “[...] a cidade pode ser vista como expressão da ação humana acumulada ao longo do tempo e manifestada por traçados e construções”. Ela analisa que no decorrer do tempo, e em especial no centro das cidades, acontece uma sucessão de “reconstruções”, onde cada nova edificação exige a destruição de uma edificação anterior, implicando na perda de referenciais físicos da memória urbana.

O processo de verticalização nas cidades interfere também na identidade local na medida em que impõe mudanças nos hábitos e estilos de vida (SAHR, 2000). Ao tomar o patrimônio ambiental urbano como resultado da significação dada por uma sociedade local, considera-se que a alteração dos estilos

de vida pode provocar mudanças nessas significações e, conseqüentemente, alterar os componentes do patrimônio, já que este, nessa concepção, é dinâmico.

De acordo com Castriota (2007), em se tratando de patrimônio arquitetônico, ainda predomina no Brasil o valor estético e histórico das construções, na medida em que são valorizados aqueles elementos que possuem algum significado como representação de tempos passados ou estilos consagrados. O autor cita como exemplo a cidade de Ouro Preto, preservada em seu conjunto, mas, segundo ele, tornada idealizada por desconsiderar a história local e a dinâmica que todo espaço urbano possui. Castriota (2007) afirma que as políticas de preservação implantadas em Ouro Preto afastaram a população de seu conjunto histórico por ainda trazer, implícito, o conceito de preservação como o ato de tornar intocável o patrimônio, ou seja, preservar a edificação intacta. Essa ideia não permite adaptações das edificações para a continuidade de seu uso num tempo diferente daquele de sua criação. O termo “preservação” já nos remete a uma sentido de estagnação que não é condizente com a dinâmica característica das cidades. A política ali implantada não considerou a participação da população em seu planejamento. Apesar da tentativa de controle exercida pelo, então, SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (órgão federal responsável pelo tombamento), para manter intacto o conjunto arquitetônico, a cidade se expandiu e novas construções foram incorporadas ao centro original, ocupando os lotes vazios e espaços dos antigos e grandes quintais. Atualmente, a Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto vem desenvolvendo ações em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - em busca da conciliação entre a preservação e o desenvolvimento da cidade, o que demonstra que a ideia de preservação está associada à ideia de conservação.

A preservação e a conservação são modelos, modos de pensar e intervir sobre o patrimônio. Além destes, Castriota (2007) identifica um terceiro modelo de intervenção que, segundo ele, surgiu com a experiência de Barcelona na década de 1980, por meio de um projeto de reabilitação integrada. O projeto previa a articulação entre projetos urbanísticos, culturais, socioeconômicos e de desenvolvimento social, buscando a parceria com órgãos privados e com a comunidade. Assim, as políticas de patrimônio “[...] não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a

traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas” (CASTRIOTA, 2007, p. 22).

Nesse entendimento, é o próprio fato de ser uma área de interesse de conservação que remete ao terceiro modelo: conservar não é o único objetivo, mas, para além desse significado, a “reabilitação urbana” visa manter ou restabelecer o desenvolvimento da área conservada, integrando-a efetivamente em toda a política urbana. O Quadro 1 traz uma comparação entre os três modelos de intervenção sobre o patrimônio, com foco em cinco aspectos que lhes caracterizam: concepção de patrimônio, tipo de objeto, marco legal, atores envolvidos e tipos de ações que lhes são atribuídas e, por fim, os profissionais cujas atribuições podem contribuir com a intervenção sobre o patrimônio. O marco legal refere-se à lei ou conjunto de leis utilizadas para a interferência sobre o patrimônio.

Frias e Peixoto (2001) exemplificam, na perspectiva do desenvolvimento econômico, um dos processos em andamento nas cidades portuguesas: a estetização das paisagens urbanas com objetivo de utilização turística. Tal processo pode ser desencadeado pela reativação dos usos anteriores das construções, pela fabricação de produtos artesanais, pela folclorização das tradições urbanas e culturalização de locais ou de centros históricos ou pela transformação da arquitetura em monumentos.

MODELO: PRESERVAÇÃO	MODELO: CONSERVAÇÃO	MODELO: REABILITAÇÃO URBANA
Concepção de patrimônio - Coleção de objetos - Excepcionalidade - Valor histórico e/ou estético - Cultura erudita	Concepção de patrimônio - Ampliação da concepção - Patrimônio ambiental urbano - Valor cultural/ambiental - Cultura em sentido amplo e entendida como processo	Concepção de patrimônio - Ampliação da concepção - Patrimônio ambiental urbano - Valor cultural/ambiental - Cultura em sentido amplo e entendida como processo
Tipo de objeto - Edificações, estruturas e outros artefatos individuais	Tipo de objeto - Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e espaços públicos	Tipo de objeto - Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e espaços públicos
Marco legal - Tombamento	Marco legal - Áreas de conservação	Marco legal - Novos instrumentos legais capazes de organizar ações complexas
Atores/ações - Estado - Reação a casos excepcionais	Atores/ações - Estado - Parte integral do planejamento urbano	Atores/ações - Papel decisivo da sociedade e da iniciativa privada em parceria com os órgãos públicos
Profissionais envolvidos - Arquitetos e historiadores	Profissionais envolvidos - Arquitetos, historiadores e planejadores urbanos	Profissionais envolvidos - Arquitetos, historiadores, geógrafos, planejadores urbanos e gestores

Quadro 1 – Modelos de intervenção sobre o patrimônio

Adaptado de: Castriota (2007).

Organização: Eliane T. França

Essas ações podem ocorrer separadamente ou associadas e promovem uma estimulação da atividade sensorial do turista. Todos esses objetos constituem patrimônio e compõem um leque de possibilidades turísticas para as cidades.

O processo de estetização ligado à emergência de uma “economia turística”, à medida que registra a memória e a cultura, abre espaço para a patrimonialização de uma infinidade de objetos, incluindo natureza, lugares, construções, gastronomia, práticas sociais e outros. Dessa forma, a utilização que se faz do patrimônio implica sua preservação e manutenção. Contraditoriamente, o capital, na obtenção de mais uma forma de reprodução – o turismo, ao transformar o patrimônio em mercadoria, dá à sociedade uma perspectiva de resistência contra a

substituição desse mesmo patrimônio pelas demais forças econômicas, principalmente àquelas ligadas à renda fundiária.

A busca pelo patrimônio tornou-o um objeto de consumo do turismo urbano. A apropriação e comercialização do passado, através do patrimônio, se dão pela construção de imagens que configuram “[...] novas atmosferas urbanas onde o passado é seleccionado e reencantado” (FRIAS; PEIXOTO, 2001, p. 1).

2.2 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E TURISMO URBANO

Castillo (2006) coloca que existe divergência no que se entende por turismo urbano. Segundo ele, para alguns autores o turismo urbano é qualquer atividade turística que se desenvolva dentro do espaço considerado urbano, enquanto para outros o termo turismo urbano engloba atividades ligadas especificamente à cidade como negócios, seminários, simpósios, congressos e outros eventos e visitas a familiares.

O turista que procura as cidades pode fazê-lo com finalidades de negócios ou estudos, ou simplesmente como forma de ocupar seu tempo livre. No último caso, configura-se o turismo de ócio, caracterizado pela busca do entretenimento e do prazer.

Abrem-se, aqui, possibilidades e perigos. De um lado, as possibilidades de potencializar-se modalidades do turismo que se contraponham à padronização e à homogeneização das culturas que a globalização induz. Possibilidades do turismo servir à valorização dos referenciais culturais locais. Ou então, ao replicar um território (espaço apropriado por um grupo e imbuído, portanto, de sua cultura) para outro lugar, faz-se uma depuração daquilo que é considerado indesejável ou não satisfatório. (ROCHA; DELAMARO, 2001, p. 9)

Carlos (1999) analisa o espaço produzido para o turismo como um espaço sem identidade, ao contrário dos lugares que se constroem historicamente na relação da sociedade com o espaço. “O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos [...]” (CARLOS, 1999, p. 3) que culminam na formação da identidade local. A interferência

turística tende a transformar o lugar, acrescentando a ele elementos externos à identidade local, ou suprimindo aqueles elementos que podem não ser agradáveis aos olhos dos visitantes. O modelo de reabilitação urbana tende a minimizar esses efeitos na medida em que busca soluções envolvendo toda a comunidade. Uma das formas de implementar o turismo protegendo o patrimônio ambiental urbano seria tratar os espaços como espaços para todos, sem reservar locais específicos para o turista, de maneira que o habitante local possa desenvolver ali atividades de lazer e convivência (ROCHA; DELAMARO, 2001).

Judd (2003) estudou as formas das cidades com atrativos turísticos e identificou duas categorias diferentes: as cidades que são moldadas em função do turismo, nas quais alguns espaços são estruturados artificialmente para que tudo seja bonito e perfeito para os visitantes. Na outra categoria estão as cidades, cujos governantes possuem uma visão política de largo alcance e entendem a herança arquitetônica e cultural como o principal atrativo para os visitantes. Essas cidades têm investido naquilo que as torna únicas, no seu caráter individual, no seu patrimônio ambiental urbano como fator de impulso ao turismo.

É preciso, entretanto, que o patrimônio seja protegido do acesso abusivo por meio de um planejamento turístico cuidadoso. As tendências dos novos planejamentos apontam para o que se tem denominado “turismo sustentável”, com a conservação dos bens materiais, mas re-significando sua função, dando a eles novos usos. Impede-se, assim, a estagnação econômica e social de áreas que contêm certa concentração de elementos históricos como o caso dos chamados “centros históricos”. A noção de “centro histórico” é relativamente recente de acordo com Peixoto (2003) e encerra uma lógica empresarial, sendo concebidos como produtos para um mercado turístico.

Essa concepção toma o patrimônio como uma “marca” que conduz a uma identidade² da cidade. Os centros históricos são representativos dessas marcas, pois neles é que se encontra a maior parte dos símbolos que determinam a identidade urbana. A consciência patrimonial se manifesta como resistência, mas serve ao processo de revitalização, imbuído da memória coletiva dos antepassados e dos espaços comuns constituintes da identidade local.

² A identidade é aquilo que nos torna únicos. A cidade tem uma identidade coletiva representada pelos elementos que a ela pertencem e que a diferenciam das demais.

As mudanças na geografia da cidade em função dos atrativos turísticos refletem uma crescente preocupação com a qualidade de vida. (LLOYD apud JUDD, 2003, p. 58) “É cada vez mais difícil distinguir os espaços para os visitantes daqueles espaços *locais* dado que os setores de ócio, entretenimento e cultura são considerados como cruciais tanto por residentes locais como por visitantes forasteiros”. Dessa forma, elementos do patrimônio ambiental urbano tornam-se atrativos para a população local que passa, cada vez mais, a frequentá-los como se fossem turistas em sua própria cidade. Torna-se, por vezes, difícil distinguir entre os moradores e turistas em locais de lazer, gastronomia e museus, entre outros espaços. As Normas de Quito, em seu item VI – A Valorização do Patrimônio Cultural – afirma que a revalorização dos monumentos e suas áreas de entorno beneficia grande parte da população, pois esses locais passam do “[...] domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares” (NORMAS DE QUITO, p. 5). Além desse benefício de cunho cultural, o documento trata ainda do benefício econômico da revalorização: vê o patrimônio como um recurso econômico comparando-o aos recursos naturais da nação. Desse entendimento resulta a utilização do patrimônio como atrativo turístico e o planejamento de ações para a implementação do turismo. Por esse motivo, consideram que a preservação e utilização do patrimônio ambiental urbano (conservação) deve ser parte integrante dos planos de desenvolvimento econômico e social. A sua valorização traz como consequência a valorização também do entorno, na medida em que cresce o interesse de turistas e residentes. Os valores culturais das áreas conservadas, ao contrário do que se pode pensar, não declinam com a utilização turística, mas ganham força e reafirmam sua importância enquanto componentes da memória urbana. A forma de conciliar os interesses econômicos e culturais pode se encontrar na parceria entre a administração pública e os interesses privados, característica do modelo de intervenção de reabilitação urbana, constante no Quadro 1, na página 24.

A organização de um sistema turístico pode valer-se de elementos atrativos constituídos pelo patrimônio ambiental urbano associado a outros fatores como a acessibilidade, a prestação de serviços, a disponibilidade e facilidade de informação sobre os atrativos. Castillo (2006), a partir da análise do comportamento do turismo urbano em algumas cidades, destacou alguns elementos estruturais básicos que considera prévios ao desenvolvimento do turismo urbano. São eles:

Boa disponibilidade e facilidade de transportes, acessos e redes de comunicação. Disponibilidade de informação sobre eventos, acontecimentos, etc. Facilidade para o uso do transporte local, com especial dedicação ao tema descontos e fórmulas que fomentem sua utilização. Informação complementar local sobre: gastronomia, espetáculos, artesanato, mostras de arte, etc. Uma dotação de oficinas de informação adaptadas às necessidades dos usuários. Uma boa sinalização interior, acessível e de fácil compreensão. (CASTILLO, 2006, p. 25)

A partir desses elementos estruturais básicos, analisa uma hierarquia de aspectos que podem impulsionar o turismo urbano, constituída de componentes primários – aqueles mais comuns e com mais potencialidade de atrair turistas -, secundários e adicionais que dizem respeito à infra-estrutura e estruturas de apoio ao turista ou visitantes.

Jansen-Verbeke *apud* Castillo (2006) organiza esses componentes num quadro (Quadro 2) onde observa-se que, tanto as facilidades culturais quanto as características físicas citadas no quadro, englobam elementos do patrimônio material construído e natural. Os recursos sócio-culturais referem-se ao patrimônio imaterial e as facilidades para o entretenimento misturam os dois tipos.

Já os componentes secundários e adicionais dizem respeito às condições de estadia dos turistas, de realização de compras, de acessibilidade aos locais e a estacionamentos, de acesso à informação.

É importante destacar que a disponibilidade de informação ao turista é citada tanto nos elementos básicos prévios destacados por Castillo (2006) como nos componentes adicionais no quadro, mostrando a importância que a informação deve ter na implementação e no desenvolvimento do turismo.

ELEMENTOS E/OU COMPONENTES			
PRIMÁRIOS		SECUNDÁRIOS	ADICIONAIS
LUGARES DE ATIVIDADE	OPÇÕES PARA O DESFRUTE DO TEMPO	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidades de alojamento e alimentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade e facilidades de estacionamento
Espaços Culturais <ul style="list-style-type: none"> • Teatros • Salas de concerto • Cinemas • Salas de exposições • Museus e galerias de arte 	Recursos Físicos <ul style="list-style-type: none"> • Ruas, avenidas e bairros históricos • Edifícios interessantes • Monumentos e estátuas antigas • Construções eclesiásticas • Parques e áreas verdes • Fontes, canais e beiras de rios • Portos e baías 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidades para desenvolver atividades de compra (comércio) • Mercados 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidades turísticas: postos de informação, guias, mapas de localização e prospectos.
Espaços Desportivos <ul style="list-style-type: none"> • De interior e exterior 			
Espaços para o Entretenimento <ul style="list-style-type: none"> • Cassinos • Salas de bingo • Clubes noturnos/boates • Salões de baile e discotecas • Eventos organizados • Festividades 	Recursos Sócio-culturais <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica social • Língua/ idioma • Indumentária e costumes locais 		

Quadro 2 – Elementos básicos do Turismo Urbano

Fonte: Castillo (2006).

Tradução e adaptação: Eliane T. França

3 VISUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

A cartografia consiste na representação dos elementos da realidade de acordo com algumas técnicas que permitem a visualização da espacialização desses elementos. A cartografia pode ser sistemática, aquela que trabalha com a representação de feições gerais da área representada, ou temática, que consiste na representação de temas específicos destinados a determinados usuários. Segundo Archela e Théry (2008) a cartografia temática envolve a elaboração e o uso de mapas e abrange a coleta de informações, a análise das informações coletadas, a interpretação e a representação das informações sobre um mapa-base.

Os mapas temáticos podem ser utilizados por uma infinidade de áreas de conhecimento, cujos assuntos contenham componentes espaciais e, portanto, possam ser representados por meio de mapas. Na área médica, por exemplo, os dados estatísticos de ocorrência de doenças transmitidas por vetores, como a dengue, possuem um componente espacial que é o local de ocorrência da doença ou de focos dos transmissores. Esses locais podem ser mapeados e posteriormente analisados quanto a regiões de maior ou menor incidência da doença e dos focos de mosquitos, permitindo o cruzamento de dados para análise e elaboração do planejamento de ações de prevenção ou tratamento. Para as ciências biológicas a cartografia temática pode ser utilizada na elaboração de levantamentos para delimitação de ocorrências de espécies vegetais exóticas invasoras objetivando o controle de sua propagação, ou para mapeamento de território ocupado por determinada espécie animal com vistas à manutenção de características naturais necessárias à sua preservação, por exemplo. Dessa forma, a cartografia temática pode ser instrumento de análise para as diversas ciências.

A representação cartográfica é uma abstração da realidade, cujo autor seleciona as informações a mapear e dá a elas o tratamento que considera adequado ao tipo de informação, à finalidade do mapa, ao usuário, etc. Dessa forma, um mesmo assunto pode gerar mapas diferentes dependendo das opções do cartógrafo ou mapeador. Isso traz ao mapa uma característica de subjetividade. Além da subjetividade inerente às opções e seleções feitas pelo mapeador, há ainda a interpretação do mapa pelo leitor, que também acontece de acordo com o seu

conhecimento prévio sobre o assunto e sobre a própria cartografia, sendo, portanto, também subjetiva.

De acordo com Nogueira (2008), os primeiros mapas tinham como principal função a orientação no espaço. Essa função foi gradativamente alterada conforme evoluía a sociedade humana e a própria cartografia, incorporando então outras funções: a comunicação e a visualização científica. Ao considerar a complexidade das representações cartográficas, vê-se que os mapas agregam mais de uma dessas funções. Os mapas para localização ou orientação eram compostos por dados geográficos cuja análise servia para localizar e traçar rotas para se chegar aos lugares.

Já os mapas para comunicação trazem informações sobre determinado assunto e local com o objetivo de que o leitor obtenha rapidamente a informação desejada, sem necessidade de ater-se na interpretação mais detalhada do mapa. Nogueira (2008) cita as classes de precipitação pluviométrica de um determinado local, com representação por tonalidades de cinza, da mais clara (precipitação baixa) a mais escura (precipitação alta). Os mapas de hipsometria também são exemplos de mapas para comunicação, porém, na maioria das vezes utilizam cores para representar as classes formando um *dégradé*. Como exemplo, podemos citar o mapa hipsométrico de Londrina, do amarelo claro ao marrom terra. (Mapa 1)

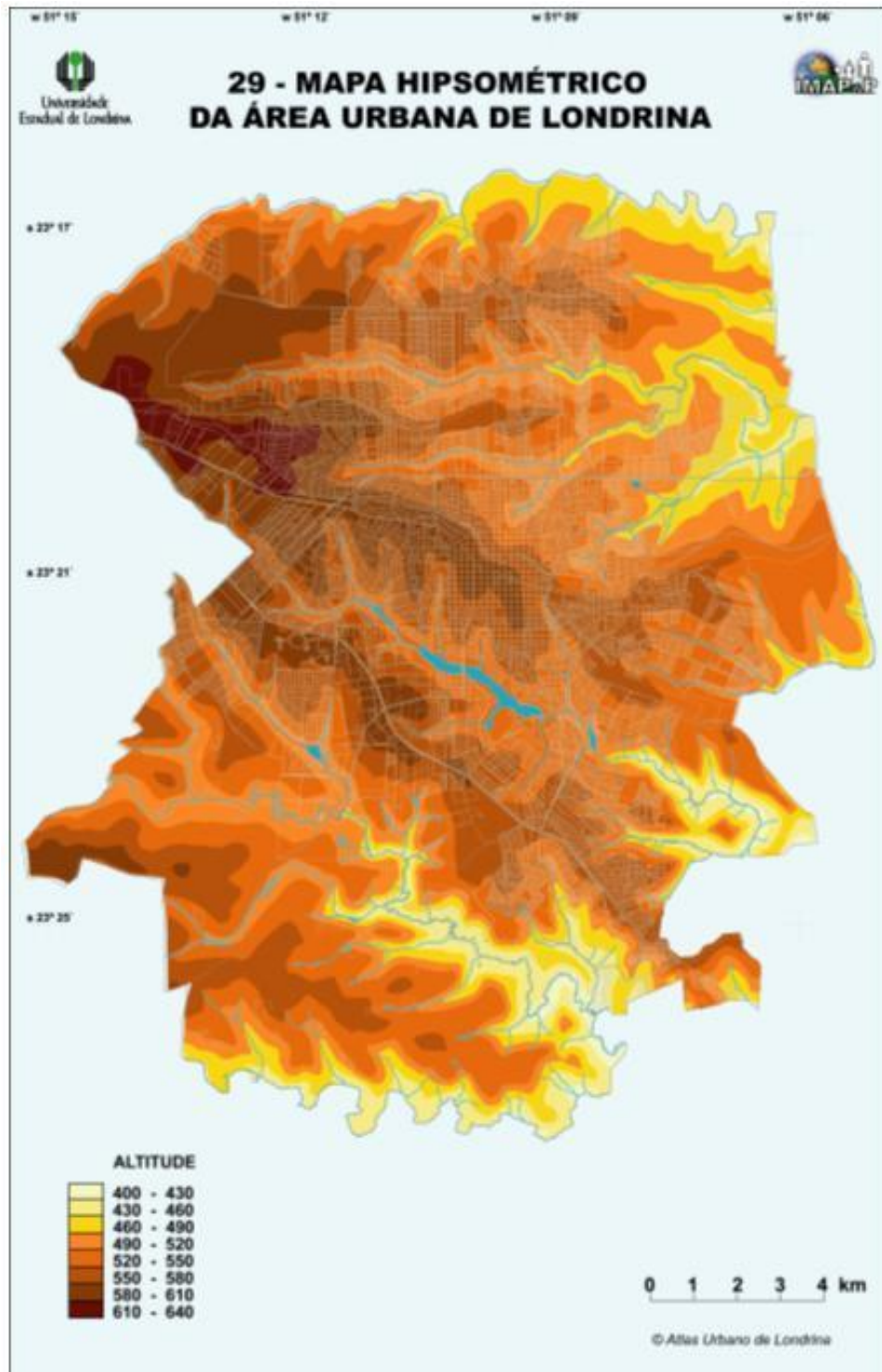
De qualquer forma, esse tipo de mapa não informa apenas as classes de altitude do relevo, mas também as localiza no espaço, evidenciando o caráter essencial de qualquer mapa: a localização seja pontual, linear ou zonal.

Atualmente busca-se uma cartografia que tenha por finalidade não apenas a localização e comunicação, mas que dê subsídios para a análise espacial.

Na pesquisa, ela deve constituir um meio lógico capaz de revelar, sem ambiguidades, o conteúdo embutido na informação mobilizada e, portanto, dirigir o discurso do trabalho científico de forma abrangente, esclarecedora e crítica, socializando e desmistificando o mapa, enaltecendo assim, a finalidade social da ciência cartográfica. (MARTINELLI, 1994, p. 63)

A colocação de Martinelli (1994) vem ao encontro do que Ramos conceitua como visualização científica que consiste no uso da tecnologia computacional “[...] com o objetivo de aumentar a apreensão de informações que

possibilitem ao leitor, por meio de sua exploração, estabelecer suas próprias análises e chegar a um novo conhecimento” (RAMOS, 2005, p. 34).



Mapa 1 – Mapa Hipsométrico da Área Urbana de Londrina
Fonte: Archela e Barros (2009).

A essência da cartografia é a visualização. Ao incorporar à cartografia o conceito de visualização científica, pode-se considerar a existência de uma visualização cartográfica, ou uma cartografia voltada à análise ou ao trabalho científico como menciona Martinelli (1994).

Ramos (2005) define visualização da seguinte maneira: forma como as informações recebidas pelo cérebro são transformadas em conhecimento. A partir dessa definição, conceitua visualização científica, geográfica e cartográfica. A visualização científica é o uso de tecnologias para aumentar a apreensão de informações que possibilitem analisar e chegar a um novo conhecimento. A visualização geográfica seria o uso de representações visuais concretas para tornar visíveis os problemas espaciais. Por fim, a visualização cartográfica surgiria a partir da geográfica e consistiria na utilização de representações visuais tendo como premissa a exploração da informação digital e interativa. Na visualização cartográfica a mensagem comunicada permite que o leitor interaja com ela e a recrie conforme suas necessidades.

De acordo com Ramos (2005) os pesquisadores em visualização cartográfica preocupam-se em estudar as novas tecnologias que permitem a exploração dos mapas pelos usuários. A autora diferencia ainda, a visualização cartográfica da cartografia digital. Segundo ela, a cartografia digital diz respeito à utilização da tecnologia para a confecção de mapas que podem ser disponibilizados em formato analógico ou digital e que, não necessariamente são concebidos na perspectiva da visualização cartográfica. Nesse caso, trata-se da concepção da cartografia como uma ciência da comunicação, onde cabe à representação cartográfica apenas a divulgação de fatos (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007). Por outro lado, a visualização cartográfica é essencialmente interativa, ou seja, fornece ao usuário ferramentas que lhe permitem a exploração das informações para chegar à compreensão do fato. Segundo Queiroz Filho e Rodrigues (2007) essa nova concepção não mais se identifica com a comunicação de dados, mas corresponde a uma nova forma de trabalho que é o “pensamento visual”, ligado à geração de ideias e à estimulação do raciocínio sobre questões desconhecidas. Archela e Théry (2008), considerando o conceito de visualização científica, conceituam o mapa como o resultado de um processo que se inicia com uma base de dados com a qual o leitor interage e pode buscar informações, fazer cruzamento e análise de dados até chegar a um resultado que atenda à sua necessidade.

Desse ponto de vista, podemos considerar que a visualização cartográfica está ligada aos mapas digitais cujos programas contêm grande diversidade de instrumentos de análise. Peterson *apud* Ramos (2005) considera que esse fato torna o conceito de visualização cartográfica um tanto elitista, visto que o acesso aos meios digitais ainda é um pouco restrito apesar de haver um crescimento nesse sentido.

O acesso aos mapas digitais permite o uso da interatividade pelo usuário com o mapa ou o cartógrafo. Porém, essa interatividade depende da disponibilidade de recursos e dos conhecimentos de cartografia. Os Sistemas de Informação Geográfica - SIG - popularizaram a cartografia pela facilidade de acesso, manuseio e visualização de dados espaciais, porém demandam o conhecimento, tanto pelo mapeador quanto pelo usuário, das ferramentas disponíveis, para que haja uma compreensão adequada do mapa.

De acordo com Toribio e Frolova (2005) os SIG objetivam facilitar o tratamento de informações espaciais para localização, análise e representação cartográfica dos fenômenos. No entanto, consideram que nem sempre o software mais completo é o mais conveniente. A aprendizagem dos programas SIG, por ser complexa, não atinge muitos usuários de mapas. Por esse motivo consideram que alguns programas de cartografia, como o Map Viewer e o Philcarto, são mais simples e, portanto, mais vantajosos para aqueles usuários que necessitam adquirir ou apresentar informações espacializadas relacionadas às suas atividades. Toribio e Frolova (2005) destacam duas características dos SIG que implicam em sua complexidade: a grande quantidade de funções que raramente são usadas e a ausência de algumas funções destinadas à análise exploratória de dados.

Os mapas confeccionados, seja por meio de SIG ou programas de cartografia digital, podem ser digitais ou analógicos. Os mapas digitais são aqueles disponibilizados por meio computacional, seja pela internet ou por cd-room. Por analógico entenda-se o meio não computacional ou impresso. A disponibilização digital pode ser uma forma atual e interessante, principalmente pela possibilidade de interatividade do usuário com o mapa. O usuário pode, por meio dos recursos do SIG ou de outros programas de cartografia selecionar os aspectos de interesse e gerar novos mapas, por exemplo. Por outro lado, a disponibilização analógica, ou seja, o mapa impresso possui a praticidade da utilização em qualquer local,

independente da disponibilidade de equipamento (computador), ou por qualquer pessoa que não domine o uso do computador.

3.1 CARTOGRAFIA TEMÁTICA E CARTOGRAFIA TURÍSTICA

Conforme já mencionado, em cartografia pode-se destacar dois tipos de mapas: aqueles chamados mapas sistemáticos ou de referência, que são os mapas de localização de aspectos gerais de um determinado espaço ou do mundo, como os mapas políticos ou físicos encontrados nos Atlas; e aqueles ditos mapas temáticos, constituídos de informação acerca de um tema determinado e, portanto, destinados a estudos e públicos específicos. “Para tanto, estão envolvidos os mapeamentos de fenômenos físicos e culturais ou de idéias abstratas; também incluindo distâncias e direções, padrões de localização ou atributos espaciais de mudanças de tamanho e magnitude” (NOGUEIRA, 2008, p. 48).

A cartografia temática pode ser desenvolvida em duas perspectivas gerais: quantitativa e qualitativa. Um mapa qualitativo é aquele que contém classes de elementos diferenciadas de acordo com uma representação gráfica dada por padrões visuais diferentes, como cores, formas, orientação e granulação. Consideram a diversidade de elementos de acordo com sua natureza ou tipo. O mapa quantitativo, além da espacialização dos fenômenos traz elementos capazes de mostrar relações de proporção e grandeza e utilizam como variável visual, o tamanho.

De acordo com Martinelli (2003) as representações qualitativas expressam a existência, a localização e a extensão dos fenômenos, usando para isso uma variação visual compatível com a diversidade. Essas representações podem trazer toda a diversidade do tema num único mapa – que Martinelli (2003) chama de mapa exaustivo; em vários mapas - formando uma coleção na qual cada mapa mostra um dos aspectos qualitativos; num mapa exaustivo com legenda por coleção; ou ainda a legenda por coleção associada a fotos representativas de cada fato qualitativo.

A cartografia turística pode ser considerada uma cartografia temática, pois trata de um tema específico e destina-se a públicos determinados. A

cartografia para o turismo pode destinar-se ao planejamento das ações relativas ao turismo ou à utilização pelo próprio turista. Duque e Mendes (2006) enfatizam a importância da cartografia no planejamento turístico afirmando que essa tem a condição de agregar valor ao último, visto que possibilita a obtenção de dados mais confiáveis, bem como a contextualização do espaço turístico de forma visível. Os autores citam ainda, a possibilidade de cruzamento de informações por meio de SIG, “[...] proporcionando análises ambientais precisas e a visualização de cenários futuros” (DUQUE; MENDES, 2006, p. 75).

Uma cartografia turística destinada ao planejamento deve conter mais informações e primar pela precisão dessas informações, sob pena de um planejamento inadequado, ao passo que a cartografia para o turista não precisa conter certos dados que são usados pelo planejador. Além disso, a cartografia para o turista deve conter uma linguagem gráfica simples, de fácil entendimento, para que o usuário obtenha rapidamente as informações que precisa. Em outras palavras, a cartografia deve existir para facilitar ao turista a escolha dos locais a visitar, por meio da visualização das vias de acesso e outras informações relevantes. Para isso, deve valer-se da semiologia gráfica utilizada pela cartografia temática. É frequente termos contato com mapas para o turista elaborados sem a observação dos elementos da semiologia gráfica. Esses mapas emitem uma idéia dos atributos turísticos representados por ícones convencionais ou não, mas a idéia da localização e principalmente das distâncias entre os pontos é bastante vaga, o que, por vezes, leva o turista a perder-se no trajeto ou equivocar-se com a distância pensando, por exemplo, que poderia caminhar e percebendo depois que deveria ter tomado uma condução. Outro aspecto que não aparece nos mapas para o turista é o relevo, elemento este que também interfere nos deslocamentos, especialmente para turistas idosos ou com algum tipo de necessidade especial que implique em sua mobilidade.

Somente por essas considerações, já é possível perceber o grau de complexidade de uma cartografia para o turista, pois são muitas as informações a serem mapeadas para que se possa pensar num mapa completo. Diante disso, é preciso avaliar a legibilidade de um único mapa com variadas informações ou a confecção de vários mapas contendo informações por tema ou agrupamentos de temas. Segundo Duque e Mendes é preciso avaliar, também, a expressividade da representação cartográfica, ou seja, a sua “[...] capacidade de atrair a atenção do leitor aos aspectos abordados pelo mapa” (DUQUE; MENDES, 2006, p. 84).

A cartografia se faz essencialmente pela imagem, mas se utiliza também de elementos que complementam a informação facilitando o entendimento da mensagem: título e subtítulo do mapa, legenda, escala e orientações espaciais.

Os mapas para o turista podem ser publicados em formato analógico ou digital. Os mapas elaborados e publicados em formato digital facilitam a experimentação, a correção e a atualização, fazendo com que o usuário tenha sempre as mais recentes informações. Nos dois formatos é possível elaborar um único mapa ou vários. Porém, o formato digital pode ser interativo, ou seja, proporcionar a interação entre o leitor usuário e o mapa, destacando aspectos de maior interesse, sobrepondo diferentes mapas para cruzar informações de que necessita, ou construindo mapas a partir de informações disponíveis.

3.2 SEMIOLOGIA GRÁFICA

Martinelli (1994) refere-se a duas correntes teóricas desenvolvidas no âmbito da cartografia: a Comunicação Cartográfica – baseada na Teoria Matemática da Comunicação, e a Representação Gráfica – fundamentada na Semiologia Gráfica.

A primeira toma como base a comunicação dada em sentido linear e representada pela relação *emissor-mensagem-receptor*.

A segunda associa a cartografia à linguagem gráfica, ou seja, à linguagem destinada à vista. A linguagem gráfica deve comunicar por si só e para isso deve transcrever a relação entre os objetos por meio de signos de mesma natureza. “Assim, a diversidade será transcrita por uma diversidade visual, a ordem, por uma ordem visual e a proporcionalidade, por uma proporcionalidade visual.” (MARTINELLI, 1994, p. 64)

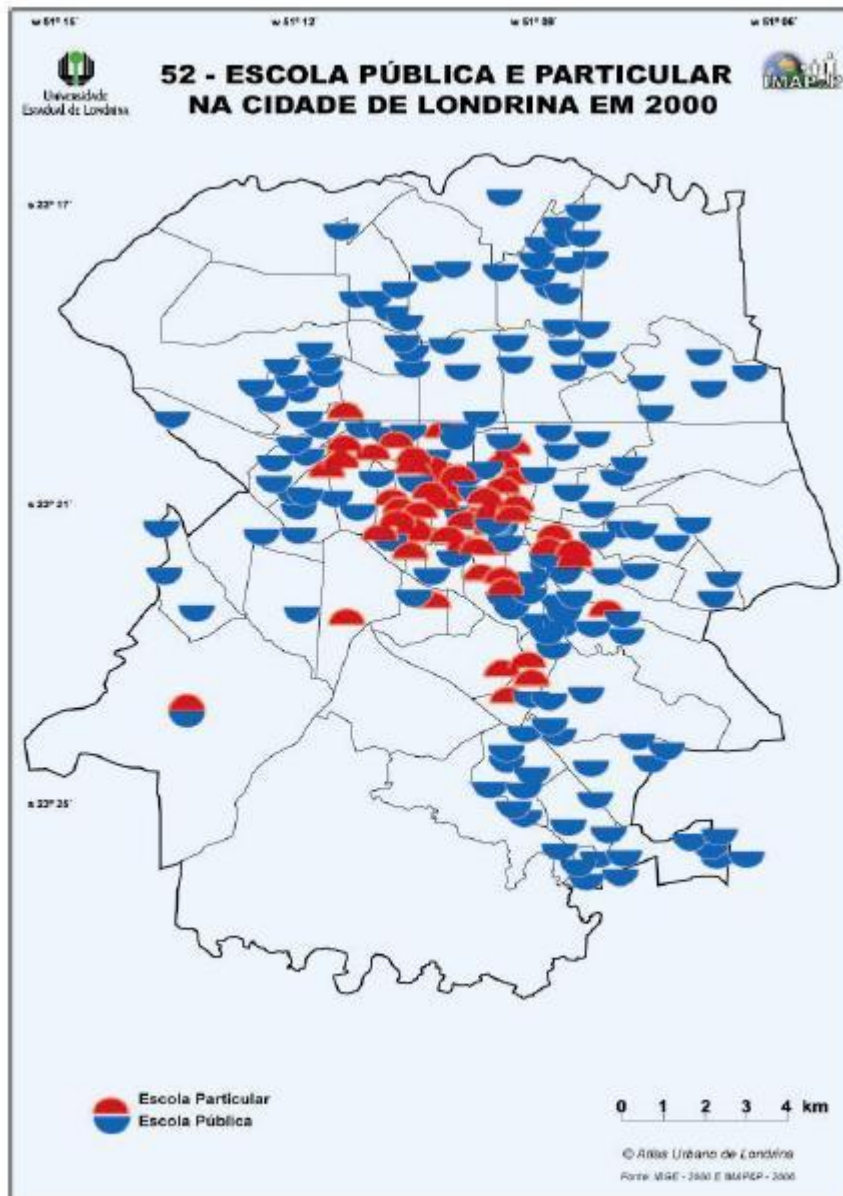
Segundo Archela e Théry (2008), a semiologia gráfica originou-se da Teoria Geral dos Signos, onde o signo (ou símbolo) é composto de dois elementos: o significante e o significado. Este diz respeito às relações entre dados que podem se dar por meio da similaridade ou diversidade, da ordem ou da proporcionalidade; enquanto o significante corresponde à forma gráfica que o representa, ou seja, às variáveis visuais.

A semiologia gráfica é incorporada pela cartografia temática, que dela se utiliza para compor o que Nogueira (2008) chama de *gramática cartográfica*. A autora, com base em Bertin (1986), analisa o uso da semiologia gráfica nas representações cartográficas. Para ela, os símbolos gráficos utilizados nos mapas sistemáticos, como os mapas topográficos, são, de certa forma, padronizados tornando-se convencionais. Já nos mapas temáticos, os símbolos gráficos são tão diversificados quanto à multiplicidade de temas passíveis de serem mapeados. Por este motivo, ao mapear temas variados é preciso estar atento às formas mais adequadas de arranjar os elementos gráficos (pontos, linhas e áreas) a fim de que possam comunicar de forma eficaz a mensagem.

Os pontos, as linhas ou traços e as áreas constituem-se elementos gráficos básicos para a representação cartográfica. Tais elementos Nogueira (2008) chama de gramática cartográfica ou alfabeto cartográfico. O ponto marca a posição. A linha, posição e também direção. A área denota posição, direção e extensão. Assim cada um dos elementos (significante), na ordem descrita, compõe-se de um significado próprio e incorpora o significado do anterior.

Ponto, linha e área correspondem aos modos de implantação pontual, linear e zonal, respectivamente. Os modos de implantação, por sua vez, permitem variações qualitativas e quantitativas que, a eles associadas, produzirão novos significados: a implantação pontual pode variar em forma ou orientação (variação qualitativa) e tamanho (variação quantitativa), por exemplo, remetendo a significados de tipos ou proporção (Mapa 2). Os modos de implantação podem, ainda, aparecer associados e denotando valores, como no caso da associação de pontos e áreas: a quantidade ou concentração de pontos numa área remete a um valor. O valor pode ainda ser quantificado com o uso de números (Mapa 3).

As linhas representam formas lineares no espaço como limites territoriais, estradas, cursos d'água, ou ainda ligam pontos de mesmo valor no espaço - as isolinhas. Elas também podem ser associadas a variações qualitativas e quantitativas, demonstradas por diferentes texturas ou espessuras. As texturas denotam tipos, por exemplo, rodovias ou ferrovias, pistas com ou sem asfaltamento. A espessura pode representar valores como o fluxo de veículos ou a vazão de um rio. Já as áreas podem ser percebidas qualitativa ou quantitativamente pela repetição de pontos ou linhas.



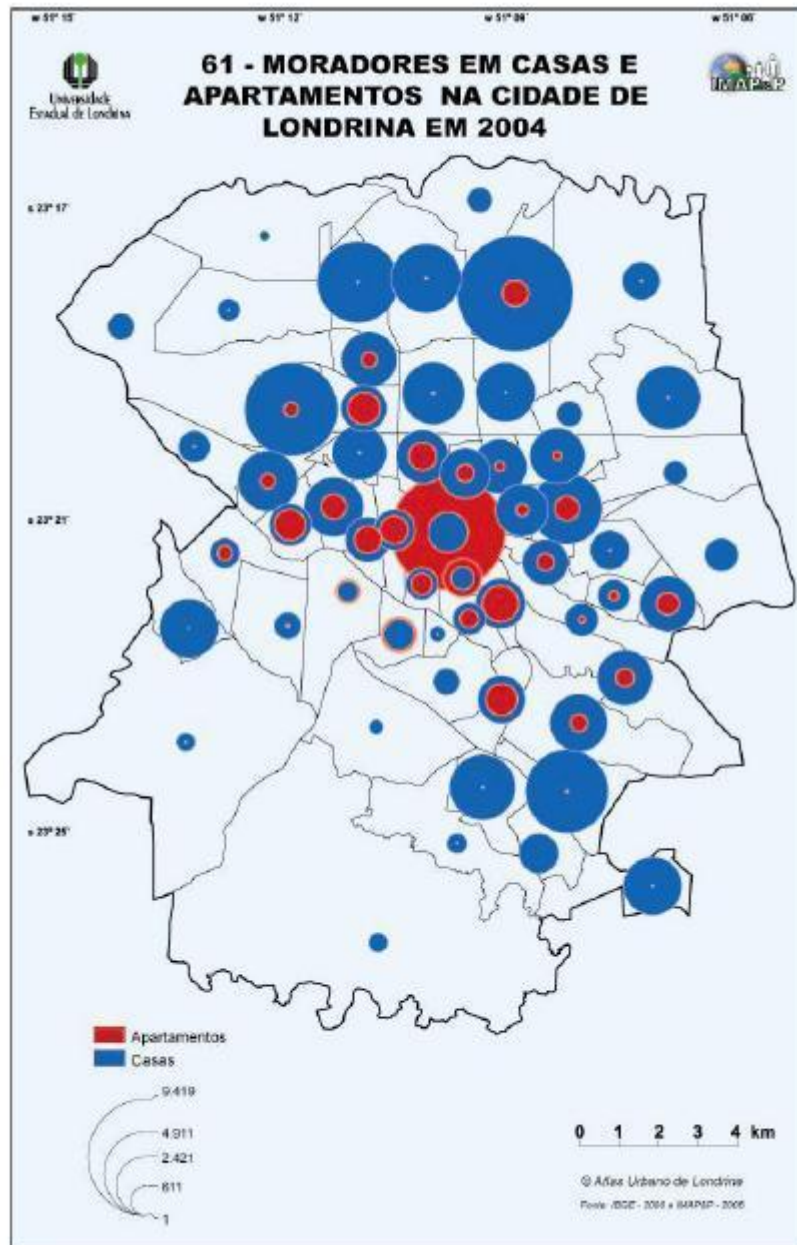
Mapa 2 – Mapa com modo de implantação pontual e informação qualitativa dada pela orientação e cor.

Fonte: Archela e Barros (2009).

Dessa forma é possível colocar em evidência ou não, a gramática cartográfica (ou alfabeto cartográfico), composta por pontos, linhas e áreas.

A maneira de se conseguir isto é considerar a alteração da sua forma, tamanho, orientação, cor, valor e textura. Essas variações gráficas foram identificadas pelo francês Jaques Bertin, ainda nos anos 1960 e denominadas por ele *variáveis visuais* as quais determinam a representação gráfica compondo uma linguagem

bidimensional e atemporal destinada à visão humana. (NOGUEIRA, 2008, p. 126)










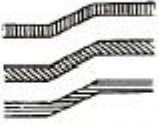







Mapa 3 – Mapa com modo de implantação pontual associando informação qualitativa (cor) e quantitativa (tamanho e valor numérico na legenda).

Fonte: Archela e Barros (2009).

Estudiosos da cartografia basearam-se nas pesquisas de Bertin (1986) para analisar as formas de representação gráfica, mais adequadas para a

cartografia temática. Desses estudos resultaram quadros que sintetizam as proposições de Bertin (1986), criador da semiologia gráfica.

A partir do quadro de variáveis visuais (Quadro 3) é possível perceber o modo de implantação associado às variáveis visuais que resultam em diferentes representações gráficas capazes de comunicar idéias de semelhança/diferença, ordem e proporcionalidade. Segundo Nogueira (2008), essas idéias estão ligadas ao tempo da percepção humana estudada por Bertin (1986), que pode ser imediata ou não.

Implantation	Pontual	Linear	Zonal
Forma ≡			
Tamanho ≠ Q			
Orientação ≠ ≡			
Cor ≠ ≡	<p>Uso das cores puras do espectro ou de suas combinações. Combinação das três cores primárias cian, amarelo, magenta (tricomia).</p>		
Valor ≠ O			
Granulação ≠ ≡ O			
<p>Valor da percepção</p> <p>≡ associativa ≠ seletiva O ordenada Q quantitativa</p>			

Quadro 3 – Modos de implantação e variáveis visuais
Fonte: Joly (2000).

Bertin (1986) propõe que os mapas, para comunicar de forma eficaz sua mensagem, devem ser construídos na perspectiva da percepção imediata, ou seja, o usuário deve vislumbrar instantaneamente o que o mapa quer transmitir. O autor refere-se a esses mapas como *mapas para ver*, e os diferencia do que denomina *mapas para ler*. Nos mapas para ler, a mensagem não é perceptível de imediato e o usuário necessita recorrer à legenda para identificar a simbologia empregada e analisá-la no mapa para compreender a informação. Bertin (1986) alerta para o cuidado que se deve ter ao elaborar mapas para que estes não se tornem mapas para ler.

[...] é preciso lembrar: - que não há necessidade de legenda para perceber uma ordem; todo leitor deve poder classificar sem hesitação os sinais, do maior ou menor; a legenda serve unicamente para verbalizar os limites dos patamares, - que esta classificação instantânea deve evidentemente corresponder à ordem do componente, - que a cor não é ordenada visualmente.” (BERTIN, 1986, p. 147)

A elaboração de *mapas para ver*, portanto, deve garantir que as relações sejam expressas por igual representação gráfica: a ordem deve ser representada por uma ordem visual dada pela combinação entre modo de implantação e variável visual. Da mesma forma, a proporcionalidade por uma proporcionalidade visual e a diversidade por uma diversidade visual.

Ao escolher o modo de implantação e a variável visual a ser utilizada numa representação cartográfica, é preciso considerar as propriedades concernentes a cada uma:

Forma: a forma pode ser geométrica (quadrado, círculo, triângulo...) ou irregular, como nos símbolos pictóricos: avião, construção, árvore e outros. A diferença na forma remete a dados qualitativos designando tipos ou elementos de caráter diferente. Pode ser usada no modo de implantação pontual ou linear.

Tamanho: representa dados quantitativos no modo pontual ou linear. Em ambos os modos, remetem o usuário a uma proporção entre os elementos. A quantificação numérica correspondente a cada tamanho pode aparecer na legenda.

Valor: o valor é dado pela intensidade nas variações do branco ao preto, do claro ao escuro, denotando ordem: baixo, médio, alto, por exemplo. Para comunicar proporção, cada representação deve estar associada a uma legenda que

designe para cada uma, um valor. O valor pode ser utilizado nos três modos de implantação.

Orientação: essa variável aplica-se ao modo linear de implantação e pode ocorrer nas posições: vertical, horizontal e inclinada a 45° para a esquerda ou direita. Associada ao tamanho pode denotar ordenação. Também pode ser útil na substituição da cor, quando utilizada com o propósito dissociativo.

Granulação: é considerada uma variável secundária por Robinson et al. (*apud* NOGUEIRA, 2008), pois deriva do tamanho e espaçamento das primitivas gráficas ponto e linha. Pode ser usada nos modos pontual, linear e zonal.

Arranjo ou padrão: variável introduzida por Robinson et al. (*apud* NOGUEIRA, op.cit.). Composta pelas diferentes formas e configurações de linhas e pontos para constituir áreas. É mais usada como variável seletiva, mas também pode ser ordenada.

Cor: a cor ou matiz é o resultado do “[...] processamento mental da radiação eletromagnética detectada pelos olhos humanos” (NOGUEIRA, 2008, p. 135). A cor é uma variável seletiva, mas pode também designar ordem quando associada à saturação também chamada de croma que é a:

[...] quantidade de cor pura existente em uma cor, considerada a partir do cinza; ou seja, o croma de qualquer cor pode se estender do cinza, sem cor aparente, para a cor pura, sem cinza aparente. Assim como o **Valor**, o **Croma** é **ordenado** (grifo da autora) e usado da mesma forma. (NOGUEIRA, 2008, p.132)

Além da intensidade, a cor possui brilho. O brilho é mais comumente denominado tonalidade e diz respeito à quantidade de energia refletida.

A cor é aplicável aos três modos de implantação podendo expressar diferença quando se utiliza de cores antagônicas e hierarquia ou harmonia quando é seguida uma sequência cromática. A utilização da sequência cromática é facilitada com o uso do Círculo das Cores (Figura 1) que apresenta uma sequência estabelecida com base nos comprimentos de ondas correspondentes a cada matiz.

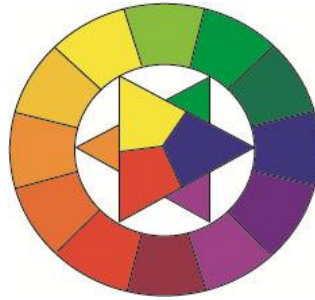


Figura 1 – Círculo das cores.
Organização: Eliane T. França

As cores antagônicas devem ser utilizadas para expressar dados diferentes, tipos, espécies. Dados hierárquicos ou sequenciais podem utilizar a mesma matiz diferenciada pelo brilho ou tonalidade (mapa monocromático) ou matizes diferentes observando a sequência cromática (mapas policromáticos). É importante que a sequência seja construída com apenas um dos lados do Círculo das Cores: do amarelo ao roxo (cores frias) ou do amarelo ao vermelho escuro (cores quentes).

Ao utilizar a variável cor é necessário cuidado na escolha, especialmente do brilho, pois este pode denotar um grau de importância maior para determinado objeto ou fenômeno (NOGUEIRA, 2008).

Além dos elementos da semiologia gráfica, uma representação cartográfica necessita, conforme mencionado anteriormente, de outros elementos que auxiliam na compreensão da mensagem, os componentes visuais: título e subtítulo do mapa, legenda, escala, orientação geográfica e inserções cartográficas (NOGUEIRA, 2008). O título e subtítulo de um mapa temático têm grande importância, pois indicam informações essenciais como: o que, onde e quando. As informações constantes no título podem variar, dependendo do tipo de disponibilização: como parte de um texto ou livro-texto, ou como mapa individual. No caso de mapa individual, o texto deve ser o mais completo possível para que o usuário não tenha dúvida sobre seu conteúdo. A posição do título no mapa deve ser acima da folha ou da metade para cima. A legenda é o “guia de leitura” do mapa; fornece os significados necessários à decodificação das informações. Devem trazer, em primeiro lugar, os significados dos códigos essenciais à temática do mapa,

seguidos pelos demais códigos, incluindo aqueles que designam elementos do mapa base. A gramática cartográfica (ponto, linha e área) deve ser considerada no agrupamento dos códigos para organização da legenda.

[...] em um mapa de uso da terra, as classes de uso, mostradas áreas retangulares na legenda, devem vir no topo da mesma, seguidas dos elementos lineares (estradas, rios, se forem necessários) e dos pontuais (localidades). (NOGUEIRA, 2008, p. 252)

A escala é essencial para os mapas que envolvem distâncias e pode aparecer de duas formas: a numérica e a gráfica. Nos mapas de roteiro ou viários, auxiliam a interpretação das informações. A escala gráfica é a mais adequada aos mapas virtuais, já que estes podem ser impressos em diferentes tamanhos. Neste caso, a escala numérica teria que ser novamente calculada a cada redução ou ampliação. A escala gráfica, por apresentar uma relação direta entre o tamanho real e o da representação, aumenta e diminui proporcionalmente à ampliação ou redução do mapa e, portanto, mantém sua funcionalidade na representação das distâncias.

A orientação geográfica é, convencionalmente, dada pela indicação do norte nos mapas, geralmente por meio de uma seta com a letra N. Em alguns casos encontra-se o desenho da rosa-dos-ventos com destaque para o norte. A indicação da direção é importante para a correta orientação do leitor; ela facilita ao leitor encontrar a localização do que procura. Segundo Nogueira (2008), em alguns casos a orientação geográfica pode ser dispensada: em mapas de áreas familiares como o do Brasil e em mapas que contenham coordenadas geográficas. No entanto, o primeiro caso é questionável, visto que o mapa pode vir a ser utilizado por pessoas para as quais a área representada não seja familiar, especialmente se o mapa for disponibilizado para acesso pela internet. Em relação ao posicionamento da indicação do norte, o mais adequado é que seja colocada do meio para baixo da folha de papel ou tela do computador.

As inserções cartográficas são pequenos quadros contendo outros mapas, gráficos ou tabelas, imagens aéreas, terrestres ou orbitais. Le Sann (1985) denomina esses recursos de encarte. Segundo ela, os encartes permitem a ampliação de área do mapa objetivando facilitar a leitura de símbolos ou destacar detalhes do mapa principal; aproximar espaços contíguos, mas distantes e localizar

a área num espaço maior. As inserções ou encartes devem ser utilizados para auxiliar o entendimento do mapa pelo usuário, portanto deve-se ter cuidado com a escolha do mapa ou imagens para que não atrapalhem a compreensão. Deve-se cuidar também para que as inserções realmente acrescentem alguma informação, caso contrário, são perfeitamente dispensáveis.

4 REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA-PR

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA DO MUNICÍPIO

O município de Londrina está localizado no norte do Estado do Paraná (Mapa 4), entre as latitudes 23°08'47" e 23°55'46" Sul e as longitudes 50°52'23" e 51°19'11" Oeste.



Mapa 4 – Localização do município de Londrina-Pr.

Fonte: Londrina (2007).

Encontra-se sobre a Formação Geológica Serra Geral que incorpora os derrames de lava ocorridos na Era Mesozóica, período Jurássico-Cretáceo. A Formação Serra Geral cobre as camadas do Arenito Botucatu. Os derrames produziram-se a partir de uma atividade vulcânica tranquila, em que o magma basáltico foi expelido por grandes fendas de tensão espalhando-se sobre a superfície (PETRI, 1983). A rocha resultante do resfriamento do magma (basalto) submetida a um clima tropical úmido decompôs-se e deu origem ao solo de cor avermelhada que ficou conhecido como “terra roxa” e que recobre todo o município

de Londrina, bem como grande parte do norte paranaense. A terra roxa atraiu os fazendeiros do café pela fertilidade proporcionada pelo alto teor de matéria orgânica devido à presença da mata pluvial tropical. Atualmente a camada orgânica inexistente nas áreas cultivadas (FRANÇA, 1997).

As altitudes vão dos 370 metros às margens do Tibagi no nordeste do município até a altitude de 880 metros a sudoeste. A região caracteriza-se por relevo suave ondulado, com declives longos e vales abertos.

A região norte do Paraná é cortada pelo Trópico de Capricórnio, o que lhe confere aspectos climáticos bastante individualizados em relação às regiões adjacentes. Trata-se de um clima de transição onde há interferências periódicas das massas de ar Equatorial Continental e Polar Atlântica. A média térmica anual varia entre 19 e 22 graus centígrados. O clima pode ser classificado como do tipo Cfa, de Köppen: subtropical com verão quente, com chuvas bem distribuídas durante o ano (AYOADE, 1991).

Quanto à vegetação, a predominância de florestas no norte paranaense está em acordo com as condições de umidade da região, pois “[...] a vegetação é, em primeira linha, a expressão do clima em relação à latitude e altitude” (MAACK, 1981, p. 199). A posição subtropical da região de Londrina favorece a formação da Mata Pluvial Subtropical, devido ao grande teor de umidade que apresenta nos diversos meses do ano, o que possibilita um ciclo biológico contínuo e a multiplicidade de espécies vegetais em áreas pequenas. Segundo Maack (1981), a mata conquistou a maior parte da área do estado no Quaternário Recente.

A região Norte do Paraná, a oeste do rio Tibagi, anteriormente tomada por extensa mata subtropical e habitada por índios Coroados, começa a ser descoberta e cobiçada pelos paulistas que já estendiam suas culturas cafeeiras a leste do Tibagi desde 1867 (FOLHA DE LONDRINA, 1993).

A ocupação efetiva pelo não índio foi resultado do empreendimento imobiliário implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP - de origem inglesa, que comercializou cerca de 40 mil lotes rurais de pequenas e médias dimensões e aproximadamente 70 mil lotes urbanos (FOLHA DE LONDRINA, 1983, p. 5). A Companhia oferecia facilidades para pagamento dos lotes, sendo que a madeira encontrada no lote pertencia ao proprietário que podia comercializá-la, conseguindo o capital inicial para implantar o cultivo do café. Era determinado em

contrato que dez por cento da mata de cada lote deveria ser preservada (FOLHA DE LONDRINA, 1993, p.6).

A CTNP iniciou seu projeto de colonização, com a divisão da área em lotes pequenos dotados de certa infra-estrutura e posicionados em relação aos espigões no modelo que ficou conhecido como “espinha de peixe”: propriedades retilíneas, estreitas, com acesso às estradas para escoamento da produção na parte mais alta, e terminando ao fundo num curso hídrico (MENDONÇA, 1994).

4.2 PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA – PR

Atualmente Londrina é uma cidade de 74 anos, com aproximadamente 500 mil habitantes, marcada por uma história de rápido crescimento e de modernização acelerada. As características físicas de Londrina especialmente o solo “vermelho” e os vales abertos, embora menos visíveis na área urbana, coexistem com as construções novas e antigas, compondo a identidade da cidade.

O rápido crescimento e a modernização provocaram a substituição em larga escala de elementos urbanos, especialmente aqueles edificados situados na área central da cidade. Essa substituição atingiu alguns prédios que caracterizavam a área central como o antigo Paço Municipal e a Catedral Metropolitana. O processo de verticalização que se instaurou após os anos de 1970 promoveu a substituição das residências centrais por prédios comerciais e condomínios, atingindo também as residências da Avenida Higienópolis que marcaram os tempos áureos do café.

Apesar das grandes alterações provocadas pela modernização, ainda hoje encontramos vários elementos pertencentes às primeiras décadas da cidade e que constituem um patrimônio digno de conservação. Algumas ações administrativas do município vêm resgatando parte desse patrimônio, como é o caso da revitalização das praças Marechal Floriano Peixoto e Rocha Pombo, na área central, com a reconstituição do mobiliário urbano de época. Entretanto muitos outros elementos permanecem sem a devida valorização pelos órgãos municipais e podem perder-se no confronto com os interesses econômicos vigentes,

especialmente aqueles relacionados à especulação imobiliária. Um caso recente em Londrina ilustra bem este ponto: a demolição da casa conhecida como “casa dos gnomos” ou “casa dos anõezinhos” situada na Avenida Higienópolis esquina com Rua Tupi. A demolição (Figura 2) causou pesar nos habitantes da cidade que escreveram muitas cartas publicadas pelos jornais locais. Esse fato demonstra o caráter de identidade do patrimônio ao qual se referiu Crichyno (2001) quando afirmou que o patrimônio é um fato social, uma representação coletiva, envolvendo imagens, valores, ideais. Talvez a casa não tivesse um grande valor arquitetônico, mas fazia parte do imaginário dos cidadãos, tendo, portanto, um reconhecido valor social e de identidade local. A identidade de um povo se materializa nas construções e nas paisagens da cidade.



Figura 2 – Demolição da “casa dos gnomos”.

Fonte: Jornal de Londrina (2007).

Foto de Alexandre Takaoka.

Mesmo com muitas perdas, a cidade incorporou alguns elementos do patrimônio como atrativos turísticos. Estes elementos aparecem nos mapas turísticos da cidade que serão analisados neste trabalho. Entretanto, muitos elementos que também contam um pouco da história de Londrina não aparecem nas relações oficiais do patrimônio londrinense. Recentemente têm sido publicados

vários livros, alguns deles com recursos do PROMIC- Programa Municipal de Incentivo à Cultura, que contam a história da cidade e identificam muitos destes elementos que não aparecem oficialmente, mas que permanecem na memória dos moradores mais antigos da cidade. Alguns já não existem mais; outros ali estão, ainda compondo a paisagem, mas passam despercebidos aos olhos de quem não conhece a história. Esses livros, entre eles: “Revelações da História: o acervo do foto Estrela” (VIEIRA, et al., s.d.), “Juliani: um homem, sua máquina e a história de Londrina” (ARRUDA, 2002), “Londrina puxa o fio da memória” (MUSILLI e ABRAMO, 2004), “Labirinto da Memória: paisagens de Londrina” (YAMAKI, 2006) e “Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina” (BORTOLOTTI, 2007), trazem importante contribuição para a valorização ou revalorização do patrimônio ambiental urbano de Londrina, conforme tornam visíveis à população e aos administradores municipais, aqueles elementos despercebidos. Essa visibilidade “provocada” pode constituir-se em suporte para a divulgação desse patrimônio, por meio de ações de educação patrimonial³ junto aos moradores de forma geral ou mesmo para um trabalho pedagógico nas escolas visando ao mesmo objetivo.

A imprensa local também tem sua parte de contribuição ao realizar reportagens sobre alguns elementos do patrimônio quase esquecidos, como a antiga casa da família Benatto construída em 1939 na Avenida Souza Naves (FOLHA DE LONDRINA, 2008), hoje perdida em meio ao comércio (Figuras 3 e 4); a antiga Choperia e Pizzaria O Casarão na Avenida Maringá (JORNAL DE LONDRINA, 2009) e a Máquina de Arroz, na Rua Santa Catarina. (Figura 5)

³ A Educação Patrimonial tem como finalidade promover o entendimento do patrimônio como elemento fundamental de identificação do indivíduo com o seu ambiente, promovendo o direito à memória e à cidadania.



Figura 3 – Casa na Rua Souza Naves ainda utilizada, como residência.
Fonte: Autora (2009).



Figura 4 – Entorno da localização da residência.
Fonte: Autora (2009).



Figura 5 – Máquina de Arroz, em funcionamento desde 1938.
Fonte: Autora (2009).

Ações desenvolvidas pela iniciativa privada, especialmente empresários do comércio e serviços, também contribuem positivamente para o patrimônio da cidade na medida em que desenvolvem suas atividades conservando os bens do patrimônio, em especial, o patrimônio edificado.

Como citado anteriormente, Castriota (2007) destaca três modelos de intervenção sobre o patrimônio: a preservação, a conservação e a reabilitação urbana. Considerando o conceito de conservação, ou seja, a manutenção das características essenciais da edificação permitindo adaptações que não a descaracterizem, pode-se encontrar em Londrina, vários exemplos: na iniciativa privada, o bar Empório Guimarães (Figuras 6 e 7) que ocupa o antigo galpão do Armazém Sahão de estocagem de algodão, datado das primeiras décadas de

criação da cidade e situado à Rua Belém, próximo à Avenida Leste-Oeste, no antigo eixo do transporte ferroviário. O ambiente guarda a estrutura original do prédio, incluindo paredes rústicas, e insere os elementos novos necessários ao seu uso atual.



Figura 6 – Fachada do Bar Empório Guimarães.

Fonte: Autora (2009)

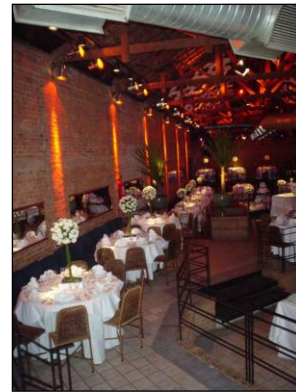


Figura 7 – Interior do bar Empório Guimarães onde se pode visualizar a estrutura original da construção (paredes, madeiramento do teto) e as adequações para a atual utilização (ar condicionado, iluminação, móveis, etc.).

Fonte: Empório Guimarães (2009).

Um exemplo de conservação pelo poder público é a Biblioteca Municipal, antigo Fórum, inaugurado em 1947. Posteriormente, em 1966, passou por uma ampliação, ocupando o terreno vizinho com a sala do Tribunal do Júri, onde hoje está o Teatro Zaqueu de Melo (Figura 8). Para comportar a biblioteca e o teatro, o edifício passou por algumas adequações, mas manteve a fachada e os detalhes internos como os vitrais (Figura 9) e as escadas.



Figura 8 – Fachada da atual Biblioteca Pública Municipal, antigo Fórum.

Fonte: Autor (2009).



Figura 9 – Detalhes preservados (vitrais, lustre) no interior da atual Biblioteca Pública Municipal, antigo Fórum.

Fonte: Autora (2009).

O modelo de intervenção denominado “reabilitação urbana” amplia a perspectiva de conservação na medida em que delega à sociedade importante papel nas ações relacionadas ao patrimônio e trabalha na perspectiva de fazer com que áreas degradadas ou estagnadas sejam reintegradas à dinâmica sócioeconômica. Um exemplo de reabilitação urbana em Londrina, tendo como objeto grupos de edificações urbanas, é a Quadra 19, assim denominada pela Secretaria de Cultura em razão numeração da planta baixa do projeto da cidade, elaborada pela Cia. de Terras Norte do Paraná – CTNP. A Quadra 19 está situada entre a Alameda Manoel Ribas, a Rua Rio de Janeiro, calçadão e Rua Minas Gerais (Mapa 5). As edificações formam o contorno da quadra que faz parte da elipse central e datam da década de 1940 formando um conjunto homogêneo (Figura 10). Esse conjunto arquitetônico pode ser considerado formador de identidade local por ser reconhecido facilmente no traçado da cidade e por ter resistido à passagem do tempo sem alteração de suas principais características, como o alinhamento, a altura e a fachada. Além disso, o conjunto mantém-se integrado à economia local por meio do comércio e da prestação de serviços, especialmente bancários. A Quadra 19 possui agências e postos de atendimento de três diferentes bancos.



Mapa 5 – Localização da Quadra 19 na elipse central.

Organização: Eliane T. França

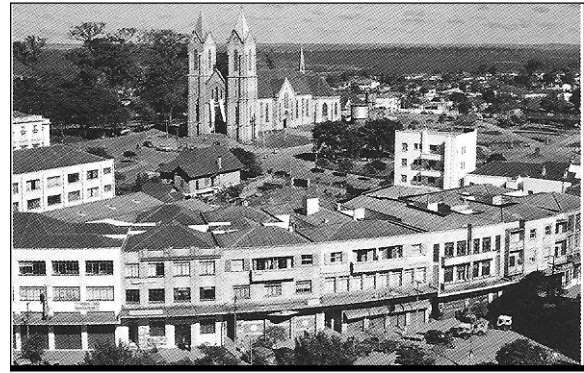


Figura 10 – Construções da década de 1940, na Quadra 19.

Fonte: Vieira et al. [s.d.]

A reabilitação urbana pode acontecer pela ressignificação funcional – introduzir a um lugar ou edificação, uma função diversa da original. Nesse caso, pode-se destacar em Londrina o conjunto formado pelo Museu de Arte e Museu Histórico, respectivamente rodoviária e ferroviária, separadas pela Praça Rocha Pombo. O prédio da antiga rodoviária e a praça são hoje tombados pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em tempos passados esse conjunto era a porta de entrada para a cidade, ou seja, por aí chegavam compradores de terras, futuros moradores, gente do Brasil e do mundo em busca de novas oportunidades. Associado aos hotéis próximos e à Rua Sergipe onde já se concentrava o comércio, o conjunto era o próprio dinamismo de uma cidade nova e promissora. O crescimento acelerado, entretanto, impulsionou alterações nessa área: a retirada da linha férrea e a transferência da rodoviária para outra com maior capacidade o que veio a causar certa estagnação no local. A implantação dos dois museus possibilitou novos usos às duas edificações que passaram a receber visitantes. Recentemente a Praça Rocha Pombo passou por reforma que reconstituiu seus aspectos originais com o objetivo de conservação do patrimônio tombado e a reutilização da praça pela população. Dessa forma busca-se a revitalização da área para combater a estagnação.

4.2.1 Caracterização do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina - PR

A Secretaria Municipal de Cultura vem realizando o inventário do patrimônio de Londrina na perspectiva de conservação. A Secretaria não utiliza a expressão “patrimônio ambiental urbano”, mas adota o termo “patrimônio cultural” utilizado pela legislação brasileira para designar os bens tangíveis e intangíveis que compõem o patrimônio local. O inventário em andamento é parte do Plano Diretor de Preservação elaborado por essa secretaria e visa ao registro oficial dos bens do patrimônio, bem como sua disponibilização aos interessados pelo assunto. Nota-se que a Secretaria de Cultura utiliza “preservação” para o Plano Diretor, no entanto, ao analisar o conteúdo do plano, bem como o inventário, percebe-se que o conteúdo de ambos está em acordo com a idéia de conservação exposta anteriormente. A Secretaria trabalhou também, em conjunto com um grupo de profissionais, numa proposta de lei de patrimônio que deverá compor o Plano Diretor da Cidade, atualmente (2009) em estudo. A minuta do projeto de lei define, em seu artigo 1º, os componentes do patrimônio cultural de Londrina:

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO CULTURAL

Art.1º O Patrimônio Cultural de Londrina, é integrado pelos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e memória coletiva londrinense, tais como: edificações isoladas e/ou em conjunto, ruas, bairros, traçados urbanos, praças, paisagens, sítios arqueológicos, monumentos naturais, além de saberes e manifestações que, por sua importância para consolidar a identidade cultural, mereçam proteção do Município. (YAMAKI, 2006b, p.1)

O documento também determina em seu artigo 3º, os critérios para a análise dos elementos que serão protegidos. Tais critérios demonstram uma concepção mais dinâmica de patrimônio em detrimento da visão estática de preservação.

Art.3º Constitui Patrimônio Cultural de Londrina os elementos que serão analisados sob os seguintes critérios:

- I- Ser pioneiro ou um dos primeiros
- II- Ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade
- III- Pela singularidade da técnica construtiva e material utilizado
- IV- Pela excepcional qualidade espacial e paisagística
- V- Pelos fatos históricos que tenham ocorrido no local

- VI- Ser formador da identidade local
- VII- Ser testemunho da durabilidade da cidade
- VIII- Pelos saberes tradicionais
- IX – Pela qualidade artística (YAMAKI, 2006b, p.2)

O Inventário da Secretaria de Cultura, que ainda está em execução, demonstra esses critérios em sua análise. Cada elemento é datado, descrito, caracterizado em seu uso passado e atual e em seu grau de conservação, e o critério utilizado é especificado em item próprio. O inventário traz, ainda, o mapa de localização e o projeto, quando edificação ou locais públicos. A maior parte dos elementos inventariados até o momento compõe o patrimônio arquitetônico e restringe-se à área central da cidade. O patrimônio paisagístico possui alguns elementos inventariados constituídos principalmente pelas praças centrais. Os monumentos contidos nas praças também constam no inventário.

A lei municipal de patrimônio ainda está em tramitação e deverá compor o Plano Diretor da Cidade de Londrina, reforçando as ações de conservação da memória urbana. De acordo com Castriota (2007), esse é o caminho para que a ação estatal sobre a conservação do patrimônio deixe de ser apenas aquela voltada à preservação de elementos de excepcional valor para constituir uma ação contínua no processo de planejamento urbano. Outra importante questão da conservação do patrimônio é a possibilidade de ações conjuntas com iniciativas privadas e com as comunidades. A participação da comunidade ocorre desde a identificação até a busca de alternativas para a utilização ou reutilização do patrimônio arquitetônico.

Na elaboração da proposta de plano diretor de preservação para Londrina a população foi ouvida sobre o que considerava elementos importantes para se preservar como parte da história da cidade. A identificação do patrimônio com a participação da população atende aos princípios dos novos modos de pensar o patrimônio como algo resultante de um processo. A participação da população na identificação dos elementos significativos da memória da cidade faz com que os vínculos entre população, lugares e elementos sejam fortalecidos e, conseqüentemente, as pessoas se sintam mais responsáveis pela conservação do patrimônio (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987). A incorporação da percepção da população acerca dos lugares e elementos pode contribuir na identificação de elementos não institucionais importantes (CASTELLO, 2000).

Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza. [...] E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. [...] Os objectos do passado proporcionam estabilidade pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado. (SILVA, 2008, p. 2)

Com a finalidade de verificar os elementos simbólicos que a população identifica como património foram realizadas 150 entrevistas na área central da cidade de Londrina (YAMAKI, 2003) questionando sobre os elementos que consideravam importantes preservar de acordo com as categorias: a) Casa/ edifício/ construções; b) Praças; c) Ruas; d) Esquinas; e) Bairros; f) Igrejas ou templos; g) Paisagens; h) Elementos naturais; i) Objetos.

Ao observar as respostas obtidas nas entrevistas percebe-se que a maioria dos elementos citados pelos entrevistados são aqueles situados na área central da cidade, bastante conhecidos por todos e que se destacam enquanto elementos de tempos passados.

Alguns elementos citados nas entrevistas, por categoria, foram:

- Casas/ edifícios/ construções – Museu Histórico (antiga ferroviária), Museu de Arte (antiga rodoviária) e Mansão Garcia atualmente ocupada pelo Banco Real.
- Praças – Praça Rocha Pombo, Praça Marechal Floriano Peixoto e Praça 7 de Setembro.
- Ruas – Av. Higienópolis, Av. Paraná e Rua Sergipe.
- Esquinas – Av. Higienópolis com Av. JK, Alameda Manoel Ribas com Av. Rio de Janeiro, Av. Paraná com Rua São Paulo.
- Bairros – Vila Casoni, Centro e Vila Nova.
- Igrejas ou templos – Catedral, Igreja Presbiteriana Independente (Rua Mato Grosso) e Templo Honganji.

- Paisagens/Elementos naturais - Lago Igapó, Parque Arthur Thomas, Bosque, Zerão, Mata do Godoy, fundos de vale, UEL, Barragem e Salto Apucarantina.
- Objetos: Monumento ao Viajante, Concha Acústica e “Relojão”.

Percebe-se por esta observação, que o que ainda permanece no imaginário social é o conceito de patrimônio na sua forma tradicional de entendimento: elementos isolados que lembram épocas passadas e que devem ser preservados. É certo que a quantidade de entrevistados é pequena (cento e cinquenta) frente à população da cidade que é de cerca de 500 mil pessoas, mas nos dá um indicativo de que a população ainda não incorporou os novos conceitos relativos ao patrimônio, ou seja, aqueles que o identificam com a dinamicidade característica das cidades e das sociedades.

4.2.2 Definição do patrimônio ambiental urbano de Londrina - PR

Para fins deste trabalho considera-se os elementos constantes nos incisos IV e V do artigo 216, Seção II, Da Cultura, da Constituição Federal (BRASIL,1988), com ênfase nos objetos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos; e os sítios de valor histórico, paisagístico e ecológico. Elementos estes concretos, palpáveis e visíveis na paisagem construída no espaço ao longo do tempo. Considerar-se-á para efeitos de mapeamento os elementos que estejam na área urbana de Londrina, sendo esta compreendida como a área efetivamente urbanizada associada à área de expansão urbana delimitada pelo IPPUL- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Figura 11).



Figura 11 – Área urbana de Londrina. Em cinza a área efetivamente urbanizada e em branco, a área de expansão urbana.

Os elementos concretos construídos aparecem em todo espaço humanizado, seja rural ou urbano, associado aos elementos concretos naturais, como não poderia deixar de ser, já que toda sociedade tem uma base natural. É certo também que os elementos construídos são mais evidentes nas áreas urbanizadas. Ao compor uma paisagem associam-se a elementos do sítio natural, mas quanto maior o adensamento dos elementos construídos, menos visíveis se tornam os elementos naturais, ao ponto de passarem, muitas vezes, despercebidos pela própria população residente na área urbana. A impermeabilização do solo, a terraplenagem, as canalizações de cursos d'água e as alterações urbanísticas de forma geral, por vezes escondem os elementos naturais existentes nas cidades: solo, rios, afloramentos rochosos, vegetação nativa e relevo.

A Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, que vem trabalhando na determinação do patrimônio desta cidade, editou em 2007 uma cartilha denominada “Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina” (LEZO et al., 2007). A cartilha traz a conceituação de Patrimônio “Histórico-Cultural”, termo utilizado com o mesmo significado contido nos documentos oficiais para designar o Patrimônio Cultural. A Secretaria Municipal de Cultura de Londrina utiliza “Histórico-Cultural” com um só significado, ao contrário dos autores já citados que incluem o Histórico no Cultural, como uma de suas subdivisões. No conceito de Lezo et al. (2007 p. 6) patrimônio Histórico-Cultural é tudo aquilo que se relaciona com a identidade de um povo: as manifestações materiais ou imateriais que “[...] diferenciam um grupo dos

demais, que representam simbolicamente suas particularidades ou que estão intrinsicamente ligadas ao seu dia-a-dia.”

A cartilha conceitua, também, o patrimônio material e imaterial, estabelecendo, respectivamente, bens tangíveis, concretos e bens intangíveis, que não podemos tocar. Dentro dessa classificação geral, estão as subdivisões apresentadas no Quadro 4.

A proposta de cartografia do patrimônio ambiental urbano considerará o patrimônio material e aqueles elementos físicos que podem exprimir o patrimônio imaterial, como os restaurantes, os templos e os espaços destinados a apresentações artísticas.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	
MATERIAL	IMATERIAL
Edifícios	Costumes
Sítios urbanos	Artesanato
Paisagens	Culinária
Reservas naturais	Músicas e danças típicas
Sítios e vestígios arqueológicos	Crenças e ritos religiosos
Documentos	Festas tradicionais
Obras de Arte	Técnicas e ofícios

Quadro 4 – Patrimônio Histórico-Cultural

Fonte: Lezo et al. (2007).

Organização: Eliane Teixeira França

Alguns desses elementos são exemplificados na Cartilha, por categorias: patrimônio arquitetônico, patrimônio urbanístico, patrimônio paisagístico, patrimônio natural e patrimônio artístico. A Cartilha define como patrimônio arquitetônico aquele

[...] formado pelas edificações, sejam elas isoladas ou em conjunto, no meio urbano ou rural. Um edifício pode ser considerado importante devido a diferentes aspectos, como idade, estética, técnicas utilizadas na construção ou por fazer parte da história do lugar e também do grupo de pessoas que o habita. (LEZO et al., 2007, p. 8)

São destacados alguns exemplos como os prédios da Biblioteca Pública e Teatro Zaqueu de Melo, o conjunto de edifícios da Quadra 19 e as Casas

de Madeira. A estes exemplos podemos acrescentar muitas outras construções que representam, tanto quanto as já citadas, os primeiros tempos da cidade, bem como sua trajetória marcada por um rápido crescimento e que, por meio de sua história conta a história da cidade. Entre eles:

- Quarteirão Cultural ou Quadra 33: conjunto composto pelos prédios da Biblioteca Pública (antigo Fórum), os Correios, a Secretaria de Cultura, o Centro de Saúde e a antiga Telefônica (hoje, 2009, ocupada pela Brasil Telecom). Situa-se entre a Alameda Manoel Ribas e a Rua Maestro Egídio C. do Amaral.
- Residência situada na Avenida Souza Naves, próximo à Rua Goiás.
- Bar Empório Guimarães, Restaurante Estação, na Rua Paraíba e barracões adjacentes, antigamente usados para estocagem da produção agrícola.
- Construção da Cerâmica Mortari contendo chaminés: na Avenida Leste-Oeste.
- Arco do portal da Cerâmica Mortari, na Rua Rio Grande do Norte esquina com Rua Acre, no terreno do Supermercado Condor.
- Chaminé da antiga empresa Anderson Clayton: localizada no terreno onde será construído o Teatro Municipal, entre a Avenida Theodoro Victorelli e Rua Atílio Octavio Bisatto. O projeto do Teatro prevê a manutenção da chaminé (Figura 12).



Figura 12 – Detalhe da maquete do Teatro Municipal onde se vê a chaminé preservada

Fonte: Autora (2009).

- Conjunto composto pelo Museu de Arte situado na Rua Sergipe, 640 (antiga Rodoviária) e Praça Rocha Pombo - entre o Museu de Arte e o Museu Histórico, tombado como patrimônio histórico. A Praça, tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, inscrita no livro *Tombo Paisagístico* sob o número 53, atualmente passa por revitalização com a finalidade de restaurar suas características originais que incluem um chafariz que há muito tempo foi desativado.
- Museu Histórico Pe. Carlos Weiss na Rua Benjamin Constant, 900, antiga Estação Ferroviária.
- Casas em alvenaria na Av. Higienópolis, em estilos variados, antigas residências da elite londrinense, atualmente utilizadas pelo comércio e serviços bancários.
- Templos religiosos como a Catedral Metropolitana, Primeira Igreja Presbiteriana Independente, Templo Budista (Figura 13), Mesquita Muçulmana Rei Façal (Figura 14), Primeira Igreja Batista, Santuário Nossa Senhora Aparecida, Capela São Miguel Arcanjo, Igreja Metodista Central (Figura 15).
- Escolas: Colégio Hugo Simas, Colégio Mãe de Deus, Escola Estadual José de Anchieta, Colégio Marcelino Champagnat, Escola Estadual Evaristo da Veiga, Instituto Estadual de Educação de Londrina- IEEL, Colégio Londrinense, Colégio Vicente Rijo, Colégio Marista, Escola Municipal Reverendo Odilon G. Nocetti.



Figura 13 – Templo Budista
Fonte: Autora (2009).



Figura 14 – Mesquita Muçulmana Rei
 Façal
Fonte: Autora (2009).



Figura 15 – Igreja Metodista
Fonte: Autora (2009).

- Hotéis na Rua Benjamin Constant, Hotel Sahão, Hotel Coroados (Figura 16), Franz Hotel e Hotel Aliança. Este recentemente reformado para abrigar um shopping popular: foram alterados alguns aspectos, mas mantidas as características da fachada da recepção (Figura 17).



Figura 16 – Vista externa do Hotel Coroados.
Fonte: Autora (2009).



Figura 17 – Vista externa do antigo Hotel Aliança após reforma.
Fonte: Autora (2009).

- Máquina de Arroz na Rua Santa Catarina.
- Bazar Ajimura, na Rua Sergipe, que mantém a fachada livre dos painéis que escondem a arquitetura *Art'Deco*⁴ (Figuras 18 e 19).



Figura 18 – Bazar Ajimura, na Rua Sergipe.
Fonte: Autora (2009).



Figura 19 – Bazar Ajimura entre as demais casas comerciais.
Fonte: Autora (2009).

⁴ *Art'Déco* – o termo é de origem francesa, sendo uma abreviatura de “arts décoratifs” (arte decorativa). É um estilo decorativo que se desenvolveu nas artes plásticas, mobiliários, objetos decorativos e arquitetura. Surgiu na década de 1920 e é caracterizado por formas geométricas, linhas retas ou linhas circulares estilizadas.

- Casas comerciais em estilo *Art'Deco* em ruas centrais como Av. Duque de Caxias e Rua Guaporé.
- Primeiro sobrado construído na cidade, situado na Rua Minas Gerais. (Figura 20)



Figura 20 – Primeiro sobrado construído em Londrina.

Fonte: Autora (2009).

- Prédio da Santa Casa de Misericórdia, na Av. Souza Naves.
- Edifícios Júlio Fuganti, Autolon, Santo Antonio e Centro Comercial.
- Bar Valentino instalado em antiga casa de madeira. No ano de 2006 o Bar mudou seu endereço, transferindo com ele a casa. (Figura 21)



Figura 21 – Casa de madeira – Bar Valentino.

Fonte: Londrina, 2006.

- Casa ocupada atualmente pelo Restaurante Alameda (Figuras 22 e 23).
- Cine Teatro Universitário Ouro Verde: projetado pelo arquiteto Villanova Artigas, inaugurado em dezembro de 1952. O nome é uma alusão à riqueza do café.
- Autódromo Internacional Ayrton Senna: situado na Av. Henrique Mansano, 777, Jardim Alpes I. Foi inaugurado em 21 de agosto de 1992.



Figura 22 – Restaurante Alameda.
Fonte: Autora (2009)..



Figura 23 – Antiga residência, hoje Restaurante Alameda.
 Foto da década de 1950. Acervo do Museu Histórico.

- Estádio do Café, situado na Av. Henrique Mansano, 889, ao lado do Autódromo. O estádio foi inaugurado em 1976, com capacidade para 45 mil pessoas.
- Estádio Vitorino Gonçalves Dias – VGD: no local onde hoje se encontra o estádio VGD, havia, na década de 40, um campo de futebol utilizado pelo futebol amador e por funcionários da Cerâmica Mortari que funcionava ao lado (Figuras 24 e 25).



Figura 24 – Antigo campo de futebol, onde hoje se encontra o Estádio VGD. À frente, a Cerâmica Mortari (hoje Supermercados Condor) e atrás a Vila Matos (hoje Terminal Rodoviário).

Fonte: Vieira et. al.(s.d.)



Figura 25 – Entrada do Estádio Vitorino Gonçalves Dias –VGD.

Fonte: Autora (2009).

- Ginásio de Esportes Prof. Darci Cortez: conhecido como “Moringão”, foi inaugurado em 01 de outubro de 1972. Possui capacidade para 13 mil pessoas. Está localizado na Rua Gomes Carneiro, 315.
- Centro Cívico: localizado na Av. Duque de Caxias, 635, é constituído pelas sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Londrina.
- Rodoviária atual: denominado José Garcia Villar, foi inaugurado em 25 de junho de 1988. O projeto original é do arquiteto Oscar Niemayer. A construção não corresponde exatamente ao projeto original porque foram feitas algumas alterações.

Quanto ao Patrimônio Urbanístico, os exemplos citados no material da Secretaria Municipal de Cultura são: o Centro Histórico representado pelo traçado original da cidade, a Vila Casoni, a Vila Nova e o Jardim Shangri-lá. Considerando como urbanístico os elementos característicos de áreas urbanas ligados à estrutura e forma da cidade, pode-se acrescentar a eles:

- Praças centrais e praças nos bairros mais antigos.

- Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon: situado no centro, ao lado da Catedral Metropolitana, entre a Av. Rio de Janeiro e Av. São Paulo. É constituído por uma área de 20.000 metros quadrados que foi doada pela Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná quando da instalação da cidade como uma mostra da mata nativa. Hoje restam poucas espécies ainda vivas da mata primitiva, entre elas uma imponente peroba.
- Concha Acústica inaugurada em 1 de maio de 1956 e situada na Praça 1º de Maio, no centro. Na década de 1960 a Concha foi utilizada também para o *footing* dos finais de semana e apresentações artísticas. Hoje é espaço de manifestações populares e apresentações artísticas, fazendo parte dos palcos do FILO- Festival Internacional de Londrina, que apresenta espetáculos de teatro com reconhecido valor artístico, estético e de reflexão.
- Marco Zero: marco construído no local onde os primeiros funcionários da Cia. de Terras Norte do Paraná pernoveram, em agosto de 1929.
- Avenida Higienópolis, antiga avenida residencial; hoje ocupada pelo comércio e constituída de elementos urbanos antigos e novos.
- Monumentos em geral.
- Elementos naturais estruturados para uso público.

O Patrimônio Paisagístico, de acordo com o conceito de Lezo et al. (2007, p. 16) “[...] é formado por aquelas paisagens que carregam em si traços da história e da identidade de um lugar e do povo que o habita”. Como exemplos são citadas, genericamente, as paisagens rural e urbana do município.

Para exemplificar de forma mais objetiva pode-se realizar “recortes” da paisagem urbana, foco desta pesquisa, como:

- Lago Igapó, inaugurado em 10 de dezembro de 1959, na data do Jubileu de Prata de Londrina. Formado pelo represamento do Ribeirão Cambé, conhecido popularmente como Cambezinho, ganhou um projeto paisagístico assinado por Burle Marx. Desde

sua inauguração é um local frequentado por todas as classes sociais. A população desenvolve ali atividades como piquenique, pescaria, banho de lago, prática de caminhada, passeio de bicicleta, encontro com os amigos, namoro, descanso, passeios de barcos, lanchas, caiaques e *jet-ski*. É uma paisagem que faz parte da história londrinense e considerada seu “cartão-postal”.

- Calçadão: projeto do arquiteto Jaime Lerner, foi construído em 1977, a partir do fechamento de parte da Av. Paraná. O Calçadão possui bancas de revistas, lanchonetes, choperias, cafés, floriculturas, bancos, restaurantes, papelarias, farmácias e várias lojas. Frequentemente torna-se palco de manifestações populares, comemorações de datas cívicas, campanhas de cunho educativo sobre vários temas, manifestações artísticas e outros eventos. Aos domingos, o Calçadão abriga a *Feira do Feito à Mão* com a venda de produtos artesanais.
- Zerão: situado na Rua Gomes Carneiro, próximo ao Moringão, localiza-se ao longo do Córrego do Leme, afluente do Lago Igapó. Possui uma área de lazer que compreende, além da pista de caminhada, um anfiteatro com capacidade para 15000 pessoas, estacionamento, equipamentos de ginástica, parque infantil, quadras de esportes. Nas ruas laterais há academias de ginástica e bares. No Zerão também acontecem apresentações artísticas, eventos culturais e esportivos.
- Chácara às margens do Córrego do Limoeiro (Mapa 3): ainda guarda, em meio a loteamentos urbanos, a estrutura original das pequenas propriedades rurais. É um testemunho da paisagem rural do início de Londrina, inserida atualmente no urbano. (Figuras 26 e 27)



Mapa 6 – Localização da chácara.
Organização: Eliane T. França



Figura 26 – Chácara com loteamento ao fundo.
Fonte: Autora, 2009.

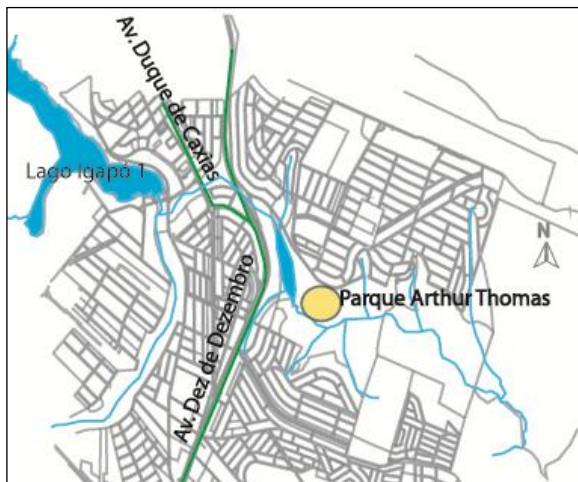


Figura 27 – Chácara na vertente direita do córrego Limoeiro.
Fonte: Google Earth. Imagem de julho de 2006.
Organização: Eliane T. França

Quanto ao Patrimônio Natural, a Cartilha (LEZO et al., 2007) menciona os parques Arthur Thomas, Mata dos Godoy e o Salto Apucarantina. Os dois últimos encontram-se na área rural e não fazem parte deste estudo. Considerando que numa área urbana é difícil existir ambientes totalmente naturais, consideraremos como patrimônio aqueles menos alterados pelo homem e que guardam muito de suas características naturais. Em Londrina, além do Parque

Municipal Arthur Thomas, localizado na Rua da Natureza, 135, no Jardim Piza, destacam-se os muitos fundos de vale na área urbana.

- O Parque foi criado em 1975 numa área doada para a Prefeitura Municipal pela Cia. de Terras Norte do Paraná. Possui 85,47 hectares cobertos em sua maioria pela floresta nativa da região e abrigando espécies de roedores, répteis, aves, peixes e mamíferos da fauna nativa (Figura 28). No local do Parque funcionou, de fevereiro de 1939 a outubro de 1967, a primeira usina hidrelétrica responsável pela energia gerada para a cidade. A estrutura da antiga usina ainda encontra-se no local, incluindo o lago artificial, usado agora para lazer. O Parque abriga atualmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Agricultura.



Mapa 7 – Localização do Parque Municipal Arthur Thomas.

Organização: Eliane T. França



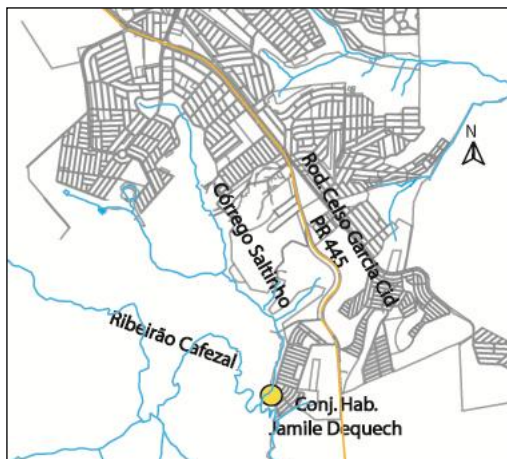
Figura 28 – Foto aérea da área do Parque Municipal Arthur Thomas.

Fonte: SEMA (2008).

- Nascentes, rios e fundos de vale, áreas de preservação permanente – APP. Londrina manteve a maior parte de seus córregos urbanos em sua forma natural, embora alguns tenham sido canalizados. Esses cursos d'água são hoje um diferencial

importante da cidade, visto que grande parte das cidades de porte médio não mantém essa característica. Vários fundos de vale em Londrina conservam o leito original de seus córregos, o formato de suas vertentes e, em alguns casos, a vegetação nativa. Muitos aspectos geomorfológicos são visíveis nesses locais, atestando os aspectos naturais primitivos da região (Figura 29; Mapa 8).

- Matas remanescentes na área urbana, sendo algumas em fundos de vale e nascentes e outras em áreas mais elevadas. A área de expansão urbana, na região sul de Londrina, possui uma quantidade expressiva de matas em comparação com outras regiões da cidade.



Mapa 8 – Localização do Córrego Saltinho. Em amarelo o local da figura 28.

Organização: Eliane T. França.



Figura 29 – Córrego Saltinho, região sul, área urbana de Londrina.

Fonte: Autora (2008)

- Exemplares remanescentes de árvores nativas de grande porte.
- Relevo urbano, com formas suave onduladas e vales geralmente abertos.
- Jardim Botânico, na região sul de Londrina, ainda em instalação, com parte da área em mata nativa.

O Patrimônio Artístico é formado pelas obras artísticas (visuais, literárias, cênicas, musicais) que denotam a cultura de um povo. Lezo et al. (2007)

citam como exemplos o Monumento ao Passageiro, próximo à rodoviária, o Monumento à Bíblia na avenida Senador Souza Naves e o painel Café e Etnias, de Poty Lazarotto, na agência centro da Caixa Econômica Federal, na Avenida Rio de Janeiro. Retrata o ciclo do café com as atividades executadas do manejo à colheita.

Além dos já citados, pode-se encontrar:

- Painel “Lendas Brasileiras”, também de Poty Lazzarotto e situado dentro do Crystal Palace Hotel. Intitulado do ano de 1985, o painel tem motivos lendários, com formas geométricas que representam animais e imagens religiosas.
- Painéis Londrina antiga e atual, na fachada da Secretaria Municipal de Cultura, em frente à Concha Acústica.
- Painel Londrina antiga, na Universidade Estadual de Londrina-UEL, em frente à Biblioteca Central. O painel foi reconstituído depois de demolido de seu local original, em frente ao antigo Paço Municipal, na esquina das ruas Santa Catarina e Minas Gerais.
- Memorial do Pioneiro, inaugurado em maio de 2007, junto à Concha Acústica, em rua fechada ao trânsito de automóveis. A rua mantém o calçamento original em paralelepípedos de basalto, conservando parte da história da urbanização da cidade. O Memorial possui catorze totens com gravuras de Paulo Menten convertidas em três dimensões por Roberto Vendrameto.

Neste trabalho, o patrimônio artístico será associado ao urbanístico para fins de mapeamento, pois serão considerados aqueles que se localizam em vias e locais públicos, de fácil visualização pela população.

Considerando o quadro de elementos básicos do turismo urbano proposto por Jansen-Verbeke *apud* Castillo (2006) constante na página 16, é possível dizer que Londrina possui uma boa quantidade de “lugares de atividade”. Entre as espaços culturais pode-se citar: Teatro Zaqueu de Melo, Teatro Ouro Verde, Teatro Marista, Teatro Cultura, Teatro Funcart, Cines Catuaí, Cine Com-tour, Museu de Arte, Museu Histórico, Concha Acústica, Casa de Cultura, Espaço Berimbau e outros espaços alternativos de apresentações de dança, música ou exposições de arte. Entre os espaços desportivos, Estádio do Café, Estádio Vitorino Gonçalves Dias, Ginásio de Esportes Moringão, quadras de vôlei de areia às margens do Igapó, outras quadras de esportes e pistas de caminhada no Zerão e

Lago Igapó onde se pratica canoagem. Quanto às opções de entretenimento, os cassinos e salas de bingo são proibidos pelas leis brasileiras, mas os demais itens mencionados no quadro estão presentes em Londrina, destacando-se o FILO-Festival Internacional de Teatro de Londrina, Festival de Música e Feira Agropecuária e Industrial de Londrina.

Em relação às opções para desfrute do tempo, observa-se que os itens constantes no Quadro 2 (página 29) são, na realidade, os componentes do patrimônio ambiental urbano. Vale dizer que é possível encontrar em Londrina todos os itens mencionados, com exceção dos portos e baías por ser uma cidade do interior do país e sem rios navegáveis. Quanto aos recursos sócio culturais, a cidade é caracterizada pela multiplicidade cultural em razão de ter recebido, no decorrer de sua história, população de outras regiões brasileiras e muitos povos estrangeiros. As influências culturais do exterior e interior do Brasil dificultam apontar um ou outro costume ou característica que se sobressaia na cultura local. Londrina é uma cidade “multi-cultural”. E talvez resida aí, a sua singularidade. Recentemente, no ano de 2008, foi inaugurada, em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil, a Praça Tomi Nakagawa (Figura 30), que já pode ser considerada parte dos recursos sócio culturais em razão de grande utilização que a comunidade vem fazendo do seu espaço, em especial a comunidade japonesa que oferece práticas de atividades físicas no local (Tai Chi Chuan).



Figura 30 – Praça Tomi Nakagawa.
Fonte: Eva Okawati (2009).

Quanto aos elementos secundários, estes são componentes muito presentes em Londrina, considerando que a economia da cidade gira principalmente em torno do comércio e dos serviços. A quantidade de hotéis é adequada e as opções de alimentação são muitas desde os populares *self-service* aos restaurantes sofisticados, da gastronomia brasileira até a japonesa, italiana, alemã, árabe, espanhola, portuguesa, entre outras. Por outro lado, os componentes adicionais são menos presentes, pois a estrutura viária da cidade, em especial o quadrilátero central, pela sua característica de ruas pouco largas dificulta o tráfego e deixa poucos espaços para estacionamento. As opções ficam por conta dos estacionamentos particulares. As informações turísticas oficiais estão disponíveis no site do Município e da CODEL - Companhia de Desenvolvimento de Londrina. Alguns panfletos contendo informações e mapas são distribuídos nos balcões de informações do aeroporto e da rodoviária. Os materiais de divulgação na forma de mapas serão abordados a seguir.

4.3 ANÁLISE DOS MAPAS DO PATRIMÔNIO DE LONDRINA-PR

Por ocasião da reformulação do Plano Diretor da cidade de Londrina no ano de 2008, a Secretaria Municipal de Cultura solicitou ao IPPUL – Instituto de Planejamento Urbano de Londrina - o mapeamento do patrimônio edificado até então inventariado por aquela Secretaria. Esse mapa e alguns mapas de cunho turístico ou relacionado a projetos específicos da Prefeitura de Londrina que trazem componentes do patrimônio ambiental urbano são aqui analisados e comentados, considerando os conceitos da semiologia gráfica utilizados como a gramática da cartografia.

a) Mapa *Localize*- Lista telefônica AQUI Londrina.

É composto por um mapa da área urbana (Figura 31) contendo bairros, principais avenidas e a articulação dos mapas parciais identificados por quadrantes numerados de 1 a 83. Junto ao mapa geral está a explicação de como consultar os mapas parciais a partir da Seção de Endereços. Os mapas possuem

“referências cruzadas” – coordenada usando letra e número, que facilita a localização dos endereços.

Cada mapa parcial é um recorte da planta baixa da área urbana com os nomes de ruas, logradouros, ribeirões e córregos. Utiliza os modos de implantação linear e zonal. O mapa geral contém indicação de orientação espacial e escala, mas os mapas parciais não as trazem.

Acima do mapa parcial está uma inserção para localização do mapa em relação aos mapas adjacentes que são representados por quadrados numerados conforme o mapa geral como se vê na figura 32. A localização se dá em relação aos mapas posicionados nas direções cardeais, mas não é possível visualizar a localização na área urbana. Para isso é necessário retornar ao mapa geral.



Figura 31 – Mapa da Lista telefônica **Figura 32** – Inserção para localização do mapa parcial.

b) Mapa: Roteiro da diversidade religiosa da cidade de Londrina

Neste mapa (Figura 33; Anexo A) estruturado pela Secretaria de Cultura, o itinerário utiliza modo de implantação linear e variável visual forma. As linhas são compostas de duas formas pontuais (retângulo e círculo), usadas para designar percursos de ônibus e a pé, respectivamente. É uma representação qualitativa.

Os templos religiosos utilizam modo de implantação pontual. No entanto, não se utilizam de variáveis visuais. Os templos são localizados por círculos de cor laranja, numerados de 1 a 24 na sequência do início ao término do percurso. Dessa forma, não permite a visualização imediata do conteúdo explicitado no título, com exceção das linhas do itinerário, mas é impossível visualizar de imediato a diversidade religiosa. Para isso, é necessária a leitura de todos os pontos numerados que são descritos na lateral do mapa.



Figura 33 – Detalhe do mapa do Roteiro da Diversidade Religiosa.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (s.d.)

O mapa traz, ainda, os nomes de alguns bairros e lugares de referência: aeroporto, estádio, ginásio de esportes e lagos, para facilitar a localização dos templos e percurso. Está disponibilizado na forma analógica, dobrado como um *folder*. Essa forma permite a entrega de um mapa para cada

participante do projeto que o utiliza sob orientação do monitor durante o trajeto realizado num ônibus.

Os componentes visuais constantes no mapa são a orientação geográfica por uma rosa-dos-ventos com as direções cardeais e uma legenda com o significado dos quatro ícones utilizados. O mapa foi construído na visão vertical, mas não há especificação de escala. Quanto ao componente “título”, este responde às questões o que e onde, mas não informa a data de confecção do mapa ou de obtenção dos dados.

c) Roteiro das escolas da cidade de Londrina (Anexo B)

O mapa foi elaborado pela Secretaria de Cultura sobre a mesma base do mapa da diversidade religiosa, usando os mesmos modos de implantação e variáveis visuais.

d) Mapa do Guia LD

O Guia LD é um guia publicado por empresas de comércio e serviços de Londrina com apoio da Prefeitura e Codel - Companhia de Desenvolvimento de Londrina. Destina-se à distribuição gratuita para fins turísticos. Ele contém informações básicas sobre alguns pontos turísticos da cidade, representados principalmente por construções históricas e áreas de lazer, e sobre eventos anuais como a Exposição Agropecuária e Industrial e os Festivais de Música e Teatro. Contém também informações sobre gastronomia, hotéis e serviços como lavanderias e agências de turismo.

O Guia LD mais recente data de 2006, mas não há mais exemplares disponíveis para análise. Por esse motivo a análise a seguir foi realizada com a sexta edição do Guia LD, de 2003. O Guia dispõe de um mapa destinado a orientar espacialmente o usuário na localização das informações (Figura 34; Anexo C). Construído numa visão oblíqua, é um mapa pictórico, ou seja, os elementos construídos destacados no mapa são representados por desenhos estilizados de suas formas reais, acompanhados de seus nomes, portanto utiliza o modo de implantação pontual, com forma irregular. Entre os elementos destacados encontram-se componentes do patrimônio ambiental urbano como construções

históricas, templos religiosos, museus, estádios, terminal rodoviário e aeroporto, lagos, parques, entre outros. A data de confecção do mapa permite visualizar um elemento do patrimônio que já não existe mais, o Casa Velha, localizado na rua Pará, entre a Avenida Rio de Janeiro e a rua Senador Souza Naves.



Foto 34 – mapa do Guia LD.
Fonte: CODEL (2003).

Tratava-se de um bar que ocupava uma casa antiga em alvenaria, conservada em sua forma original. As paredes externas haviam perdido parte do revestimento, deixando os tijolos maciços aparentes. O bar manteve essa avaria sem restauração, possibilitando aos seus clientes ou aos que por ali passavam a visualização do material utilizado na construção, característico das primeiras décadas da cidade, quando ainda não se utilizava os tijolos de seis furos. O nome do bar “casou” perfeitamente com sua imagem, numa demonstração de reutilização de patrimônio, sem alteração das características essenciais, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. A inexistência de uma lei de patrimônio municipal implicou na demolição do “Casa Velha” para dar lugar a uma construção atual nos moldes de um centro comercial para pequenas lojas, perdendo-se mais um elemento do patrimônio ambiental urbano.

No mapa, a área central da cidade é representada por todas as ruas do quadrilátero formado pela Avenida JK, Avenida Leste-Oeste e Rua Jorge Casoni. Além do quadrilátero central, são representadas apenas as vias principais que levam

aos bairros. As avenidas e a rodovia PR 445 são representadas por linhas mais largas que as demais vias, o que pode ser interpretado como um modo de implantação linear associado à variável tamanho para denotar um maior fluxo de veículos. Entretanto, se a intenção for apenas diferenciar avenidas e ruas, essa associação deveria ocorrer com uma variável qualitativa como a cor, por exemplo. As vias trazem a informação referente à mão dupla ou mão única representada por pequenas setas indicativas das direções.

Não há escala ou título. A orientação geográfica é feita por uma rosa-dos-ventos com direções cardeais. A legenda é composta por um ícone representativo de hotéis e por duas formas geométricas: um triângulo representando pontos turísticos e quatro círculos diferenciados por cores para restaurantes, bares/entretenimento, *fast food/ self service* e serviços. Os símbolos na legenda acompanham os ícones do mapa para identificar que tipo de atividade é desenvolvida em cada local como, por exemplo, um ícone nomeado “Koala”. Para quem não conhece não há como saber do que se trata. O círculo verde ao lado do ícone auxilia a identificá-lo como um bar ou local de entretenimento.

e) Mapa de Londrina – Atrativos Turísticos

O mapa de atrativos turísticos (Figura 35; Anexo D) faz parte de um conjunto de quatro cartas: carta turística, carta hoteleira, carta gastronômica e agências de turismo (Figura 36), realizadas pela CODEL, no ano de 2007, em 1ª edição

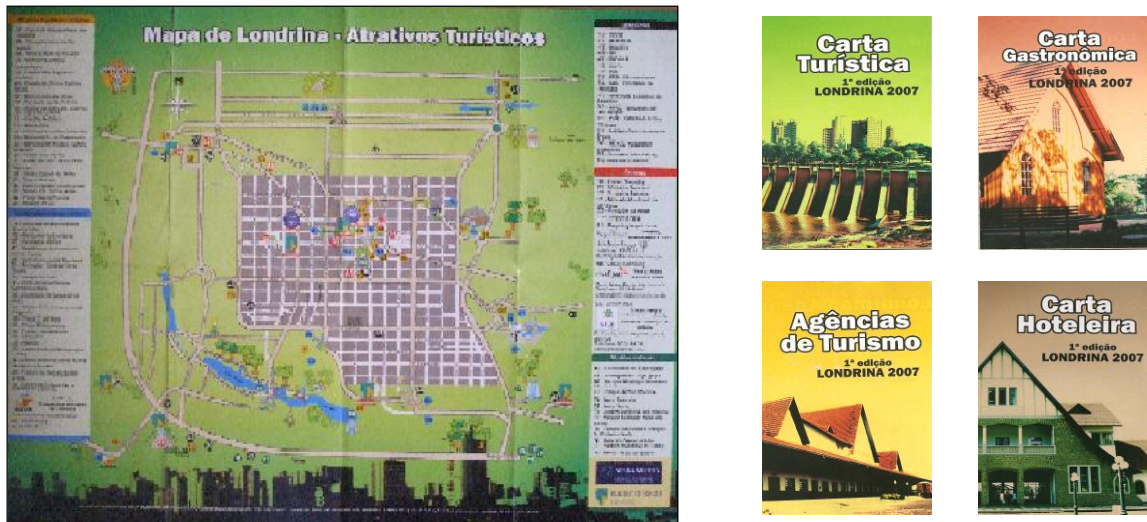


Figura 35 – Mapa de Londrina – Atrativos Turísticos

Fonte: CODEL (2007).

Figura 36 – Conjunto de cartas contendo mapas e informações a respeito dos quatro temas: turismo, gastronomia, agências de turismo e hotéis.

A Carta Turística contém informações gerais sobre a história e a geografia do município, além de informações básicas sobre os atrativos turísticos. No interior da Carta Turística encontra-se um mapa contendo o quadrilátero central formado a leste pelas Avenidas Dez de Dezembro e Jorge Casoni, a norte pelas Ruas Rio Grande do Norte e Mossoró, a oeste pela Avenida Juscelino Kubitschek, a sul pela Rua Borba Gato. Além do quadrilátero central destacam-se as principais avenidas, rodovias e vias de acesso rápido às diversas regiões da cidade. O mapa é bastante parecido com o do Guia LD, porém construído na visão vertical e em menor tamanho. Não possui escala.

Os pontos mapeados estão divididos em cinco grupos, sendo: atrativos histórico-culturais, atrativos de interesse turístico, instituições, compras e atrativos naturais. Cada um dos grupos é identificado por uma cor diferente. Os itens de cada grupo são localizados no mapa por um número dentro de um círculo da cor específica, caracterizando o modo de implantação pontual com variável visual cor (qualitativa). O modo de implantação pontual também é utilizado na área externa ao quadrilátero central, mesclando círculos coloridos numerados a ícones, como nos casos dos lagos, do Terminal Rodoviário e do Aeroporto. A legenda é composta

pelos cinco blocos identificados pela cor com os nomes dos locais mapeados conforme sua numeração.

As vias de circulação – modo de implantação linear – são diferenciadas usando a cor bege para as avenidas e vias principais de acesso ao centro da cidade ou a locais como o Shopping Catuaí e Aeroporto, ou ainda aquelas ruas que interligam as vias principais. A cor branca é utilizada para as demais vias. Outra diferenciação é feita pela largura das ruas e avenidas.

f) Mapa de Londrina – Rede Hoteleira, Mapa de Londrina – Gastronomia, Mapa de Londrina – Agências de Turismo

Os mapas fazem parte, respectivamente, da Carta Hoteleira, Carta Gastronômica e Agências de Turismo (Anexos E, F e G). Os mapas foram construídos sobre a mesma base do mapa de atrativos turísticos e utilizando o mesmo modo de implantação.

g) Mapa Bacias Hidrográficas de Londrina

O mapa das bacias hidrográficas (Anexo H) faz parte do projeto “O Rio da minha Rua”, lançado oficialmente pela Prefeitura de Londrina em 2008. O mapa traz as cinco principais bacias hidrográficas da área urbana de Londrina: bacias dos ribeirões Jacutinga, Lindóia, Limoeiro, Cambé e Cafezal. Para a identificação de cada bacia hidrográfica é utilizado o modo de implantação zonal com a variável visual cor. Além da área, os limites das bacias são traçados com linhas pontilhadas. Os ribeirões e seus afluentes são representados linearmente na cor azul de forma convencional. Cada afluente tem delimitada sua microbacia com linhas brancas e, da mesma forma que as bacias maiores, no modo de implantação zonal, variável cor. As cores utilizadas são tonalidades (croma) da mesma cor da bacia principal, que fazem relações tanto associativas quanto seletivas. Associativa ao remeter à idéia de pertencimento a um espaço maior e seletiva ao diferenciar uma microbacia de outra. Alguns elementos referenciais são destacados pontualmente usando a variável forma, sendo representados por ícones: catedral, aeroporto, Estádio do Café, Terminal Rodoviário. Outros elementos como o Shopping Catuaí, o Centro de

Eventos, a Universidade Estadual de Londrina e a PUC - Pontifícia Universidade Católica, são representados por formas geométricas alusivas ao formato de suas construções.

h) Mapa do Patrimônio Histórico de Londrina

O mapa do Patrimônio Histórico de Londrina foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL – a partir do inventário realizado pela Secretaria Municipal de Cultura. O mapa foi dividido em sete arquivos digitais (Anexo I) abordando patrimônio arquitetônico; monumentos; eixos e praças.

Os quatro mapas do patrimônio arquitetônico utilizam o modo de implantação pontual, mas utilizam apenas uma cor, portanto não há uma variável visual que possa ser considerada qualitativa ou seletiva. Como todos os pontos usam a mesma cor, eles foram numerados e, para identificá-los é necessário recorrer a uma listagem que o acompanha.

O mapa dos monumentos também foi construído a partir do modo de implantação pontual, mas, ao contrário do anterior, utiliza a variável visual cor para designar os tipos: busto, estátua, mastro, monumento, painel e placa. Esses tipos e suas respectivas cores são especificados numa legenda, mas a identificação de cada um é realizada da mesma forma como o mapa do patrimônio histórico, por meio de numeração e listagem anexa. O mapa possui, ainda, uma inserção que aproxima a área central com a finalidade de melhor identificação da localização dos elementos.

O mapa “eixos” localiza o traçado original da cidade, os acessos históricos, os antigos eixos rodoviário e ferroviário, o calçadão e um eixo denominado “espaços públicos” que compreende as praças centrais e o bosque. O mapa mistura elementos antigos com atuais e localiza também a Rua Guarani. O mapa foi construído a partir do modo de implantação linear, usando a variável visual cor para especificar cada caminho. A cor denota classes diferenciadas especificadas na legenda.

O último mapa apresenta as praças mais centrais, a Catedral, a Concha Acústica, os quarteirões “Quadra 19” e “Quarteirão Cultural”, e localiza ainda, a esquina das ruas Caraíbas e Guarani. O mapa utiliza o modo de

implantação pontual, mesmo para os quarteirões que são grandes e poderiam ser melhor identificados utilizando o modo zonal. Não há legenda, os elementos são identificados com seus nomes no próprio mapa. Percebe-se que houve uma tentativa de seleção de tipos de elementos pela cor, visto que as praças são verde claro, a catedral vermelha e a Concha rosa. Os quarteirões, no entanto, possuem cores diferentes embora seja o mesmo tipo de elemento.

É possível concluir que o Mapa do Patrimônio Histórico de Londrina é um mapa para ler, conforme Bertin (1986), visto que a mensagem que se quer comunicar não é perceptível de imediato, sendo necessário o uso da legenda e em alguns casos a consulta à listagem anexa.

4.4 PROPOSTA CARTOGRÁFICA DE REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE LONDRINA-PR

Os mapas do patrimônio ambiental urbano de Londrina foram construídos utilizando uma base cartográfica adaptada do Atlas Urbano de Londrina (2009), pesquisa bibliográfica, análise de imagens orbitais e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica envolveu dados obtidos junto ao Inventário do Patrimônio Histórico-Cultural efetuado pela Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, Documento para discussão do patrimônio cultural de Londrina, Minuta de projeto de lei de preservação do patrimônio cultural, livros que contam a história da cidade, jornais locais e sites oficiais das secretarias municipais de Cultura e de Meio Ambiente. A pesquisa de campo envolveu a constatação de informações obtidas pela bibliografia e por meio de pessoas que vivem na cidade há bastante tempo. Índícios de elementos importantes percebidos nas imagens de satélite e em mapas da cidade também forneceram subsídios para a pesquisa de campo, durante a qual confirmou-se ou refutou-se alguns elementos e obteve-se, também, imagens fotográficas do patrimônio londrinense.

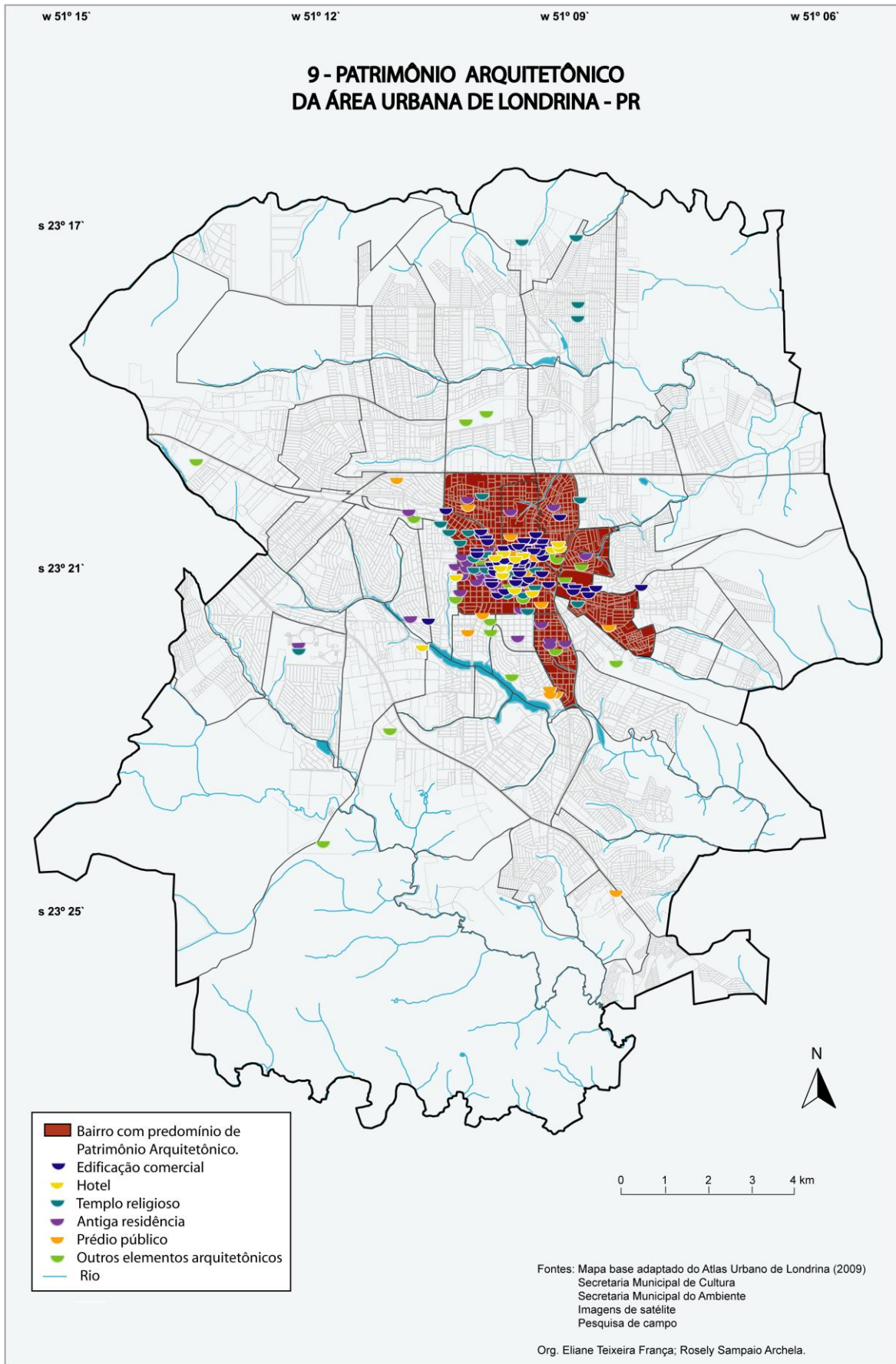
Na construção dos mapas utilizaram-se os modos de implantação pontual e linear para localização dos elementos nos mapas específicos de cada tipo de patrimônio. O modo zonal foi utilizado para sintetizar as áreas de maior concentração de elementos, considerado como parâmetro a presença de três ou

mais itens. Algumas áreas com menor quantidade foram mapeadas considerando a importância dos elementos para a identidade da cidade, como é o caso dos lagos Igapó, Norte e Cabrinha. Para delimitação dessas áreas foi utilizada a divisão em bairros organizada por Archela e Barros (2009) a partir da proposta do IPPUL e dos setores censitários estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Optou-se pela utilização da cor por tratar-se de variável visual bastante adequada a mapas qualitativos. Associada à variável cor está a variável forma. Cada tipo de patrimônio identificado pelo modo de implantação pontual possui uma forma, sendo: Arquitetônico – meio círculo; Paisagístico – quadrado; Natural – triângulo; Urbanístico – hexágono. As cores identificam os componentes de cada tipo, por exemplo, dentro do patrimônio Arquitetônico tem-se meio círculo azul – templo religioso, meio círculo amarelo – hotel, meio círculo laranja – prédio público, etc.

O mapa síntese do Patrimônio Ambiental Urbano foi elaborado utilizando o modo de implantação zonal e tendo como variável visual a cor. Cada um dos mapas é descrito e analisado a seguir.

4.4.1 Patrimônio Arquitetônico da Área Urbana de Londrina – PR

O mapa do patrimônio arquitetônico (mapa 9) localiza pontualmente os principais elementos construídos que caracterizam e identificam épocas de desenvolvimento da cidade e, especialmente, aqueles que resistem desde os primeiros tempos de Londrina. Foram elencadas seis categorias de elementos considerando seu primeiro uso, independente do uso atual. As **edificações comerciais** consideram construções térreas em madeira ou em alvenaria estilo Art'Déco, sobrados que conjugavam comércio e residência, primeiros edifícios comerciais, bares tradicionais e barracões de estocagem de grãos, de serrarias ou cerâmicas. Os **hotéis** abrangem os antigos situados na “porta de entrada” dos viajantes e pioneiros – nas proximidades das estações rodoviária e ferroviária - e aqueles que marcam outras épocas como o Franz Hotel, o Hotel Coroados, o Hotel do Lago e o recente Blue Tree com sua forma de navio em homenagem aos 500 anos do “descobrimento” do Brasil e que chama a atenção dos que percorrem a Av. JK.



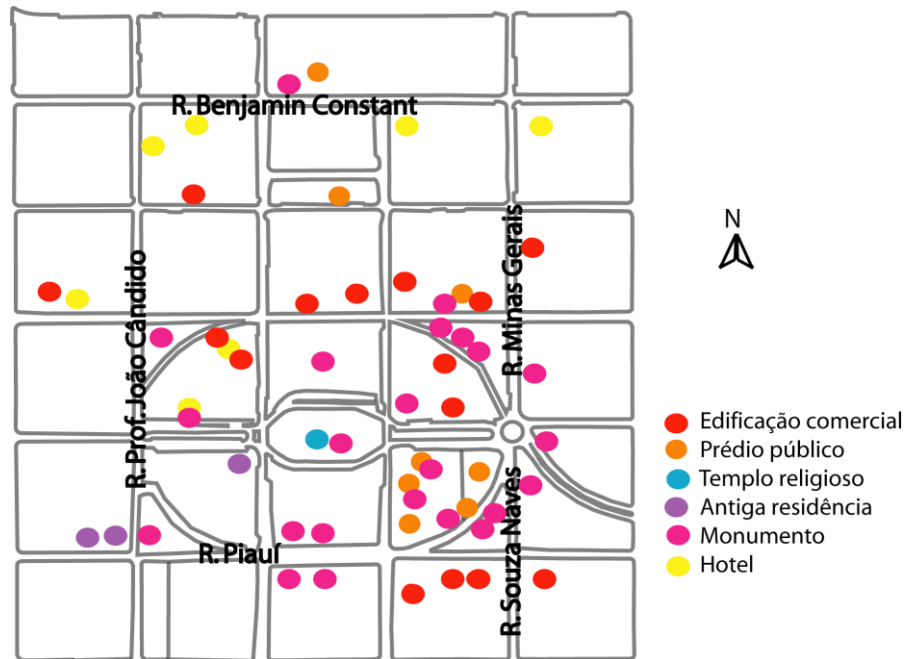
Mapa 9 – Mapa do Patrimônio Arquitetônico da área urbana de Londrina – Pr.

Os **templos religiosos** localizam as igrejas e templos mais antigos e aqueles que denotam a diversidade religiosa que caracteriza a população londrinense. É considerada também, no campus da UEL, a réplica da primeira Catedral de Londrina construída em madeira de peroba rosa, que é utilizada como capela ecumênica.

Em frente à capela na UEL está a “casa do pioneiro”, uma antiga residência também em madeira que foi demolida do seu local original e reconstruída no campus para sua conservação. Essa casa está mapeada na categoria **antigas residências** que abrange desde as construções em madeira características da década de 1930 até as casas e mansões da Av. Higienópolis construídas pela elite londrinense do auge do café e que resistem à verticalização do centro da cidade. Em relação às residências, é importante destacar que na composição do mapa considerou-se a Vila Brasil, Vila Nova, Vila Recreio, Vila Casoni e Vila da Fraternidade em seu conjunto devido ao grande número de residências em madeira que permanecem até hoje. Os **prédios públicos** envolvem as construções que abrigavam os poderes políticos, ferroviária, rodoviária, cadeia, correios, creche, companhia telefônica, escolas e colégios, entre outros. Para abarcar outras construções de importância arquitetônica, de memória ou identidade, criou-se a categoria **outros elementos arquitetônicos** onde constam os Estádios do Café e Vitorino Gonçalves Dias (antigo campo de futebol dos funcionários da Cerâmica Mortari), o Ginásio de Esportes Raul Cortez (Moringão), o Teatro Ouro Verde, Anfiteatro do Zerão, Aeroporto de Londrina Governador José Richa, Centro de Eventos, Parque Ney Braga, Casa do Papai Noel, atual Rodoviária (obra de Oscar Niemeyer) e colégios particulares tradicionais, entre outros.

Em Londrina, a concentração de elementos que marcam a identidade local, encontra-se especialmente no quadrilátero que compreende as ruas Piauí, Prof. João Cândido, Benjamin Constant e Minas Gerais/ Senador Souza Naves (Mapa 10). Entre esses elementos estão: o próprio traçado da elipse central, Edifício Júlio Fuganti, Centro de Saúde, Praça 1º de Maio, Concha Acústica, Edifício Centro Comercial, Secretaria de Cultura (antiga Creche Municipal), Prédio dos Correios e Telégrafos, Bosque Marechal Cândido Rondon, Biblioteca Pública Municipal e Teatro Zaqueu de Melo (antigo Fórum), Prédio da antiga Telefônica, Prédio do antigo Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, Catedral Metropolitana, Praça Marechal Floriano Peixoto (conhecida como praça da bandeira), calçada,

prédio das Casas Huddersfield, hotel Sahão, conjunto de prédios da Quadra 19, Teatro Ouro Verde (antigo cine-teatro), praça Willie Davids, Edifício Autolon, Museu de Arte (antiga rodoviária), praça Rocha Pombo, Museu Histórico Pe. Carlos Weiss (antiga ferroviária), Praça Gabriel Martins e Praça 7 de Setembro.



Mapa 10 – Quadrilátero com grande quantidade de elementos de patrimônio edificado.

Organização: Eliane T. França.

A grande concentração do patrimônio arquitetônico encontra-se no Centro Histórico, mas os bairros adjacentes também abrigam número expressivo de elementos, especialmente os bairros situados abaixo da Avenida Leste-Oeste, antiga linha férrea, que não foram afetados pela verticalização acentuada das demais áreas próximas ao centro. Historicamente, a antiga linha férrea fazia uma nítida segregação de espaços entre a população de baixa renda (“abaixo da linha”) e a classe média e alta (“acima da linha”). Algumas áreas eram frequentemente associadas à zona do meretrício que se situava na antiga Vila Matos, onde hoje está o Terminal Rodoviário José Garcia Villar. Até a mudança da ferrovia para a região norte, na década de 1980, a cidade “abaixo da linha” permaneceu com suas

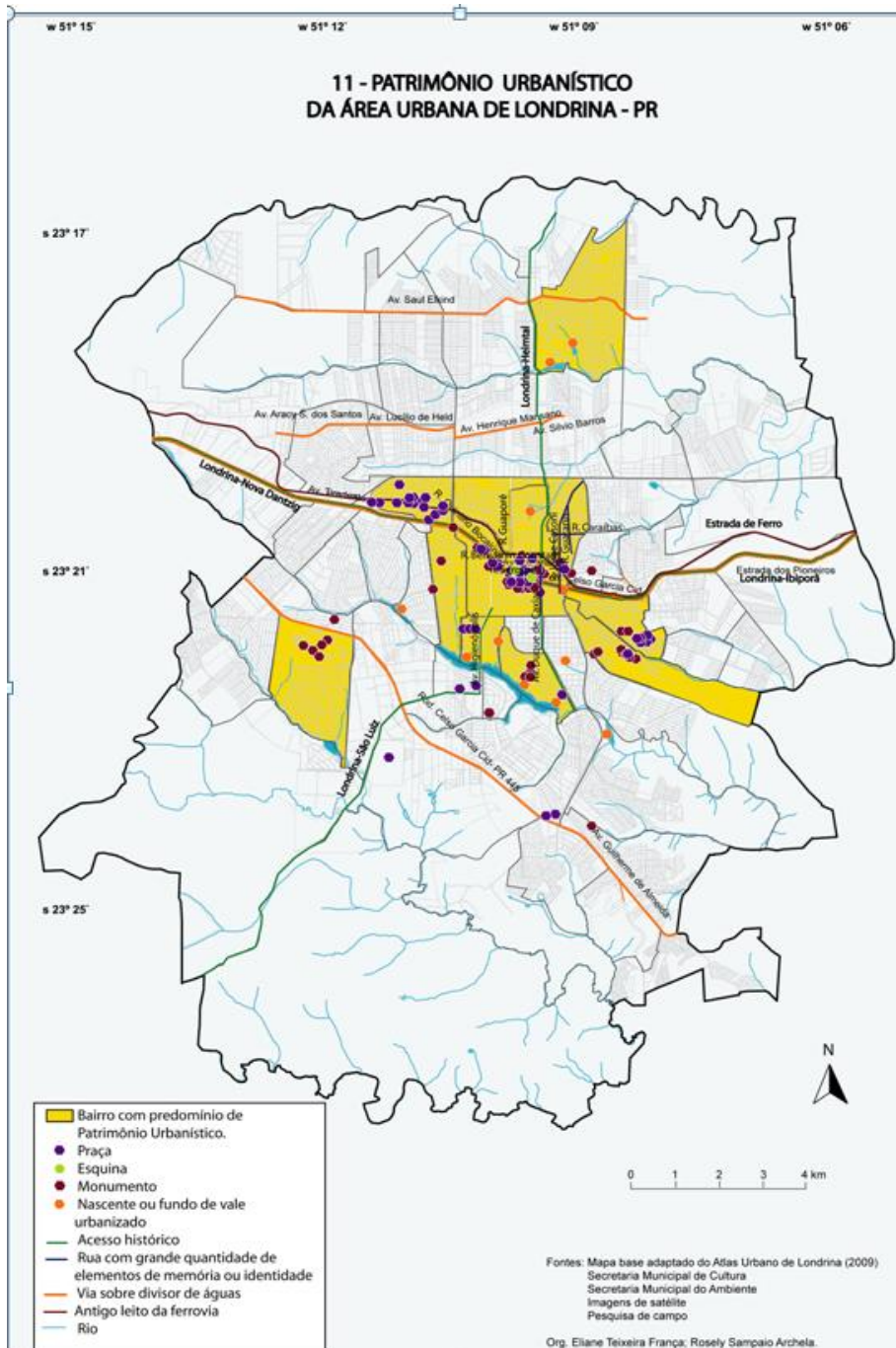
características originais. Ainda hoje, apesar das mudanças, muito do patrimônio edificado encontra-se inalterado.

4.4.2 Patrimônio Urbanístico da Área Urbana de Londrina – PR

O patrimônio urbanístico considera elementos característicos do urbano e que se destacam como componentes da identidade local. O próprio traçado urbano caracteriza a cidade. Em Londrina a elipse central conta com a Catedral Metropolitana ao centro; nos lados mais longos, duas alamedas que terminam na borda da elipse e nos lados mais curtos dois jardins – a “praça da matriz” Marechal Floriano Peixoto e o Bosque Marechal Cândido Rondon. A planta original da cidade respeitou caminhos existentes antes de sua implantação como a Estrada do Pioneiro, hoje representada pela Av. Celso Garcia Cid, que fazia a ligação Londrina-Ibiporã. Por ocasião do aniversário da cidade, em 10 de dezembro, é realizada a Volta do Pioneiro – evento que reúne ciclistas no percurso da Estrada do Pioneiro numa alusão à chegada dos pioneiros à região. Em 2008, o evento passou a ser uma maratona. Esta é uma forma de mobilizar a população para uma comemoração ao mesmo tempo em que promove o patrimônio urbanístico.

O mapa do Patrimônio Urbanístico de Londrina (mapa 11) apresenta também outras vias com caráter histórico como Londrina-Nova Dantzig (atual Cambé), Londrina-Heimtal e Londrina-São Luiz. As vias situadas nos divisores de águas das principais bacias urbanas também são representadas como eixos de cortam a cidade no sentido leste-oeste. Além das ligações Londrina-Ibiporã e Londrina-Nova Dantzig no divisor de águas central, têm-se na região norte a Av. Saul Elkind e as avenidas Aracy Soares dos Santos, Lucílio de Held, Henrique Mansano e Silvio Barros que são contínuas e localizam-se no divisor de águas do Ribeirão Lindóia e Córrego Quati, onde estão o Estádio do Café e o Autódromo Ayrton Senna. O estádio foi construído no divisor de águas, e tem a forma de ferradura com a abertura voltada para o centro da cidade, de onde se pode

visualizar a *skyline*⁵ (Figura 37). Na região sul a principal via localizada num divisor de águas é a Rodovia Celso Garcia Cid – PR 445 e (Figura 38) a Av. Guilherme de Almeida. Essas vias permitem visualizar, de alguns pontos, paisagens urbanas e rurais de Londrina.



Mapa 11 – Mapa do Patrimônio Urbanístico da área urbana de Londrina – PR.

⁵ *Skyline* - “A linha de contorno da cidade é a silhueta que a cidade revela contrastada com o céu”. Inclui sinais inequívocos e expressivos resultantes da morfologia de determinada cidade e, portanto, são únicos e exclusivos dessa cidade (DUQUE, 2007, p. 6).

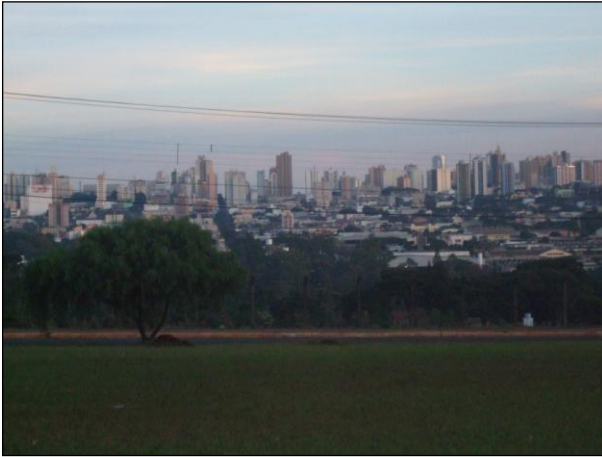


Figura 37 – *Skyline* - vista da região norte.
Fonte: Autora (2009).



Figura 38 – *Skyline* - vista da região sul.
Fonte: Autora (2009)

Pontualmente são localizados elementos representados por praças, esquinas, fundos de vale urbanizados e monumentos. Na categoria de monumentos considera-se para este trabalho, os monumentos, marcos, painéis, placas, mastros, estátuas e bustos, conforme levantamento da Secretaria de Cultura. As praças mapeadas são as praças projetadas para as bordas da elipse central, existentes desde o primeiro planejamento da cidade, portanto elementos de memória urbana, as praças da R. Quintino Bocaiúva, em formatos triangulares, as “meia-luas” do Shangri-lá que caracterizam o bairro e se destacam na malha urbana, as praças localizadas na R. Humaitá, quadradas e inseridas nos quarteirões formando ao seu redor ruas estreitas e aconchegantes para as quais voltam-se as fachadas das casas (Figura 39) e as praças do Conjunto das Flores e do Residencial do Café que também trazem “atmosferas” aconchegantes.

Alguns desses elementos são classificados como “manchas urbanas” no documento proposto para discussão da lei de patrimônio de Londrina (YAMAKI et al., 2003). O termo refere-se a áreas que se destacam na malha urbana pela forma diferenciada das demais áreas. Uma das praças mapeadas, situada no Jardim Igapó, bairro também bastante antigo, chama atenção pelo fato de que a população ali se diverte com um jogo muito característico de épocas passadas da cidade: o jogo de “malha” (Figura 40). O jogo, que consiste em acertar um pino

lançando um disco de ferro, era jogado entre as fileiras de pés de café e envolvia principalmente os homens da família. Mulheres e crianças assistiam e torciam.



Figura 39 – Praça na R. Humaitá.
Fonte: Autora (2009)



Figura 40 – Pista de malha em praça no Jardim Igapó.
Fonte: Autora (2009).

A proposta de mapeamento de “esquinas” baseia-se na proposta de Yamaki et al. (2003) que considera como patrimônio aquelas que, no passado, concentravam atividades e pessoas e eram referência para a população. Por fim, a localização das nascentes ou fundos de vale urbanizados completa o mapa chamando a atenção para um componente natural urbano que pode constituir-se em local de interação social ou de interação com a “natureza”.

4.4.3 Patrimônio Paisagístico da Área Urbana de Londrina – PR

Localiza pontualmente paisagens naturais e artificiais da área urbana de Londrina compostas por “recortes” espaciais que contém elementos paisagísticos atrativos, que denotam identidade da cidade e são incorporados pela população. São mapeados também, outros elementos que exprimem características específicas locais, embora sejam menos conhecidos. Essas paisagens podem ser ainda exploradas como fator de identidade ou de memória da cidade. As paisagens

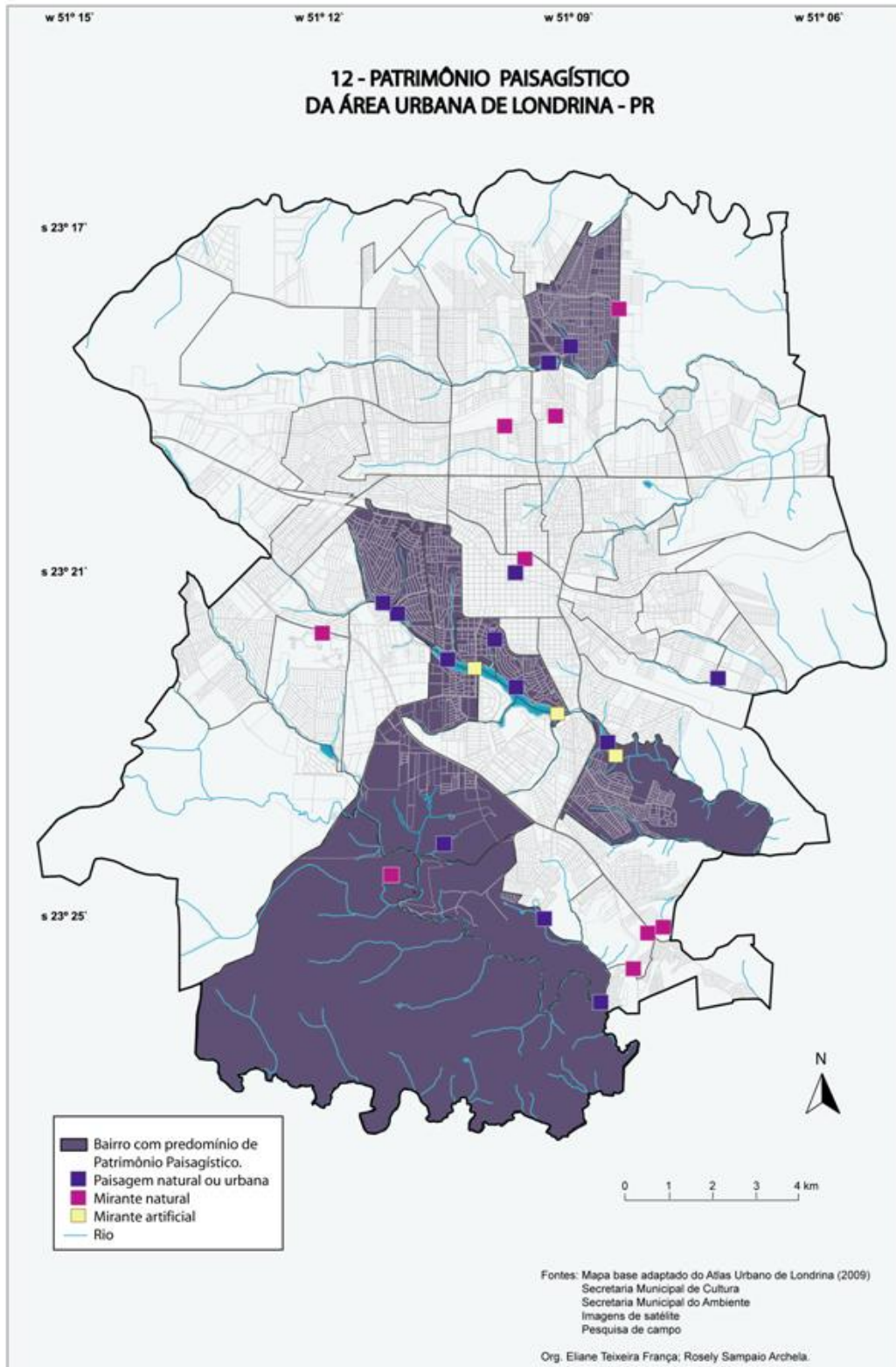
onde prevalecem elementos naturais concentram-se na região sul da cidade, considerada área de expansão urbana. A baixa ocupação das regiões dos bairros Terra Bonita, Chácara São Miguel e Vivendas do Arvoredo é fator de conservação de elementos naturais de muita beleza, incluindo matas, lagos, quedas d'água, pequenas corredeiras, morros, rios e vales. O principal elemento geomorfológico é a bacia do Ribeirão Cafezal, um dos mananciais de abastecimento de água de Londrina. Os elementos construídos ficam por conta de lagos artificiais, residências rurais e quatro áreas de exploração mineral do basalto, atualmente desativadas. Uma delas é utilizada para treinamento de esportes, como escalada e rapel. Os paredões deixam à mostra a base geológica do município e permite visualizar a formação do solo de cor avermelhada, a “terra roxa”, base da propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná, que tanto atraiu brasileiros e estrangeiros no final da década de 1920 e início dos anos 1930. Um monumento localizado próximo ao Teatro Ouro Verde dedicado ao corretor imobiliário lembra a ligação entre o basalto, a terra roxa e o surgimento e crescimento da cidade (Foto 41). Esse monumento encontra-se localizado no mapa do Patrimônio Urbanístico da Área Urbana de Londrina (Mapa 12), elaborado para este trabalho.



Figura 41 – Monumento ao corretor de imóveis.
Fonte: Autora (2009).

As áreas mais altas do terreno, rico em aclives e declives, permitem visões privilegiadas da paisagem da região sul. Um desses pontos está localizado

no mapa como mirante natural no bairro Terra Bonita e permite visão privilegiada da área onde está sendo construído o Jardim Botânico de Londrina, com uma mata nativa remanescente - a maior da área urbana.



Mapa 12 – Mapa do Patrimônio Paisagístico da área urbana de Londrina – PR.

Outra área identificada como importante patrimônio paisagístico é o entorno dos lagos Igapó, que compreende os bairros Petrópolis, Higienópolis, Quebec, Presidente e Guanabara. A área concentra o elemento água na composição de quatro lagos artificiais, o primeiro dos quais planejado e construído em comemoração ao jubileu de prata de Londrina e inaugurado no aniversário da cidade com muita festa. Posteriormente, na década de 1970, o Lago Igapó ganhou um projeto paisagístico elaborado por Burle Marx⁶, mas que foi apenas parcialmente executado. Ao longo do tempo sucederam-se a construção de três lagos menores compondo um conjunto e tornando-se uma das mais destacadas paisagens urbanas londrinenses. Esses lagos são conhecidos como Igapó 1, 2, 3 e 4 pela ordem de jusante à montante. Próximo ao centro da cidade e frequentado por todas as classes sociais é considerado o cartão postal de Londrina. Esse patrimônio é reconhecido e apropriado pela população que ali desenvolve atividades diversas: caminhada, descanso, encontros com amigos, passeios a cavalo ou bicicleta, canoagem, passeios de Jet-sky e lanchas e até banhos, embora a água não seja recomendada para tal (FRANÇA; RIBEIRO, 2007).

As duas barragens mais destacadas dos lagos (Rua Almeida Garret e Avenida Higienópolis) são identificadas no mapa como mirantes artificiais possibilitando a vista da paisagem dos Lagos Igapó 1 e 2. O inverno em Londrina é época privilegiada para tal, quando se vê o pôr do sol na direção dos lagos, por trás dos prédios (Figura 42 e 43).



Figura 42 – Pôr do Sol visto da barragem do Lago Igapó 1.
Foto: Autora (2009).

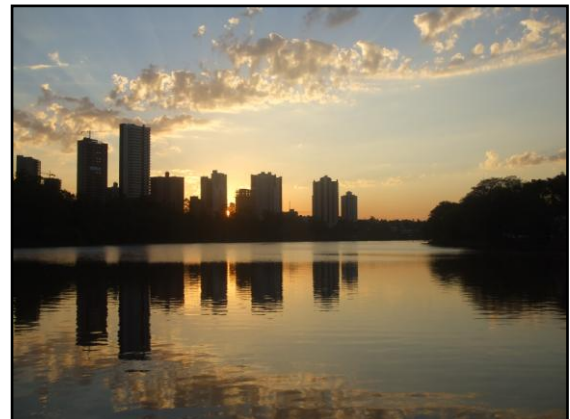


Figura 43 – Pôr do Sol no Lago Igapó 2. Vista da barragem na Av. Higienópolis.
Fonte: Autora (2009).

⁶ Roberto Burle Marx, nascido em São Paulo, foi um dos maiores paisagistas do século XX, reconhecido e premiado nacional e internacionalmente.

Atualmente a escola de canoagem da ONG Patrulha das Águas e o late clube de Londrina realizam passeios de caiaque pelo Igapó 1 em noites de lua cheia, quando a luminosidade natural reflete nas águas do lago possibilitando uma visão inusitada da paisagem.

Outra área de importante identidade paisagística é o Parque Arthur Thomas situado no Jardim Piza. O Parque contém remanescente de mata nativa em terreno de grande declividade e abriga o curso do Ribeirão Cambé que ali forma mais um lago, utilizado para a geração de energia elétrica nas primeiras décadas da cidade. Devido à declividade acentuada existem quedas d'água no curso principal e nos afluentes. As cascatas do Ribeirão Cambé são vistas de mirantes construídos com essa finalidade. O Parque é um componente paisagístico que combina natureza e elementos humanos de maneira harmoniosa. Pesquisas atuais da fauna do parque detectaram a presença de animais que se supunha não mais existirem no local, como a lontra, o mão pelada, a paca e o gato-do-mato pequeno (*Leopardus tigrinus*), alguns deles considerados sob ameaça de extinção. Esse fato chamou a atenção para a importância do parque e reforçou a idéia de sua ampliação para a área adjacente à jusante conhecida como Fazenda Refúgio. (LONDRIX, 2007)

Recentemente o poder público municipal construiu dois lagos de menor proporção na região norte denominada Cinco Conjuntos: o Lago Cabrinha no córrego de mesmo nome e o Lago Norte no Ribeirão Lindóia. A área de entorno foi urbanizada para acesso da população com locais para caminhada, passeios e parques infantis. Apesar de recentes, os elementos podem vir a compor a identidade da região norte se bem trabalhados pelo poder público visando a sua apropriação pela população.

No centro da cidade o destaque fica para o Calçadão da Avenida Paraná, que permite a observação da paisagem urbana e dos elementos urbanísticos que a compõe.

Outros elementos pontuados nesse mapa referem-se aos locais de destaque na altitude do relevo urbano (denominadas aqui de mirantes naturais) de onde pode-se avistar paisagens rurais, naturais ou *skyline* central. Os quatro pontos destacados na região sul e sudeste proporcionam a visão de áreas rurais e naturais enquanto o ponto em frente à Universidade Estadual de Londrina – UEL – e os demais na região norte permitem a visão do centro e sua linha de prédios sobre o divisor de águas da bacia do Ribeirão Cambé e do Lindóia. Os pontos mapeados

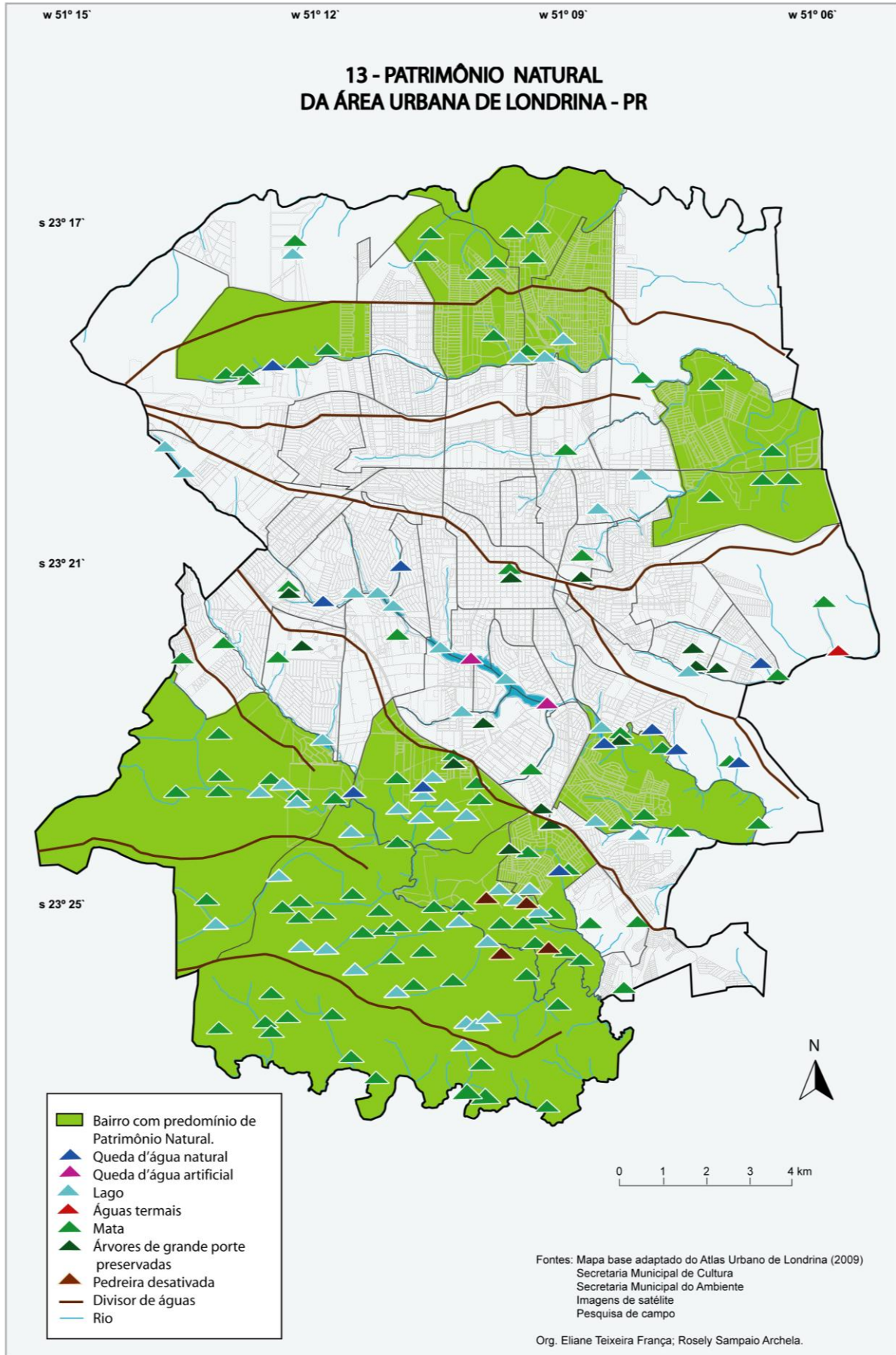
foram determinados a partir da observação, em mapas da área urbana, da localização das vias construídas no alto dos divisores de águas que poderiam proporcionar vistas panorâmicas. Pesquisas de campo realizadas posteriormente confirmaram os mirantes e indicaram os melhores locais para a vista panorâmica.

4.4.4 Patrimônio Natural da Área Urbana de Londrina – PR

O mapa do Patrimônio Natural da Área Urbana de Londrina (Mapa 13) utiliza pontos e linhas para identificação e localização dos elementos naturais de destaque na cidade de Londrina. As linhas são utilizadas nos cursos d'água e nos divisores de águas, enquanto os pontos localizam os demais elementos.

Em relação às águas, a área urbana de Londrina é rica em nascentes e cursos d'água. Estima-se sejam 84 córregos (SEMA, 2009). Há também grande quantidade de pequenos lagos naturais, em sua maioria nas nascentes mais periféricas. Lagos artificiais compõem o paisagismo dos condomínios residenciais horizontais concentrados no sudoeste da cidade, nos bairros Esperança e Terra Bonita. Os maiores lagos artificiais são os Lagos Igapó e o lago do Parque Arthur Thomas. Os lagos artificiais são considerados nesse mapa em razão do elemento natural água que caracteriza não só a área urbana, como todo o município. A combinação de relevo e águas resulta em quedas e corredeiras que também aparecem na área urbana devido à maioria dos córregos ser mantida em seu curso original.

O mapa traz a localização de algumas quedas d'água (Figuras 44 a 47) que se destacam pela beleza e que muitas vezes não são visíveis por estarem em áreas de difícil acesso, em declives acentuados, dentro de matas ou em locais considerados perigosos pela população. Terra e água compõem o patrimônio geomorfológico de Londrina que está contido no mapa do Patrimônio Natural. Também estão localizadas no mapa as duas quedas criadas pelas barragens dos Lagos Igapó 1 e 2. São quedas artificiais, mas que fazem com que a água seja um elemento de destaque para a população que frequenta esses locais.



Mapa 13 – Mapa do Patrimônio Natural da área urbana de Londrina – PR.

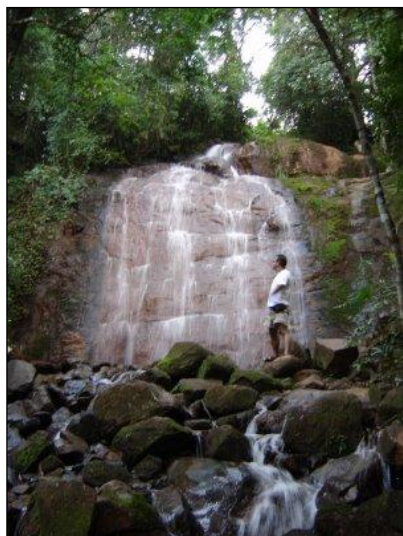


Figura 44 – Queda d'água no Córrego Tatu, próximo ao Jardim Botânico.

Fonte: João Batista Moreira Souza (2009).



Figura 45 – Queda d'água no Córrego Baroré, afluente esquerdo do Ribeirão Cambé.

Fonte: João Batista Moreira Souza (2009).

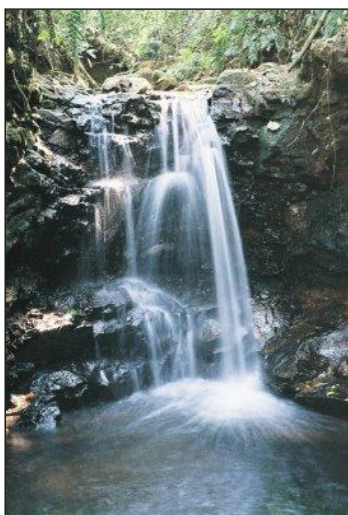


Figura 46 – Queda d'água no Córrego do Pica-pau, no Parque Arthur Thomas.

Fonte: João Batista Moreira Souza (2009).



Figura 47 – Queda d'água no Córrego Saltinho, no sudeste da área urbana.

Fonte: João Batista Moreira Souza (2009).

Apesar do desmatamento rápido da região na década de 1930, a cidade possui um número considerável de pequenas matas. A área central e os bairros mais antigos não contêm matas remanescentes, com exceção da mata do Marco Zero e do Bosque que já está bem descaracterizado, apesar de ainda guardar alguns exemplares de árvores nativas de grande porte. Já ao norte e a leste existem algumas concentrações dessas pequenas matas, pois os loteamentos que foram criados nessas regiões mantiveram remanescentes deixados pelas propriedades

rurais que ocupavam essas áreas anteriormente. Ao sul a quantidade e o tamanho das matas aumentam considerando que as antigas propriedades rurais nessa região eram maiores, o que fazia com que as matas nativas fossem proporcionalmente grandes (FRANÇA, 1997). Alguns remanescentes de mata nativa ainda possuem árvores que se destacam pela altura, como as perobas, embora em pequena quantidade. O campus universitário da Universidade Estadual de Londrina mantém vários exemplares de perobas preservadas pela antiga fazenda que ali existia. O campus, devido à presença das perobas, ficou conhecido como Perobal. Muitas dessas árvores já morreram ou estão declinando sem a floresta que lhes dava suporte. Outras árvores preservadas aparecem em alguns pontos da cidade resistindo à urbanização, como a falsa-seringueira (*Ficus elastica*) que se encontra na entrada na Av. Robert Kock, próxima a um condomínio horizontal (Figura 48) no bairro H.U (Hospital Universitário), que ficou circundada pelas vias de acesso. Embora exótica (originária da Índia), sua imponência testemunha o tempo passado, o que a torna passível de preservação. A árvore foi mantida intacta quando da implantação do condomínio por intervenção da população local.



Figura 48 – Espécie de *Ficus elastica* preservada na região leste.

Foto: Autora (2009).

Na região sul, a presença de pedreiras desativadas como já mencionado anteriormente, deixa à mostra os aspectos naturais geológicos, embora a pedreira em si seja o resultado de um trabalho humano. A inclusão das pedreiras no mapa do patrimônio natural objetiva chamar a atenção para um componente essencial do patrimônio natural que é o basalto, rocha vulcânica, matriz do solo avermelhado. A “terra roxa”, em que pese ser um componente do patrimônio natural, tornou-se também, um componente do patrimônio cultural ao caracterizar o povo londrinense por meio da expressão “pé vermelho” a qual já foi incorporada pela população como elemento de identidade local. Trata-se de um componente cultural imaterial do patrimônio, porém materializado no marco do movimento “Pé Vermelho! Mãos Limpas!”⁷ localizado no calçadão de Londrina (Figura 49).



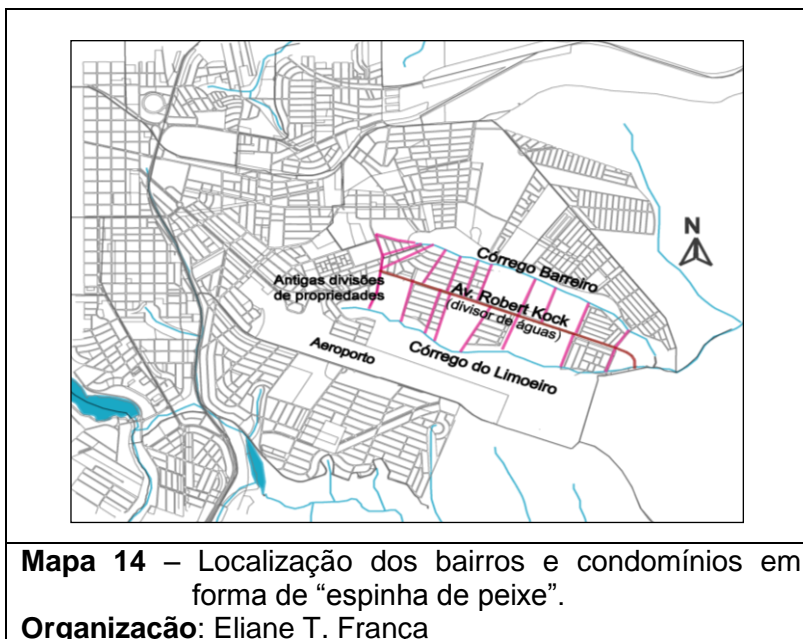
Figura 49 – Marco do movimento “Pé Vermelho! Mãos Limpas!”. Na placa, no canto esquerdo no alto vê-se o pé vermelho.

Fonte: Autora (2009).

⁷ O Movimento pela Moralização na Administração Pública de Londrina ficou conhecido por “Pé Vermelho! Mãos Limpas!”. Surgiu no ano 2000 composto por 80 entidades e pessoas físicas que lutavam pelo fim da corrupção na cidade. Em 20 de maio de 2000 foi colocado um bloco de rocha basáltica, pesando uma tonelada, no Calçadão de Londrina para representar a resistência dos londrinenses à corrupção na administração pública. (Portal londrix)

Os aspectos geológicos permitem que Londrina tenha a possibilidade de uso de águas térmicas naturais, como no caso do empreendimento denominado *Thermas de Londrina*, situado a leste da área urbana. O *Thermas* utiliza água retirada a novecentos metros de profundidade numa temperatura de 51 graus celsius.

A elaboração deste mapa considerou, também, aspectos do relevo que foram importante componente físico-natural na implantação da cidade, desde a escolha do local para o projeto inicial até a divisão dos lotes a serem comercializados. De acordo com relatos históricos o local da cidade foi escolhido num divisor de águas para que não houvesse acúmulo de água de chuva e propagação de doenças (BORTOLOTTI, 2007). O mapa *Bacias Hidrográficas de Londrina* (anexo H) mostra a divisão das bacias hidrográficas urbanas de Londrina, onde se pode visualizar o divisor de águas sobre o qual está situado o Centro Histórico, assim como as vias de circulação que acompanham os demais divisores de águas nas principais bacias, “cortando” a cidade no sentido leste-oeste. Os divisores menores das micro-bacias também possuíam vias que hoje constituem ruas, mas que nos primeiros tempos da cidade eram estradas por onde se escoava a produção agrícola. Essas estradas eram características do tipo de parcelamento que a Companhia de Terras Norte do Paraná implantou na região: as propriedades rurais foram delimitadas em lotes estreitos e longos seguindo o relevo, do divisor de águas ao rio, a fim de facilitar o escoamento da produção e garantir a água para a propriedade (BORTOLOTTI, 2007). Esse traçado ficou conhecido como “espinha de peixe”. Em alguns bairros da cidade ainda podemos ver essa configuração que foi mantida nos loteamentos atuais, como no H.U. – Hospital Universitário - próximo ao Aeroporto, por exemplo (Mapa 14).



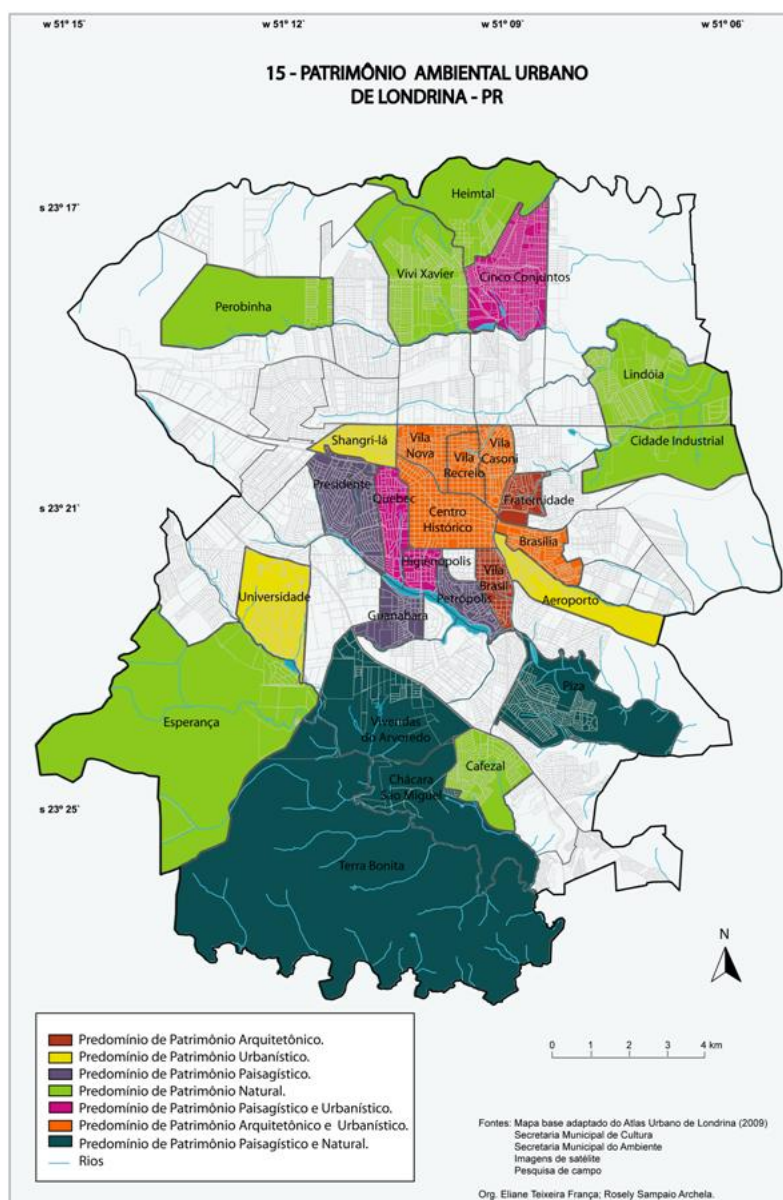
4.4.5 Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina – PR

O mapa do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina – PR (mapa 15) utiliza o modo de implantação zonal para expressar a síntese de todos os tipos de patrimônio dos mapas anteriores. Como variável qualitativa optou-se pela cor para diferenciar e localizar cada tipo de patrimônio.

As cores utilizadas nas categorias de patrimônio dos mapas específicos foram mantidas no mapa síntese para designar áreas com predomínio da categoria. No mapa síntese foram acrescentadas mais três categorias que associam duas das anteriores, a saber: Predomínio de Patrimônio Paisagístico e Natural, Predomínio de Patrimônio Paisagístico e Urbanístico, e Predomínio de Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico. Assim, o mapa do Patrimônio Ambiental Urbano apresenta sete categorias, representadas qualitativamente pela variável cor, sendo cores frias para as áreas de grande importância de elementos naturais e cores quentes para áreas onde os elementos construídos têm maior peso. Para as três categorias que associam dois aspectos foram escolhidas cores que, no círculo das cores, representam matizes intermediárias entre as duas cores dos tipos específicos de patrimônio que foram associados. Assim tem-se a cor laranja para a

categoria Urbanístico (amarelo) e Arquitetônico (vermelho), por exemplo. Procurou-se utilizar brilho e saturação diferentes para auxiliar a distinção entre as cores, conforme recomenda Nogueira (2008), porém sem que esse fator imprimisse maior importância a algum dos tipos de patrimônio. Entretanto, o tamanho bastante diverso das áreas dos bairros acaba dificultando esse equilíbrio visual, porque a dimensão tende a destacar áreas maiores.

A malha urbana sobreposta à cor pode, também, interferir no resultado visual dando a falsa impressão de menor saturação contribuindo para destacar áreas com menor ocupação humana, como é o caso da área de expansão urbana na região sul representada pelos bairros Esperança e Terra Bonita.



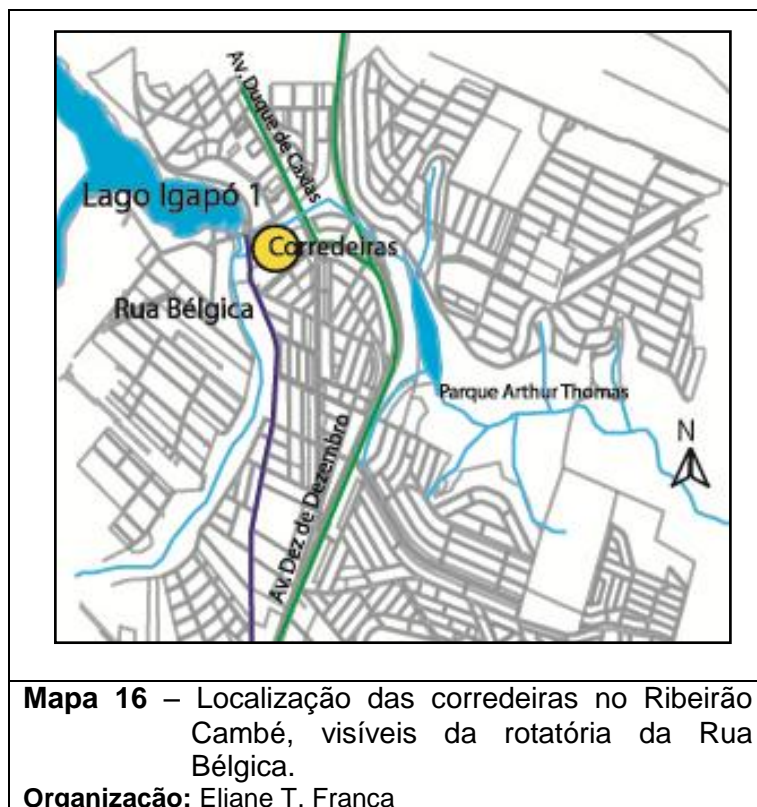
Mapa 15 – Mapa do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina – PR.

Todos os mapas elaborados consideraram a premissa de que as relações espaciais devem ser expressas por igual representação gráfica: os mapas expressam a diversidade pela diversidade visual. As áreas da cidade que não estão coloridas no mapeamento de síntese são aquelas que possuem pequena quantidade de elementos de patrimônio, que podem ser visualizados nos mapas específicos. Porém, a ausência visual de elementos não quer dizer que aquela área não os tenha. Os bairros da região leste e sudeste, por exemplo, possuem relevo mais acidentado como é possível constatar no mapa hipsométrico (Mapa 1), o que pode proporcionar cenários interessantes e atrativos.

Os atrativos proporcionados pelo patrimônio ambiental urbano, se bem conservados, levam a população local a frequentá-los e atraem visitantes. Entretanto é preciso cuidado para não descaracterizar o lugar com elementos externos à cultura local.

Londrina, diferente de grande parte das cidades médias brasileiras, mantém aspectos naturais importantes que marcam sua identidade: a grande quantidade de cursos d'água e nascentes é um exemplo. Considerando-se a concepção de que os elementos de identidade estão ligados à memória, a inclusão dos cursos d'água remete a um passado não muito distante em que essa água estava dentro ou ao lado das propriedades e serviam ao lazer das crianças, à sede dos animais e outros diversos usos. Ainda hoje crianças da periferia brincam nos córregos e adultos e crianças banham-se no Igapó, a despeito da qualidade da água ali presente. Uma cena recentemente presenciada chama a atenção para a relação da população com a água: o batismo de um grupo religioso nas águas do Ribeirão Cambé logo após a barragem do Lago Igapó 1, em local apazível aos olhos. Manter a qualidade da água num nível que permita o banho sem grandes riscos à saúde seria importante para a população. A criação de transposições para os córregos por meio de pontes colocaria em evidência a beleza de alguns deles, especialmente aqueles que possuem corredeiras e cachoeiras. Hoje os córregos ficam escondidos aos olhos da população por aterros em suas margens ou pelas vias de circulação que canalizam a água por tubulações até sua transposição. A construção recente de uma rotatória ao lado da barragem do Lago Igapó 1 possibilitou, sem que esse fosse o propósito, a visualização do Ribeirão Cambé após sua passagem sob a Rua Bélgica (Mapa 16). Nesse local o gramado e as árvores em forma de bosque deixam visível as corredeiras que ganham beleza extra nos dias de chuva quando a vazão

do ribeirão aumenta. Por que não realizar obras viárias com esse fim? Fazer com que a população e os visitantes percebam a interação entre a cidade e sua base física é investir em qualidade ambiental e, conseqüentemente, de vida.



Em relação a outro aspecto do patrimônio natural - a base geológica – as antigas pedreiras poderiam, a exemplo de outros municípios como Curitiba e Apucarana, ser reaproveitadas com finalidade de lazer e turismo. A proximidade das pedreiras ao sul da cidade com as áreas habitadas é grande, o que inviabiliza a continuidade da atividade mineradora. Há cerca de dois anos abriu-se discussão sobre o assunto junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA, por ocasião do interesse de um empreendedor em reativar a exploração mineral de uma das áreas. Apesar do parecer desfavorável do Conselho, constatou-se numa pesquisa de campo para este trabalho que o novo maquinário para reativação da pedra já está no local aguardando montagem. A falta de planejamento urbano adequado implicará em conseqüências negativas para a população próxima. Empreendimentos menos impactantes trariam as mesmas oportunidades de emprego e renda e colaborariam com a conservação do patrimônio natural.

Em Londrina, a maior ênfase dada pelo poder público tem sido o patrimônio edificado e urbanístico, mas os exemplos aqui descritos levam à reflexão sobre a importância da valorização e conservação do patrimônio natural em conjunto com os demais tipos de patrimônio. A conservação do patrimônio natural na área urbana pode ser um diferencial importante para a implementação do lazer e do turismo que trazem atrás de si uma gama de outras atividades capazes de gerar dinamismo econômico a Londrina e sua região de abrangência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio vem sendo assunto de crescente interesse nas sociedades atuais movido pela tentativa de resguardar um passado que cada vez mais se “desmaterializa” com a substituição de elementos de memória impressos nas paisagens. Londrina é uma cidade jovem, mas sua história de dinamismo que se caracterizou por rápido crescimento exige que se pense na conservação do seu patrimônio que já teve muito de sua memória perdida. Apesar da rapidez da substituição de elementos da memória urbana, ao identificar e analisar a área urbana ainda se pode encontrar grande quantidade deles. Um planejamento adequado pode salvar da destruição os elementos que ainda resistem ao tempo, ao capital e a outros fatores de substituição. Os primeiros passos para a conservação do que ainda existe de patrimônio, especialmente o edificado, já foram dados por meio da discussão e elaboração de lei de patrimônio que deverá compor o Plano Diretor de Londrina. Essa lei, no entanto, ainda não está aprovada e necessita de apoio de toda a sociedade para que se concretize.

Nesta pesquisa procurou-se sistematizar o que existe de patrimônio na área urbana de Londrina visando a contribuir com a discussão e realização da conservação desse patrimônio. A constatação de que inexistia um mapeamento organizado a esse respeito, levou à realização do mapa do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina -PR que permite vislumbrar possibilidades de ação, podendo auxiliar num planejamento urbano que vise à qualidade de vida para a população e garanta a conservação dos elementos essenciais à identidade londrinense. Tal planejamento poderá envolver também a implementação do turismo urbano local.

O mapeamento foi realizado considerando os elementos da semiologia gráfica com vistas a obter mapas de fácil leitura e compreensão. Para que o mapeamento fosse realizado foi necessária a conceituação do que se entende por patrimônio. Essa conceituação passou por um histórico que culminou na conceituação de patrimônio ambiental urbano. Optou-se por esse conceito por considerar que o ambiente envolve a interface de interação entre a sociedade e a natureza que lhe dá suporte. Portanto, ao tratar o patrimônio ambiental, considera-se nele todos os elementos que, por meio da memória, identificam a sociedade e o território londrinenses, sejam eles naturais ou construídos.

O mapa do Patrimônio Ambiental Urbano de Londrina – PR sintetiza os tipos de patrimônio constantes nos mapas específicos permitindo a visualização de áreas estabelecidas de acordo com bairros onde predominam determinado tipo. Essa leitura espacial do patrimônio ambiental objetiva auxiliar o planejamento de ações governamentais em conjunto com a sociedade. Essas ações devem visar à conservação ou à reabilitação urbana de algumas áreas para uso da população local e dos visitantes da cidade. Ao analisar os mapas é possível perceber o grande potencial atrativo urbano que Londrina tem para oferecer, que vai muito além do turismo de negócios que tem sido explorado até então. O aproveitamento, especialmente das áreas de expansão urbana onde predominam os patrimônios natural e paisagístico, para a implantação de empreendimentos ligados ao lazer e aos esportes de contato com a natureza, poderia trazer novos recursos ao município atraindo turistas da região e oferecendo mais opções para aqueles que vêm a negócios ou para participar de eventos. A atratividade turística gera uma infinidade de outras atividades de suporte que propiciam emprego e renda à população.

Embora esta pesquisa não aponte as possibilidades futuras de utilização do patrimônio ambiental, indica caminhos para um estudo detalhado de cada item do patrimônio ambiental da cidade pelo poder público, gestores e cidadãos, o que apontará as melhores possibilidades de conservação e utilização.

REFERÊNCIAS

- ARCHELA, R. S; BARROS, M. V. F. (Org.). **Atlas Urbano de Londrina**. Londrina: EDUEL, 2009.
- ARCHELA, R. S; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Confins**, n.3, jul. – out., 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/document3483.html#citation>>. Acesso em: 01 nov. 2008.
- ARRUDA, M. J. **Juliani**: um homem, sua máquina e a história de Londrina. Londrina: a autora, 2002.
- AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- BERTIN, J. **A neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Tradução: Cecília Westphalen. Curitiba: UFPR, 1986.
- BORTOLOTTI, J. B. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 05 ago 2008.
- CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A; CRUZ, R. C. A. (Org.) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 25-39
- CARTA DE ATENAS. 1931. Disponível em: <http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/2848__Carta%20de%20Atenas.pdf> Acesso em: 30 nov. 2008.
- CARTA DE PETRÓPOLIS. 1987. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio25.asp>> Acesso em: 20 mar. 2009.
- CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/patr_cultural/cartas/veneza_1964.pdf> Acesso em: 30 nov. 2008.
- CASTELLO, L. R. A Coletivização do Patrimônio Percebido. In: Construindo o espaço digital – IV Congresso Ibero-Americano de Gráfica Digital. **Anais**, Rio de Janeiro, 2000, p.177-179. Disponível em: <<http://cumincades.scix.net/data/works/att/66ac.content.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2008.

CASTILLO, D. G. N. **Análisis y precisiones en torno al concepto de turismo urbano y determinación del tamaño muestral e instrumento de investigación para la prueba del modelo propuesto**. Tese (Doutorado em Economia). Valencia: Universitat de Valencia, 2006. Disponível em:

<http://www.ceyd.org/ambitos/actores/proyectos/bancodeestudio/pdfs/investigacion_nova2.pdf> Acesso em: 18 abr. 2007.

CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas, Belo Horizonte: **Revista Fórum Patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável, v.1, n.1, set/dez 2007. Disponível em:

<http://www.forumpatrimonio.com.br/view_full.php?articleID=113&modo=1> Acesso em: 09 nov. 2008.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo:UNESP, 2001.

CODEL. Companhia de Desenvolvimento de Londrina. Disponível em:<<http://www.codel.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 08 maio 2009.

CRICHYNO, J. Identidade e preservação do patrimônio ambiental da paisagem urbana de Niterói: concepções e perspectivas sócio-ambientais. **Mundo e Vida**, Niterói, v. 2, n. 1/2, 2001. Disponível em:

<[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv2/MV2\(1-2\)40-45.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv2/MV2(1-2)40-45.pdf)> Acesso em: 1 maio 2007.

DUQUE, M. Cidades atentas ao seu “skyline”. **Hojemacau**, Macau, China, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.hojemacau.com/news.phtml>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DUQUE, R. C; MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a cartografia**. Campinas: Alínea, 2006.

EMPÓRIO GUIMARÃES. Disponível em : <http://www.emporioguimaraes.com.br>. Acesso em: 20 maio 2009.

FOLHA DE LONDRINA. Paraná: do pioneirismo ao século 21. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 1993.

FOLHA DE LONDRINA. Uma 'chácara' na Rua Souza Naves. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 mar. 2008.

FRANÇA, E. T. **Remanescentes Florestais do Município de Londrina –Pr: mapeamento e análise histórica do desmatamento no contexto da civilização**. Monografia (Bacharelado em Geografia) –Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

FRANÇA, E. T; RIBEIRO, G. S. Atratividade das águas urbanas: o lago Igapó em Londrina - Pr. II Seminário Nacional Sobre Regeneração Ambiental de Cidades Águas Urbanas II. **Anais**. Londrina: UEL, 2007.

FRIAS, A; PEIXOTO, P. Representação imaginária da cidade: processos de racionalização e de estetização do patrimônio urbano de Coimbra. Texto apresentado no colóquio: **A cidade entre projectos e políticas**. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Junho de 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/183/183.pdf>> Acesso em: 3 maio 2007.

GERALDES, E. Patrimônio Ambiental Urbano: atualizando conceitos para um turismo urbano possível. In: **Unibero de Turismo e Hotelaria**, São Paulo, mai. 2004. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_revturismo_sumario.asp> Acesso em: 10 ago. 2008.

JOLY, F. **A Cartografia**. 8. ed. São Paulo : Editora Papirus, 2005

JORNAL DE LONDRINA. Disponível em: < <http://portal.rpc.com.br/jl>>. Acesso em: 20 maio 2009.

JUDD, D. R. El turismo urbano y la geografía de la ciudad. **Eure**, Santiago, v. 29, n.87, p.51-62, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008700004&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 3 maio 2007.

LE SANN, J. G. O papel da cartografia temática nas pesquisas ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 16, p. 61-69, 2005.

LE SANN, J. G; SANTOS, M. M. D. A Cartografia do livro didático de Geografia. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 3–38, 1985.

LEZO, D. et al. **Reconhecendo o patrimônio Cultural de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007.

LONDRINA. **Código de Obras**. 1951. Disponível em: <<http://www2.cml.pr.gov.br/Ind/Ind/index.html>>. Acesso em: 02 maio 2009.

LONDRINA. **Perfil do Município de Londrina. 2007**. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em 15 jun. 2009.

LONDRINA. **Secretaria Municipal da Cultura**. 2006. Disponível em : <http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=cultura>. Acesso em: 24 fev. 2009.

LONDRINA. **Site Oficial da Prefeitura de Londrina**. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 7, p. 61-80, 1994.

_____. **Mapas da Geografia e cartografia temática.** São Paulo: Contexto, 2003.

MENDONÇA, F. A. A Degradação Ambiental no Noroeste do Estado do Paraná -Um processo de desertificação ecológica em curso. **Pesquisas**, Porto Alegre, n.21, p. 34-39, 1994.

MUSILLI, C; ABRAMO, M. A **Londrina puxa o fio da memória.** Joinville: Letradágua, 2004.

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia:** representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

NORMAS DE QUITO. 1967. Disponível em:
<<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/105.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2008.

ORIÁ, R. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

PEIXOTO, P. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. Texto apresentado em colóquio **A cidade entre projectos e políticas.** Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Junho de 2003. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em 3 maio 2007.

PETRI, S; FULFARO, V. J. **Geologia do Brasil:** fanerozóico. São Paulo, EDUSP, 1983.

PORTAL LONDRIX. Disponível em: <<http://www.londrix.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2009.

QUEIROZ FILHO, A. P; RODRIGUES, M. **A arte de voar em mundos virtuais.** São Paulo: Annablume, 2007.

RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia:** conceitos e tecnologias. São Paulo: UNESP, 2005.

ROCHA, S. S; DELAMARO, M. C. Turismo urbano de Antônio Carlos Castrogiovanni – Editora Contexto (resenha). **Caderno virtual de turismo**, v.1, n.2, 2001. Disponível em:
<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=10&layout=abstract>> Acesso em: 04 nov. 2008.

SAHR, C. L. L. Dimensões da análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional.** Ponta Grossa, v.5, n.1, verão 2000. p.9-36. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v5n1/cicilian.htm>> Acesso em: 29 maio 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo, Hucitec, 1988.

SEMA. **Secretaria Municipal do Ambiente**. 2008. Disponível em:
<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=ambiente>. Acesso em: 12 fev.
2009.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. Universidade
Técnica de Lisboa, 2008. Disponível em:
<http://esscpcma.googlepages.com/Patrimonioeidentidade.pdf>. Acesso em: 04 jul
2009.

TORIBIO, J. M; FROLOVA, M. Ventajas de la utilización de sencillos programas
alternativos a los SIG para la generación automática de cartografía temática.
Geofocus- Revista Internacional de Ciência y Tecnología de la Información
Geográfica. Jaén- España, n.5, p. 1-8, 2005. Disponível em:
<http://geofocus.rediris.es/2005/Informe1_2005.pdf> Acesso em: 1 set 2008.

VIEIRA, E. L. S. et al. **Revelações da História**: o acervo do Foto Estrela. Londrina:
Midiograf. [s. d.]

YAMAKI, H. **Labirinto da Memória**: paisagens de Londrina. Londrina: Edições
Humanidades, 2006a.

YAMAKI, H (Org.). **Minuta de projeto de lei de preservação do patrimônio
cultural** - Versão 12. Londrina, 2006b.

YAMAKI, H. et al. **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de
Londrina**: documento para discussão. Londrina, 2003.

ANEXOSⁱ

ⁱ Anexos disponíveis somente na versão impressa.